



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 56

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÕES CONJUNTAS DESTINADAS À APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, com o objetivo de dar melhor distribuição às matérias das sessões conjuntas destinadas à apreciação de vetos presidenciais, resolve:

- a) cancelar a sessão marcada para 13 de maio;
- b) convocar sessão conjunta para 26 do mesmo mês, às 21 horas e 30 minutos;
- c) estabelecer para as sessões de 10, 11, 12, 24, 25 e 26 de maio a pauta constante da relação anexa.

Senado Federal, 27 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

SESSÕES CONJUNTAS DESTINADAS À APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dia 11 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e número 221-65 no Senado, que dispõe sobre as atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 12 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959 que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre as verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais e dá outras providências.

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências.

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.), que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	§ 3º, do art. 26.
2	Art. 46.
3	Art. 69.
4	Art. 70.
5	Art. 71.
6	Art. 72.
7	Art. 73.
8	Art. 78.

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65, na Câmara e nº 27-65, no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal (veto total);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65, na Câmara e nº 221-65, no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e dá outras providências (veto parcial);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65, na Câmara e nº 222-65, no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Art. 3º e seu parágrafo.
3	3º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de maio de 1966, às 9 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior.

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos.

ORDEM DO DIA

Votos presidenciais (totais):

- 1º Ao Projeto de Lei nº 504-C-63, na Câmara e nº 3-66, no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;
- 2º Ao Projeto de Lei nº 2.019-B-64, na Câmara e nº 140-65, no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º, da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteras Práticas;
- 3º Ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64, na Câmara e nº 112-65, no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;
- 4º Ao Projeto de Lei nº 75-63, no Senado e nº 2.467-B-64, na Câmara, que altera a redação do art. 35, do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Totalidade do projeto.
3	3º	Totalidade do projeto.
4	4º	Totalidade do projeto.

MENSAGEM

Nº 6, de 1966 (CN)

NUMERO DE ORIGEM 204

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, o anexo projeto de lei que institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL).

Brasília, em 28 de abril de 1966. —
H. Castello Branco.

Projeto de Lei nº 6, de 1966 (CN)

Institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado, na forma dos anexos, o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), órgão diretamente subordinado à Presidência da República, na conformidade do disposto na Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Parágrafo único. Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos e dos símbolos de vencimentos dos cargos em comissão constantes dos anexos a que se referem este artigo são os previstos na legislação em vigor para os servidores públicos civis do Poder Executivo.

Art. 2º São incluídos no quadro de pessoal, de que trata o artigo anterior, os cargos ocupados pelos funcionários da extinta Comissão Técnica de Rádio, transferidos para o Conselho Nacional de Telecomunicações, por força do disposto no art. 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelos Decretos ns. 52.749, de 24 de

outubro de 1962, e 55.818, de 6 de março de 1965, cujos nomes e situação funcional constam discriminados em relação nominal anexa à presente lei.

Art. 3º Os funcionários que, na data de publicação desta lei, se encontrarem em exercício no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no art. 1º da mesma.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada pelo funcionário, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da vigência desta lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da Administração.

§ 2º Aceita a opção, o funcionário passará a integrar o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), mediante inclusão, abrindo-se concomitantemente, vagas nos Quadros de origem.

Art. 4º Além dos funcionários do Quadro de Pessoal, o Conselho Nacional de Telecomunicações poderá dispor de pessoal temporário e especialista temporário admitido na forma do art. 23, item II, e do art. 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 5º Fica alterada para Divisão de Economia e Estatística a denominação da atual Divisão de Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações, a que se refere o art. 25, item IV, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 6º Os cargos do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações serão providos, atendida a disposição contida no art. 55 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até 60% (sessenta por cento) de sua totalidade no exercício de 1966; até 30% (trinta por cento) no exercício de 1967; e o número restante no exercício de 1968.

Parágrafo único. Para atender às despesas decorrentes do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 89,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Relação nominal a que se refere o artigo 2º da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Série de Classes: Oficial de Administração

Código: AF-201.14.B

3 Cargos

1. José de Souza Vianna Filho
2. Maria da Conceição Pacheco Carneiro
3. Sidney Legatti

Código: AF-201.12.A

1 Cargo

1. Léa Fernandes de Almeida

Série de Classes: Escriturário

Código: AF-202.10.B

5 Cargos

1. Iracema Julieta Franghista
2. Júlia Bensussen Grillo
3. Maria da Conceição Castro Saraeni
4. Maria Helena Brown de Souza Pereira
5. Yeda de Mello Alvim

Código: AF-202.8.A

4 Cargos

1. Ester Dinorah Ribeiro Viana
2. Lygia Ferreira de Souza
3. Márcio de Andrade Cavalcanti
4. Anita Leão Silva

Classe: Escrevente-Datilógrafo

Código: AF-204.7

5 Cargos

1. Elza de Jesus Lemos
2. Iolanda Furtado Lobo
3. Leandra Edna Braz
4. Nadir Bosísio
5. Nadir Pereira Respeita

Classe: Taquígrafo

Código: AF-501.14

1 Cargo

1. Manoel Teixeira de Carvalho Neto

Série de Classes: Datilógrafo

Código: AF-503.9.B

2 Cargos

1. Palmyra Alves Coutinho
2. Moysés de Oliveira Sander

Código: AF-503.7.A

2 Cargos

1. Dulce Petry da Costa
2. Sílvia Valadares Maja

Série de Classes: Assessor de Eletrônica

Código: CT-110.18.B

1 Cargo

1. Roberto Raul de Vic Tupper

Série de Classes: Telegrafista

Código: CT-207.12.A

1 Cargo

1. Nêlio de Lima Chaves

Série de Classes: Motorista

Código: CT-401.8.A

1 Cargo

1. José Ferreira

Série de Classes: Arquivista

Código: EC-303.7.A

1 Cargo

1. Norma Ferreira de Souza

Série de Classes: Auxiliar de Portaria

Código: GL-303.8.B

1 Cargo

1. Walter da Silveira

Código: GL-303.7.A

1 Cargo

1. Francisco Gonçalves da Silva

Série de Classes: *Desenhista*

Código: P-1001.16.C

1 Cargo

1. Joaquim de Faria Nogueira

PARTE SUPLEMENTAR

Série de Classes: *Postalista*

Código: CT-202.16.C

1 Cargo

1. Maria Abreu Ney da Silva

Código: CT-202.14.B

1 Cargo

1. Lucy de Mello

Código: CT-202.12.A

3 Cargos

1. Almir Cesário

2. Esmeralda Cavalcanti Melo

3. Francisca Pinheiro Ney da Silva

Série de Classes: *Carteiro*

Código: CT-203.14.C

1 Cargo

1. Herólio de Sant'Anna

Série de Classes: *Ascensorista*

Código: GL-304.12.C

1 Cargo

1. Armando Vieira de Souza

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

QUADRO DE PESSOAL - PARTE PERMANENTE

I - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLOS	NÚMEROS DE CARGOS		QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Situação anterior	Situação nova		
		1 - CARGOS DE DIREÇÃO			Os cargos relacionados na situação anterior foram criados pela Lei nº 4.117, de 27/8/62.
		A - Direção Superior			
Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações	1-C	1	1	Curso Superior, experiência e tirocínio em Administração Pública.	
Director-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações	1-C	1	1	Curso Superior, experiência e tirocínio em Administração Pública.	
		B - Direção Intermediária			
Director da Divisão de Engenharia do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-C	1	1		
Director da Divisão Jurídica do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-C	1	1		
Director da Divisão de Administração do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-C	1	1		
Director da Divisão de Economia e Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-C	1	1		
Director da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional de Telecomunicações	3-C	1	1		
Delegado Regional, em Belém, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em Recife, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLOS	NÚMEROS DE CARGOS		QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Situação anterior	Situação nova		
Delegado Regional, em Brasília, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em Salvador, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em Guanabara, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em São Paulo, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em Porto Alegre, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
Delegado Regional, em Campo Grande - MT, do Departamento Nacional de Telecomunicações	5-C	1	1		
2 - CARGOS DE OUTRA NATUREZA					
Membros do Conselho Nacional de Telecomunicações	1-C	13	13		
Assistente do Director-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações	6-C	1	1		
Assessor de Assuntos Internacionais do Director-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações	7-C	1	1		
II - CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO ESPECIAL					
Assistente Jurídico	-	1	13		

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO

QUADRO DO PESSOAL - PARTE PERMANENTE
III - Classes e Séries de Classes

Departamento de Imprensa Nacional - 27-6-75

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Almoxarife	AF-101.16.B	-	-	-	-	1	-	-	1	Os cargos relacionados na situação anterior foram transferidos para o CONTEL por força do disposto no art. 116, da Lei nº 4.111, de 27/8/62.
Almoxarife	AF-101.16.A	-	-	-	-	1	-	1	1	
						2	-	1	2	
Armazenista	AF-102.10.B	-	-	-	-	10	-	-	10	
Armazenista	AF-102. 8.A	-	-	-	-	10	-	3	10	
						20	-	3	20	
Assistente Comercial	AF-103.14.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Assistente Comercial	AF-103.12.A	-	-	-	-	1	-	1	1	
						2	-	1	2	
Oficial de Administração	AF-201.16.C	-	-	-	-	12	-	-	12	
Oficial de Administração	AF-201.14.B	8	-	-	-	21	-	-	18	
Oficial de Administração	AF-201.12.A	1	-	-	-	27	-	13	26	
		4				60		15	56	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Escriturário	AF-202.10.B	5	-	-	-	63	-	-	58	
Escriturário	AF-202. 8.A	4	-	-	-	63	-	29	59	
		9				126		29	117	
Secretaria-dactilógrafo	AF-204. 1	3	-	-	-	140	-	-	135	
		3				140			135	
Técnico de Mecanização	AF-401.16.B	-	-	-	-	2	-	-	2	
Técnico de Mecanização	AF-401.14.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Técnico Auxiliar de Mecanização	AF-402.11.B	-	-	-	-	3	-	-	3	
Técnico Auxiliar de Mecanização	AF-402. 9.A	-	-	-	-	3	-	1	3	
						6		1	6	
Telegrafo	AF-501.14	1	-	-	-	4	-	-	4	
		1				4			4	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSE		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Dactilógrafo	AF-503. 9.B	2	-	-	-	50	-	-	48	
Dactilógrafo	AF-503. 7.A	2	-	-	-	50	-	24	48	
		4				100		24	96	
Técnico de Administração	AF-601.20.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Técnico de Administração	AF-601.19.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
Assistente de Administração	AF-602.16.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Assistente de Administração	AF-602.14.A	-	-	-	-	2	-	-	2	
						3			3	
Tesoureiro-Auxiliar	AF-701.18	-	-	-	-	3	-	-	3	
						3			3	
Eletricista Instalador	A-802. 9.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Eletricista Instalador	A-802. 8.A	-	-	-	-	1	-	1	1	
						2		1	2	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
		SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	CODIGO	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SORIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SORIOS	VAGOS	
Artífice de Aparelhos de Telecomuni- cações	A-804.12.D	-	-	-	-	5	-	-	5	
Artífice de Aparelhos de Telecomuni- cações	A-804.10.C	-	-	-	-	10	-	-	10	
Artífice de Aparelhos de Telecomuni- cações	A-804.9.B	-	-	-	-	10	-	-	16	
Artífice de Aparelhos de Telecomuni- cações	A-804.8.A	-	-	-	-	21	-	15	21	
						52		15	52	
Mecânico de Motor a Combustão	A-1305.12.D	-	-	-	-	1	-	-	1	
Mecânico de Motor a Combustão	A-1305.10.C	-	-	-	-	1	-	-	1	
Mecânico de Motor a Combustão	A-1305.9.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Mecânico de Motor a Combustão	A-1305.8.A	-	-	-	-	1	-	1	1	
						4		1	4	
Mecânico Eletricista	A-1603.10.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Mecânico Eletricista	A-1603.8.A	-	-	-	-	1	-	1	1	
						2		1	2	
Assessor de Eletrônica	CT-110.18.B	1	-	-	-	12	-	-	10	
Assessor de Eletrônica	CT-110.17.A	-	-	-	-	12	-	8	12	
		1				34		8	33	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Técnico de Eletrônica	CT-111.15.C	-	-	-	-	7	-	-	7	
Técnico de Eletrônica	CT-111.14.B	-	-	-	-	12	-	-	12	
Técnico de Eletrônica	CT-111.12.A	-	-	-	-	16	-	10	16	
						35	-	10	35	
Telegrafista	CT-207.16.C	-	-	-	-	42	-	-	42	
Telegrafista	CT-207.14.B	-	-	-	-	75	-	-	75	
Telegrafista	CT-207.12.A	1	-	-	-	97	-	58	96	
		1				214		58	213	
Telefonista	CT-214.7.B	-	-	-	-	2	-	-	2	
Telefonista	CT-214.6.A	-	-	-	-	3	-	1	3	
						5		1	5	
Motorista	CT-401.12.C	-	-	-	-	13	-	-	13	
Motorista	CT-401.10.B	-	-	-	-	23	-	-	23	
Motorista	CT-401.8.A	1	-	-	-	30	-	18	29	
		1				66		18	65	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
		SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Bibliotecário	EC-101.20.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Bibliotecário	EC-101.19.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
Auxiliar de Bibliotecário	EC-102.7	-	-	-	-	3	-	-	3	
						3			3	
Documentarista	EC-302.20.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Documentarista	EC-302.19.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
arquivista	EC-303.11.C	-	-	-	-	12	-	-	12	
Arquivista	EC-303.9.B	-	-	-	-	21	-	-	21	
Arquivista	EC-303.7.A	1	-	-	-	27	-	16	26	
		1				60		16	59	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIOS	VAGOS	
Redator	EC-305.10.B	-	-	-	-	2	-	-	2	
Redator	EC-305.19.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Servigal	GL-102.6.B	-	-	-	-	2	-	-	2	
Servigal	GL-102.5.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Secretaria	GL-101.5	-	-	-	-	80	-	-	80	
						80			80	
Chefe de Portaria	GL-301.10	-	-	-	-	2	-	-	2	
						2			2	
Porteiro	GL-302.11.B	-	-	-	-	6	-	-	6	
Porteiro	GL-302.9.A	-	-	-	-	6	-	3	6	
						12		3	12	
Manilha de Portaria	GL-302.8.B	1	-	-	-	27	-	-	26	
Auxiliar de Portaria	GL-203.7.A	1	-	-	-	28	-	13	27	
		2				55		13	53	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
		SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. VÓRICE	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRICE	VAGOS	
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO									
Auxiliar de Atuação	P-501.12.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Auxiliar de Atuação	P-501.10.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
Apelógrafo	P-502.9.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						1			1	
Atuante de Contabilidade	P-701.15.B	-	-	-	-	9	-	-	9	
Atuante de Contabilidade	P-701.13.A	-	-	-	-	10	-	5	10	
						19		5	19	
Atuante de Contabilidade	P-801.12.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Atuante de Contabilidade	P-801.10.A	-	-	-	-	2	-	-	2	
						3			3	
Desempenhista	P-1001.16.B	1	-	-	-	1	-	-	-	
Desempenhista	P-1001.14.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Desempenhista	P-1001.12.A	-	-	-	-	2	-	-	2	
						4			4	
Auxiliar de Desempenhista	P-1001.15	-	-	-	-	3	-	-	4	
						4			4	

Diário Oficial do Estado de São Paulo - 21478

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES	
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA					
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIOS	VAGOS		
Auxiliar de Estatística	P-1602.10.B	-	-	-	-	6	-	-	6		
Auxiliar de Estatística	P-1602.8.A	-	-	-	-	6	-	2	6		
						12		2	12		
Auxiliar de Enfermagem	P-1702.10.B	-	-	-	-	1	-	-	1		
Auxiliar de Enfermagem	P-1702.8.A	-	-	-	-	1	-	-	1		
						2			2		
Secretário	P-1702.7	-	-	-	-	2	-	-	2		
						2			2		
Supervisor de Telecomunicações	P-2001.15	-	-	-	-	25	-	-	25		
						25			25		
Técnico de Telecomunicações	P-2002.15.B	-	-	-	-	19	-	-	19		
Técnico de Telecomunicações	P-2002.13.A	-	-	-	-	12	-	10	12		
						30		10	30		

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
		SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIDS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIDS	VAGOS	
Tradutor	P-2201.16.B	-	-	-	-	2	-	-	2	
Tradutor	P-2201.14.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Atendente	TC-301.21.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Atendente	TC-301.20.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
Contador	TC-402.22.C	-	-	-	-	1	-	-	1	
Contador	TC-402.21.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Contador	TC-402.20.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Econômista	TC-501.21.C	-	-	-	-	1	-	-	1	
Econômista	TC-501.21.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Econômista	TC-501.20.A	-	-	-	-	2	-	1	2	
						4		1	4	
Engenheiro	TC-602.22.B	-	-	-	-	17	-	-	17	
Engenheiro	TC-602.21.A	-	-	-	-	17	-	8	17	
						34		8	34	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIDS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROV. SÓRIDS	VAGOS	
Médico	TC-801.23.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Médico	TC-801.21.A	-	-	-	-	2	-	-	2	
						3			3	
Cirurgião Dentista	TC-901.21.B	-	-	-	-	1	-	-	1	
Cirurgião Dentista	TC-901.20.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						2			2	
Assistente Social	TC-1301.20.A	-	-	-	-	1	-	-	1	
						1			1	
Estatístico	TC-1401.20.B	-	-	-	-	3	-	-	3	
Estatístico	TC-1401.19.A	-	-	-	-	3	-	1	3	
						6		1	6	

CLASSE OU SÉRIE DE CLASSES		NÚMERO DE CARGOS								OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
		FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	FIXOS	EXCE- DENTES	PROVI- SÓRIOS	VAGOS	
Postalista	CT-202.16.C	1	-	-	-	1	-	-	-	
Postalista	CT-202.14.B	1	-	-	-	1	-	-	-	
Postalista	CT-202.12.A	3	-	-	-	3	-	-	-	
		5				5				
Carteiro	CT-203.14.C	1	-	-	-	1	-	-	-	
		1				1				
Arceborista	GL-304.12.C	1	-	-	-	1	-	-	-	
		1				1				

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tratam os processos anexos, submetidos ao exame deste Departamento, de proposta formulada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, em decorrência do disposto no artigo 120 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, a qual objetiva, a par de outras providências, a constituição do respectivo Quadro de Pessoal.

2. Prevê, assim, o anteprojeto de lei elaborado pelo órgão interessado,

para consubstanciação da medida, a criação de 1.370 (mil, trezentos e setenta) cargos considerados imprescindíveis ao seu normal funcionamento; e reajustamento dos vencimentos estabelecidos na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para os cargos de provimento em comissão de Presidente-Membro do Conselho Nacional de Telecomunicações e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, para efeito de equiparar-lhes aos fixados para os Membros do Conselho Nacional de Economia, por força do disposto na Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964; a reclassificação dos símbolos dos cargos em comissão de Diretores de Divisão do Departamento Nacional de Telecomunicações e Delegados Regionais previstos na aludida Lei nº 4.117, de 1962; a criação de outros cargos em comissão; e a inclusão do pessoal existente no Conselho, oriundo da extinta Comissão Técnica de Rádio, requisitados dos diversos órgãos da administração direta ou indireta, e, ali admitido, a qualquer título, até a data da aprovação da lei que instituir o respectivo Quadro de Pessoal, em cargos no mesmo criados, de acordo com as atribuições que, efetiva e comprovadamente, venha exercendo.

3. Em justificativa da proposta, alega o mencionado órgão, no tocante ao reajustamento proposto para os cargos de provimento em comissão dos respectivos Membros e Presidente e do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, ter sido irrisória a elevação de vencimentos que lhes foi concedida pelo disposto no art. 8º, item 1 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, quando tornou a ser-lhes fixado o símbolo I-C.

4. Na verdade, fora esse símbolo, que lhes determinara a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, mas previa a mesma para os respectivos ocupan-

tes uma retribuição, por sessão a que comparecessem, no valor de 5% (cinco por cento) dos vencimentos, até o máximo de 10 (dez). Tal retribuição desapareceu com a superveniência da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, quando os Membros do Conselho Nacional de Telecomunicações, por força do disposto no artigo 15, alínea a da mesma, passaram a perceber vencimentos mensais no valor de Cr\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), sem direito a qualquer acréscimo por comparecimento às sessões, visto que os mesmos eram bem superiores ao valor atribuído ao símbolo 1-C pela aludida lei, correspondente a Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros).

5. Assim, a nova fixação no símbolo 1-C, sem qualquer acréscimo por comparecimento às sessões, estabelecida pela Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, acarretou para os ocupantes dos citados cargos verdadeiro rebaixamento salarial incompatível com a relevância dos respectivos encargos e a representação exigida dos Senhores Conselheiros, entendendo o citado Conselho constituir medida de justiça a revisão dessa situação, para o fim de equipará-los em vencimentos aos Membros do Conselho Nacional de Economia que, de acordo com a Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, passaram a perceber a importância de Cr\$ 710.000 (setecentos e dez mil cruzeiros) mensais.

6. Defendendo a elevação de vencimentos dos cargos em comissão de Diretores da Divisão e Delegados Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações para, respectivamente, 1-C e 3-C, invoca o mencionado Conselho o pouco atrativo oferecido pelos atuais vencimentos, dadas a importância e a responsabilidade de seus encargos, donde as dificuldades surgidas na manutenção e obtenção de elementos em condições de exercê-los, os quais são recrutados dentre profissionais de nível superior (engenheiros, bacharéis, etc.)

7. No tocante ao aproveitamento no respectivo Quadro de Pessoal do pessoal pertencente à extinta Comissão Técnica de Rádio, requisitado de outros órgãos da administração e admitido a qualquer título desde sua instalação, de acordo com as atribuições efetivamente exercidas, alega o Conselho Nacional de Telecomunicações constituir sua aceitação medida de grande interesse, pois viria normalizar a situação de tais servidores e permitir-lhe a conservação da equipe especializada, com que já conta, imprescindível ao encaminhamento dos problemas de telecomunicações do país.

8. Em abono da proposta, que considera perfeitamente viável e legal invoca a adoção recente de procedimento semelhante, ocorrida na organização do Quadro de Pessoal da Consultoria-Geral da República, que mereceu aprovação deste Departamento, segundo se pode inferir da Exposição de Motivos assinada pela sua direção-geral, a qual acompanhou a Mensagem nº 370, de 4 de setembro de 1964, do Poder Executivo.

9. Dos estudos preliminares levados a efeito sobre a matéria, verificou este órgão importar o simples custeio do quadro de pessoal proposto pelo aludido Conselho uma despesa anual de Cr\$ 2.195.392.000 (dois bilhões, cento e noventa e cinco milhões e trezentos e noventa e dois mil cruzeiros), a qual ultrapassa de muito as atuais disponibilidades financeiras do órgão, pois que o orçamento do presente exercício consigna para o mesmo dotação global de Cr\$ 1.717.862.000 (um bilhão, setecentos e dezessete milhões e oitocentos e sessenta e dois mil cruzeiros), dos quais apenas Cr\$ 797.062.000 (setecentos e noventa e sete milhões e sessenta e dois mil cruzeiros) se destinam a despesas de pessoal e material.

10. Com o objetivo de tornar mais viável a medida proposta, no que tange ao problema financeiro, e aclarar certos aspectos da mesma, foram estabelecidos contatos com a administração do aludido Conselho, sendo sugerida por este órgão, na oportunidade, uma redução do quadro proposto, o que, todavia, não mereceu acolhimento.

11. Ficou, não obstante, assentado que aquele Conselho enviaria os elementos subsidiários indispensáveis a um estudo mais completo da matéria, bem como procederá a um reexame da proposta no sentido de, embora mantendo, de certa forma, o número de cargos pretendido para o respectivo Quadro de Pessoal, reduzir seu custo, mediante criação ou ampliação das séries de classes auxiliares, uma vez que as atividades de execução e de natureza auxiliar existentes no órgão podem ser perfeitamente desempenhadas por profissionais de remuneração mais limitada.

12. Em face de tais entendimentos, renovou aquele órgão sua proposta anterior, através do expediente constante do Ofício nº 523, de setembro de 1965, demonstrando seu exame que foram, de modo geral, acolhidas as sugestões oferecidas por este Departamento, bem como acatadas algumas restrições apresentadas no que concerne a certos aspectos técnicos da matéria.

13. Com base, portanto, nos novos elementos encaminhados, procedeu-se à organização definitiva do quadro de pessoal do mencionado Conselho, discriminando este órgão, a seguir, as principais modificações introduzidas na proposta original e restrições pela mesma sofridas.

14. No tocante à situação dos cargos de provimento em comissão, já existentes, rejeitou-se o reajustamento proposto, tendo sido conservados os símbolos atribuídos aos mesmos pela Lei nº 4.117, de 1962, tendo em vista que tais símbolos correspondem aos fixados para cargos dessa natureza, de idênticas atribuições e responsabilidades dos demais órgãos da administração pública, sendo de ressaltar que alguns deles estão mesmo arbitrados em símbolos mais elevados do que os estabelecidos para cargos congêneres, como, por exemplo, os de Diretor das Divisões de Administração e de Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações.

15. Além, com referência a essa última Divisão apurou-se, através dos entendimentos havidos e exame do Regimento do órgão, competir à mesma, além dos estudos, pesquisas e análises de natureza estatística do interesse das telecomunicações, principalmente estudos de caráter econômico e técnico ligados à elaboração de métodos e critérios para fixação de tarifas e taxas, fiscalização contábil dos serviços de telecomunicações e estudo da economicidade desses serviços, sob o aspecto tarifário, donde ter sido julgada correta a atribuição do símbolo 3-C para o respectivo dirigente, mas aconselhável a alteração de sua nomenclatura para Divisão de Economia e Estatística, mais consentânea com suas finalidades, providência essa adotada no anteprojeto de lei elaborado por este órgão sobre a matéria.

16. A situação dos Membros do Conselho Nacional de Telecomunicações, já estabelecida pela Lei número 4.117 de 1962, que o instituiu, foi respeitada a exemplo do que estabelece em relação à Comissão Nacional de Energia Nuclear o art. 6º, do Decreto nº 55.090, de 28 de novembro de 1964, o qual dispõe sobre a revisão das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e das autarquias, muito embora se afigure impróprio a este Departamento o sistema de retribuição previsto para os mesmos, pois que os respectivos encargos, na verdade, deveriam ser

remunerados mediante percepção de gratificação dessa natureza.

17. Considerou-se, todavia, desconhecível sua equiparação, conforme pretendia aquele órgão, aos Membros do Conselho Nacional de Economia, os quais têm assegurada, por força do disposto no art. 1º da Lei nº 2.696, de 24 de dezembro de 1955, a percepção mensal de quantia correspondente aos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas da União, dada a diversidade de situações.

18. No tocante aos cargos em comissão, cuja criação foi solicitada, foram considerados justificados os de Assistente e Assessor de Assuntos Internacionais do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, sendo-lhes, porém, fixados símbolos menos elevados que os propostos, tendo em vista os que vigoram para cargos congêneres da administração, da mesma hierarquia e responsabilidade.

19. Julgou-se, contudo, prejudicada a criação do cargo de Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, visto constituir os respectivos encargos funções de natureza especial normalmente retribuídas mediante gratificação pela representação de gabinete, valendo, porém, ressaltar que a questão já se acha superada, pois foi providenciada pelo referido Conselho remessa de expediente, nesse sentido, à Presidência da República, nos termos do Decreto nº 50.598, de 21 de julho de 1965, o qual mereceu aprovação, havendo, em consequência, sido publicada, no Diário Oficial de 10 de setembro do corrente ano, a Tabela de Gratificação pela Representação de Gabinete do aludido órgão.

20. Sofreu, igualmente, restrição a proposta do Conselho relativa à regularização da situação do pessoal, que atualmente, lhe presta serviços, mediante aproveitamento no respectivo quadro de pessoal, de acordo com as atribuições que, efetivamente, aí vem desempenhando, visto constituir a mesma medida de caráter excepcional, incompatível com as normas e princípios que regem a matéria.

21. O procedimento adotado no caso da Consultoria Geral da República e reivindicado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, nesse sentido, não pode ter sua extensão aconselhada, dadas as características especiais de que se revestiu sua adoção, pois, não somente permitiu a regularização da situação de 3 (tres) funcionários que estavam exercendo, por prazo determinado, funções de Assistente do Consultor-Geral da República e tinham sido especialmente designados para esse fim, na forma do disposto no art. 3º do Decreto número 52.118, de 17 de junho de 1963.

22. Dessa forma, prevê o anteprojeto de lei elaborado por este órgão, apenas, a inclusão, no quadro de pessoal a ser criado para o mencionado Conselho, do pessoal remanescente da extinta Comissão Técnica de Rádio, respeitada a situação em que foram transferidos para o mesmo, nos termos do art. 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, bem como admite a opção para aproveitamento naquele quadro, em idênticas condições, dos funcionários que se encontram em exercício no Conselho, sujeita, porém, sua aceitação ao exclusivo interesse da Administração.

23. A normalização da situação de tais servidores, caso hajam sido desviados de suas verdadeiras funções, somente poderá ser corrigida, oportunamente, mediante aplicação de instituto da readaptação, de que tratam os arts. 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e 64 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, com fiel observância dos requisitos e normas previstos na respectiva regulamentação, aprovada pelo Decreto número 49.370, de 29 de novembro de 1960, conforme já entendeu este Departamento em parecer emitido pela respectiva Divisão de Regime Jurídico do Pessoal no Processo número

3.516-64, publicado no Diário Oficial de 3-7-64.

24. No que tange ao aproveitamento de outros servidores do órgão, ali admitidos a qualquer título, considerou-se a proposta prejudicada, por carecer de viabilidade, em face das normas legais existentes. Introduziu-se, contudo, no anteprojeto de lei relativo à matéria, disposição no sentido de que o Conselho Nacional de Telecomunicações poderá ser atendido, também, por pessoal de que tratam os arts. 23, item I, e 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, regularizando-se, dessa forma, a situação daqueles servidores.

25. Ainda, com referência ao pessoal transferido da extinta Comissão Técnica de Rádio, releva observar que os servidores ocupantes de cargos, cuja manutenção não oferecia interesse para o Conselho Nacional de Telecomunicações, foram incluídos em Parte Suplementar do respectivo Quadro de Pessoal, situação essa, todavia, passível de modificação caso os mesmos venha a ser reconhecido direito ao instituto da readaptação.

26. Deixaram de participar da relação nominal, anexa ao anteprojeto de lei elaborado por este Departamento e alusiva ao referido pessoal, os servidores José Antonio Marques que, apesar de transferido como Postalista pelo Decreto nº 55.818, de 6 de março de 1965, havia sido readaptado como Assistente Jurídico no Ministério da Justiça e Negócios Interiores por decreto de 11 de novembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 12 seguinte, donde está sendo providenciado o cancelamento de sua transferência, e Raimundo Dantas, cuja transferência não chegou a ser concretizada por ter sido exonerado, dada sua condição de interino, estando o processo de seu interesse pendente de solução da Divisão do Regime Jurídico do Pessoal deste órgão, sob o nº 7.519-64.

27. As alterações introduzidas na proposta do Conselho, na parte referente às classes e séries de classes, foram diminutas e consistiram na criação de cargos de Auxiliar de Enfermagem ao invés de Enfermeiro, dadas as reais necessidades do órgão; redução do número de cargos previstos na série de classes de Assessor de Eletrônica, com aumento consequente e na série de classes auxiliar de Técnico de Eletrônica, visto que, aos ocupantes de classe final desta série, são, também, deferidas atividades de inspeção, coordenação e orientação; redução de um cargo de Assistente Social; e rejeição da criação de cargos de Mensageiro, Técnico de Educação e Inspetor de Ensino.

28. Considerou-se prejudicada a criação da classe de Mensageiro, constituída de 38 cargos, tendo em vista a determinação contida no art. 25 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, em virtude da qual foram considerados extintos os cargos dessa natureza existentes na administração direta e autárquica, devendo as atividades próprias dos mesmos serem exercidas por pessoal temporário admitido na forma do art. 23 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

29. Estando previsto no anteprojeto de lei relativo à matéria que o citado Conselho poderá dispor de pessoal dessa espécie, não constituirá problema para o mesmo a obtenção de tais elementos, na forma do aludido dispositivo.

30. Não foi aceita a criação de cargos de Técnico de Educação e Inspetor de Ensino pleiteada pelo órgão, por entender este Departamento não comportarem as atividades do mesmo, inclusive as previstas pelo respectivo Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 55.625, de 25 de janeiro de 1965, para a Seção de Ensino e Indústria da Divisão de Engenharia do Departamento Nacional de Telecomunicações, a existência de tais cargos, cujos ocupantes têm por atribuições, respectivamente, o estudo e pesquisa dos problemas de educação e de administração escolar e a

inspeção de estabelecimentos de ensino com o fim de assegurar, através de orientação ou fiscalização, a aplicação das leis do ensino.

31. Na verdade, as atividades de competência da referida Seção de Ensino e Indústria podem ser, perfeitamente, deferidas a ocupantes de cargos integrantes das séries de classes, de natureza técnica, relacionadas com o problema das Telecomunicações, previstas no Quadro de Pessoal daquele Conselho.

32. Cumpre, finalmente, esclarecer que, com as modificações introduzidas por este Departamento, o Quadro de Pessoal fixado para o Conselho Nacional de Telecomunicações será constituído de 1.334 (mil trezentos e trinta e quatro) cargos, computados nesse total o número de cargos de provimento em comissão criados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, importando a respectiva despesa em Cr\$ 1.942.584.000 (um bilhão, novecentos e quarenta e dois milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), cumprindo assinalar que o preenchimento integral do referido Quadro não será imediato, havendo sido estabelecido o limite de 60% de seus cargos para o exercício de 1966, de 30% para o exercício de 1967, e o número restante para o exercício de 1968.

33. Apesar de ter sido estabelecida essa limitação, haverá, entretanto, necessidade para o exercício de 1966 de reforço da dotação consignada para o aludido Conselho, tendo sido prevista, para tal fim, no expediente elaborado, autorização para a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

34. Nestas condições, tem este Departamento a honra de submeter o assunto à elevada decisão de Vossa Excelência, opinando pelo encaminhamento ao Congresso Nacional dos anexos anteprojetos de lei e mensagem, os quais consubstanciam as providências solicitadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, justificadas nesta exposição de motivos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Luiz Vicente B. de Ouro Preto — Diretor-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 52.749 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1963

Transfere, com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores em exercício na Comissão Técnica de Rádio.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87 da Constituição Federal e dando cumprimento ao disposto no art. 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 e no art. 72 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963, decreta:

Art. 1º Ficam transferidos, com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, os servidores do Quadro do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, abaixo discriminados, que tinham exercício na extinta Comissão Técnica de Rádio:

1 — Grupo Ocupacional AF-200 — Administrativo.

Escriturário, classe B, nível 10.

1. Iracema Julieta Praghistas

2. Júlia Bensusan Grilo

3. Maria da Conceição Castro Saraceni

4. Maria Helena Brown de Souza Pereira

Escriturário, classe A, nível 8:

1. Ester Dinorah Ribeiro Viana

2. Lygia Ferreira de Souza

3. Márcio de Andrade Cavalcanti

Escrevente-Dactilógrafo, nível 7:

1. Elza de Jesus Lemos

2. Iolanda Furtado Lobo

3. Leandra Edna Vaz

4. Nadir Bosísio

5. Nadir Pereira Respeita

II — Grupo Ocupacional AF-500 — Secretariado.

Taquigrafo, nível 14:

1. Manoel Teixeira de Carvalho Neto

Dactilógrafo, nível 7:

1. Dulce Petry da Costa

2. Silvia Valadares Maia

III — Grupo Ocupacional CT-400 — Rodoviário.

Motorista, classe A, nível 8:

1. José Ferreira.

IV — Grupo Ocupacional EC-300 — Documentação e Divulgação.

Arquivista, classe A, nível 7:

1. Norma Ferreira de Souza.

V — Grupo Ocupacional GL-300 — Serviços de Portaria.

Auxiliar de Portaria, classe A, nível 7:

1. Francisco Gonçalves da Silva.

Ascensorista, classe C, nível 12:

1. Armando Vieira de Souza.

Art. 2º O pagamento de vencimentos e demais vantagens dos servidores ora transferidos continuará a ocorrer, no presente exercício pelas dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75ª da República. — João Goulart. — Abelardo Jurema.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 55.818 — DE 8 DE MARÇO DE 1965

Transfere com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores em exercício na Comissão Técnica de Rádio.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 72 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963, decreta:

Art. 1º Ficam transferidos, com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, os servidores abaixo discriminados, que tinham exercício na extinta Comissão Técnica de Rádio:

I — Do Quadro do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

1) Walter da Silveira, Auxiliar de Portaria — GL — 303.8.B.

2) Anita Leão Silva — Escriturária, AF-202.8.A.

3) Palmyra Alves Coutinho — Dactilógrafo, AF-503.9.B.

4) Yeda de Mello Alvim — Escriturária, AF-202.10.B.

II — Do Quadro do Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos:

1) Lucy de Mello — Postalista, CT-202.14.B.

2) Maria Abreu Ney da Silva — Postalista, CT-202.16.C.

3) Hercílio de Sant'Anna — Carteiro, CT-203.14.C.

4) Moysés de Oliveira Sander — Dactilógrafo, AF-503.9.B.

5) Hélio de Lima Chaves — Telegrafista, CT-207.12.A.

6) Almir Cesário — Postalista, CT-202.12.A.

7) Roberto Raul de Vic Tupper — Assessor de Eletrônica, CT-110.18.B.

8) José de Souza Vianna Filho. Oficial de Administração, AF-201.14.B.

9) Esmeralda Cavalcanti Melo — Postalista, CT-202.12.A.

10) Joaquim de Faria Nogueira — Desenhista, P-1.001.161C.

11) Sdrney Logatti — Oficial de Administração, AF-201.14.B.

12) Francisca Pinheiro Noy da Silva, Postalista, CT-202.12.A.

13) José Antônio Marques — Postalista, CT-202.16.C.

III) Do Quadro do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

1) Léa Fernandes de Almeida — Oficial de Administração, AF-201.12.A.

IV — Do Quadro do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos:

1) Maria da Conceição Pacheco Carneiro — Oficial de Administração, AF-201.14.B.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 8 de março de 1965; 144º da Independência e 77ª da República

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Juarez Távora

Arnaldo Sussekind

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.780 — DE 12 DE JULHO DE 1960

Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 23. O Serviço Civil do Poder Executivo será atendido:

II — quando se trata de atividade transitória ou eventual:

a) por pessoal temporário admitido à conta de dotação global, recurso próprio do serviço ou fundo especial criado em lei;

b) por pessoal de obras admitido para realização de obras públicas, durante sua execução.

Art. 26. Para o desempenho de atividade técnico-especializada, para cuja execução não disponha o serviço de funcionário habilitado, poderá ser admitido especialista temporário, por prazo não excedente ao de um exercício financeiro, mediante Portaria do Ministro de Estado ou de dirigente de órgão subordinado ao Presidente da República.

Parágrafo único. O ato de admissão, além de sujeito às exigências regulamentares, ficará condicionado à apresentação de títulos comprobatórios de habilitação técnica ou especializada de candidato ao Departamento Administrativo do Serviço Público e ao registro prévio no Tribunal de Contas.

Art. 55. Os Ministérios, órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, autarquias, entidades

paraestatais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro do Café, bem como Serviços Portuários e Marítimos administrados pela União, sob forma autárquica, sempre que necessário, e havendo vaga inicial a preencher, solicitarão do Departamento Administrativo do Serviço Público indicação de candidatos habilitados em concurso, obedecida, rigorosamente, a ordem de classificação.

Brasília, 12 de julho de 1960; 139º da Independência e 72ª da República. — Juscelino Kubitschek. — Antônio Barros Carvalho.

MENSAGEM

Nº 7, de 1966

(Nº DE ORIGEM: 208).

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Nos termos do artigo 2º, item II, combinado com o artigo 21 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil, o anexo projeto de emenda constitucional, que modifica o artigo 185 da Constituição.

Brasília, em 2 de maio de 1966. — H. Castello Branco.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1966

Altera o artigo 185 da Constituição

Artigo único. O artigo 185 passa a ter a seguinte redação:

“E” vedada a acumulação de cargos, no serviço público federal, estadual, municipal, ou dos territórios e Distrito Federal, bem como em entidades autárquicas, paraestatais ou sociedades de economia mista, exceto a prevista no artigo 96, nº I, a de dois cargos de magistério, ou a de um destes com outro técnico-científico de nível universitário, ou, ainda, a de dois destinados a médicos, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário”.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da organização Federal

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º

Art. 185. E' vedada a acumulação de quaisquer cargos, exceto a prevista no art. 96, nº I, e a de dois cargos de magistério ou a de um destes com outro técnico ou científico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O art. 185 da Constituição da República contemplando os casos de acumulação remunerada, apenas prevê a exceção do “art. 96, nº I, e a de dois cargos de magistério ou a de um destes com outro técnico ou científico”.

II — Mas, a experiência nacional vem demonstrando a precariedade dos serviços de assistência médica face a desproporcionalidade entre os índices de crescimento demográfico e o correspondente número de profissionais da medicina.

III — Ora, constituindo dever inelutável do Estado preservar a saúde e garantir a eficiência do serviço público, impõe-se como corolário necessário a extensão aos médicos, do regime de excepcionalidade vigente em nossa Carta Magna.

IV — Por outro lado, é relevante constar expressamente, a par da compatibilidade do horário e da matéria, que o princípio da acumulação de cargos se legitima tanto nos serviços prestados na administração direta quanto naqueles executados em entidades paraestatais e empresas públicas, durmindo em definitivo divergências na aplicação do preceito constitucional.

V — Por estes motivos submeto a alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Emenda à Constituição da República, para envio ao Congresso Nacional, caso Vossa Excelência assim julgue oportuno e conveniente.

Aproveito o ensejo para renovar os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Viana Filho*, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil.

PROJETO DE LEI

Nº 5, de 1966 (C.N.)

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

Nº 1

No parágrafo único do art. 3º suprima-se a conjunção *porém*.

Justificativa

A técnica legislativa desaconselha o uso de conjunção como a introduzida no dispositivo mencionado. Demais, a criação do parágrafo já indica a exceção à regra inscrita no caput do artigo.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador *Josaphat Marinho*.

Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao item I do Artigo 10:

"I — As causas em que a União ou entidade autárquica federal, for assistente ou opoente, exceto as de falência, de legislação trabalhista e de acidentes do trabalho;"

Sala das Sessões, 29 de abril de 1966. — Dep. *Floriceno Paíto*.

Nº 3

Redijam-se os itens I, VIII e IX do art. 10:

"Art. 10 —

I — As causas em que a União ou entidade autárquica federal foi interessada como autora, ré, assistente ou opoente, exceto as de falência e de acidentes de trabalho;

VIII — Os habeas-corpus em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal, ressalvada a competência dos órgãos superiores da Justiça da União;

IX — Os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, e o art. 104, I, a, da Constituição. (emenda Constitucional nº 16, artigos 2º e 7º).

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966 — Deputado *Oliveira Britto*.

Nº 4

Acrescente-se ao art. 10, item IV na parte final:

"ressalvada a competência do Tribunal Marítimo Administrativo".

Justificativa

Pela legislação, atualmente, em vigor, compete ao Tribunal Marítimo Administrativo, decidir vários quesitos do Direito Marítimo e de Navegação.

A intenção do projeto, a nosso ver, não é de extinguir o mencionado Tribunal.

Assim, torna-se necessário, em nossa opinião, a ressalva, proposta na presente emenda.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1966. — Senador *Gouveia Vieira*.

Nº 5

Dê-se ao art. 13, I;

"Art. 13 —

I — processar e julgar, em primeira instância, as causas sujeitas à jurisdição da Justiça Federal (artigo 10), ressalvado o disposto no art. 15".

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado *Oliveira Britto*.

Nº 6

Art. 16. Parágrafo único

Acrescentar depois do item III:

"ações executivas".

Justificativa

Trata-se das ações executivas previstas no Código de Processo Civil. Não confundir ações executivas com executivos fiscais.

Há suficiente volume de ações executivas que não os executivos fiscais, justificando, assim a inclusão de um item para sua distribuição, como resto, ocorre atualmente, inclusive nas Varas da Fazenda Pública.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado *Noronha Filho*. (MDB-GB).

Nº 7

Dê-se à letra b, § 1º, 19, esta redação:

"Art. 19.

§ 1º

b) dois nomes de bacharéis em direito, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notório merecimento e reputação ilibada, e oito (8) anos, no mínimo, de efetivo exercício na advocacia, no Ministério Público, na magistratura ou no magistério superior".

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado *Oliveira Britto*.

Nº 8

Dê-se ao art. 21, V, esta redação:

"Art. 21.

V — certidão que comprove o efetivo e continuado exercício, por quatro (4) anos, pelo menos, na advocacia, no Ministério Público, na Magistratura, no magistério superior ou em cargo integrante do quadro da Justiça ou do Ministério Público para cuja investidura exija a lei diploma de bacharel em direito".

Nº 9

Acrescente-se ao art. 21 o seguinte:

"Parágrafo único. O limite máximo de idade, estabelecido no item I não prevalecerá para magistrados, membros do Ministério Público e funcionários efetivos estáveis da administração direta e descentralizada."

Justificativa

O limite de idade mínimo tem inteira procedência. Faz pressupor maior soma de conhecimentos, acervo prático e maior discernimento no julgar os fatos.

O limite máximo justifica-se quando se tratar de elemento que pela primeira vez ingressa no serviço público. Entretanto não tem cabimen-

to a sua aplicação a candidato a cargo de juiz que já pertença à magistratura, ao Ministério Público e ao funcionalismo de qualquer órbita de poder. O conveniente, porque assegurará lastro de trato da coisa pública, e que os magistrados, bem como os membros do Ministério Público e funcionários possam, se preferirem, concorrer também, sem óbice da idade, aos cargos da nova instância da magistratura federal.

O ingresso de homens que apresentem um passado dedicado ao serviço público constituirá garantia de melhor percepção dos fatos que lhes forem submetidos.

A sugestão não constitui inovação propriamente. Pauta-se pela orientação seguida para o ingresso no serviço público da União.

Brasília, 2 de abril de 1966. — Senador *Edmundo Levi*.

Nº 10

Dê-se ao art. 27 a seguinte redação:

"Art. 27. Os Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Conselho da Justiça Federal. Será admitida a posse por procuração relativamente aos primeiros e, para os segundos, delegação de competência a Juiz Federal da Seção".

Justificativa

De natureza prática a sugestão. Permite-se não só a procuração como a delegação de competência. A procuração quando se tratar de Juiz titular e delegação quando o empossando for substituto.

Aos juizes efetivos não se confere a facilidade da posse mediante competência delegada porque o ato teria de ser praticado perante outro Juiz de igual categoria, embora investido de uma delegação.

A sugestão, de ordem prática, muito facilitará aos nomeados a investidura no cargo.

Brasília, 2 de abril de 1966. — Senador *Edmundo Levi*.

Nº 11

Ao art. 28, inciso III, acrescente-se:

"de sociedade de economia mista, de que o poder público tenha participação majoritária".

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1966. — Deputado *Chagas Rodrigues*.

Nº 12

Art. 30.

Acrescentar:

Parágrafo único. Os juizes poderão residir em localidade vizinha da sede do Juízo, se não houver inconveniente para o serviço, a critério do Corregedor.

Justificativa

Muitas vezes a sede do Juízo está a pequena distância da residência do juiz, não havendo inconveniente. A conveniência será avaliada a critério da Corregedoria. Exemplo: Na Guanabara, muitos juizes poderão residir sem inconveniente, maior em Niterói. E um exemplo, entre muitos

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — *Noronha Filho*.

Nº 13

Substitua-se o § 1º do art. 36 pelo seguinte:

"Art. 36.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo são isolados e de provimento efetivo e serão providos mediante concurso público, de provas, organizado pelo Conselho de Justiça Federal".

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — *Oliveira Britto*.

Nº 14

No art. 36, § 4º, onde se diz "menos de quarenta e cinco anos de idade", diga-se "menos de trinta e cinco (35) anos de idade".

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1966. — *Oliveira Brito*.

Nº 15

Art. 40.

O item X passa a ter a seguinte redação:

X — fazer contas, cálculos e selagens previstos em lei, inclusive das custas do processo.

Justificativa

O Código do Processo Civil e a Lei dos Executivos Fiscais estabelecem várias hipóteses em que devem ser feitos cálculos de Contador.

Tais cálculos, no interesse da Fazenda Pública e demais jurisdicionados, deverão ser feitos pela própria Secretaria, porém somente se a Lei assim o determinar.

Com isso, evitar-se-á interpretações divergentes de juizes os quais poderão entender necessária a nomeação de Peritos Contadores para tais cálculos.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — *Noronha Filho*.

Nº 16

Art. 40.

Incluir, depois do item XII, o seguinte item:

— receber quantias devidas à Fazenda Pública e recolhê-las mediante guia, à repartição competente.

Justificativa

Trata-se de evidente omissão. É conveniente obviá-la.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — *Noronha Filho*.

Nº 17

Ao art. 42, redija-se assim:

"Art. 42. Os oficiais de justiça terão carteira de identificação, visada pelo juiz da vara em que servirem e terão passe livre, quando em exercício de suas funções, nas empresas de transportes da jurisdição respectiva."

Justificativa

Considerando, que o Juízo da Justiça Federal de 1ª Instância nos Estados, terá como sede a Capital de cada Estado, da respectiva Seção (artigo 3º), e que eventualmente, estender-se-á para outras cidades (Art. 12), neste caso temos ainda, Jurisdição muito ampla, territorialmente falando, pois compor-se-ão de dezenas de comarcas.

Considerando, que o oficial de Justiça, por força de suas funções, terá que se deslocar constantemente, para diversas comarcas.

E considerando, ainda, que, com a concessão de Passe Livre, o cumprimento de seus serviços será muito mais rápido, por não ter que depender da requisição de verba, que os sujeitaria às normas e trâmites burocráticos, a exemplo do que já existe na Justiça do Trabalho (Art. 13, da Lei nº 9.797-46), Segurança Pública Federal, Forças Armadas, Polícias Estaduais e outras.

Sobretudo, seria de grande economia para a União e suas Autarquias. Em vista do exposto, sugerimos que se faça no referido artigo, em benefício da Justiça Federal.

Brasília, 29 de abril de 1966. — Deputado *Antônio Feliciano*.

Nº 18

Ao Art. 43, redija-se assim:

"Art. 43. Mediante mandado regular, os Oficiais de Justiça terão livre acesso aos Registros Imobiliários, bem

como aos livros e documentos bancários, e outros lugares, que se fizerem mister, para o cumprimento de mandado de penhora, sequestro, arresto, busca ou apreensões de bens ou dinheiro em favor da União e de suas Autarquias".

Justificativa

O fato de sugerir a alteração da expressão de: Ordem Judicial específica, mediante mandado regular, é de corrente do seguinte:

No decorrer de vários anos de efetivo trabalho, nas Varas da Fazenda Nacional em São Paulo, jamais foi possível efetuar penhora ou sequestro em depósito bancário, pois todas as vezes que o oficial se dirige a um estabelecimento de crédito e constata a existência de depósito do executado, informa-se ao MM. Juiz. É evidente que tal informação será feita através de certidão e devolução de mandado a cartório.

A volta do mandado ao oficial diligenciante, mesmo que esta ocorra em vinte e quatro horas, acompanhada de ordem Específica, ao dirigir-se novamente ao banco em que se encontra o depósito, nada mais encontra a penhorar ou sequestrar.

Isto quando a ordem judicial específica se der em tempo recorde, ou seja, de 24 horas, o que dificilmente acontece, pois geralmente são decorridos vários dias e o executado tomou conhecimento da execução contra si, providência a retirada de seus depósitos. Dificuldade dessa ordem tem levado a União e suas Autarquias a prejuízos de tal monta, que o torna incalculável.

O exemplo supracitado é apenas um, entre dezenas de outros de natureza paralela, como seja: Sociedade em firmas, ações, títulos, créditos em mãos de terceiros ou em registro de imóveis, neste caso, quando o oficial obtém ordem específica, a qual geralmente demanda tempo, ao voltar ao Registro Imobiliário, o executado já providenciou a venda de seu imóvel e a respectiva transferência para terceiros. Vários outros exemplos poderão ser mencionados.

Sugerimos, portanto, que se faça constar a nova redação do artigo emendado, a bem da União e suas Autarquias que sofrem, anualmente, perdas incalculáveis, nesse particular.

Brasília, 29 de abril de 1966. — Deputado Antônio Feliciano.

Nº 19

Ao Art. 43

Acrescentar:

Parágrafo único. A recusa da exibição de livros e documentos caracteriza crime de desobediência à ordem legal a que se refere o art. 70, determinando a prisão em flagrante do responsável, sem prejuízo de execução imediata do mandado.

Justificativa

Sem esta ressalva, a medida seria platônica. A experiência o demonstra, com abundância de exemplos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 20

Art. 47

Passa a ter a seguinte redação:

Os Juizes Seccionais e os Juizes Seccionais Substitutos terão os respectivos vencimentos fixados proporcionalmente aos dos Juizes do Tribunal Federal de Recursos, com a diferença para menos, de 10% para os primeiros e 20% para os últimos.

Suprima-se o Anexo III e remunere-se os seguintes.

Justificativa

Trata-se da redação do Projeto da Comissão. É mais feliz que o do pro-

feto. Os vencimentos especificados no Anexo III, de Cr\$ 900.000 e Cr\$ 800.000, respectivamente, para Juizes Seccionais e Juizes Seccionais Substitutos são, evidentemente, baixos, não possibilitando a escolha de Juizes de melhor gabarito, o que pode concorrer para rebaixar o nível profissional além de diminuir a capacidade de resistência moral às pressões. Acresce que o critério meramente quantitativo e fixo é provisório e efêmero, dado o acelerado processo de desvalorização monetária.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 21

Acrescente-se ao art. 47:

"Parágrafo único. Os vencimentos fixados neste artigo são extensivos aos juizes da Capital Federal, Territórios, auditores e do Trabalho.

Justificativa

No seu capítulo VI a proposição dispõe sobre os vencimentos e vantagens dos juizes e servidores da Justiça Federal, atribuindo aqueles, de acordo com a tabela que acompanha o projeto, os vencimentos mensais fixos de Cr\$ 900.000,00, excetuadas as vantagens (gratificações de tempo de serviço — quinquênios, salário-família, etc.).

É óbvio que a proposição ao referir-se a juizes federais, genericamente, não poderia deixar de se dirigir aos demais, igualmente federais, como sejam os juizes da Capital Federal, dos Territórios, do Trabalho e aos auditores, porque do contrário estaria ferindo o princípio da isonomia sempre presente na apreciação dos projetos nesta Casa.

Ora, como a Lei nº 4.863, de novembro de 1965, atribuiu aos últimos os vencimentos fixos de Cr\$ 716.000, naturalmente terão que ser reajustados na mesma base, uma vez que são servidores da mesma categoria — juizes de primeira instância — embora com atribuições diversas apenas quanto à competência, o que seria justo em face da insignificante remuneração hoje percebida que não guarda uma correlação com as altas funções desempenhadas. Aliás, o próprio Procurador-Geral da República, em entrevista concedida ao "Correio da Manhã" no dia 24 do corrente, ressaltou este fato e salientou que os juizes que recebem vencimentos pelos cofres da União são mau remunerados. Diz a nota aludida:

"Esta remuneração — referindo-se aos Cr\$ 900.000 mensais que poderá ser melhorada posteriormente, e menos do que recebe um delegado de polícia da Guanabara e muito menos do que ganha um juiz neste Estado ou em São Paulo".

A manter a proposição, sem considerar estendidos aos demais juizes federais, os vencimentos nela atribuídos, será criar na primeira instância do Poder Judiciário uma casta de privilégios, com ofensa frontal ao princípio constitucional que prescreve tratamento igual para situações idênticas.

Para corrigir a distorção é mister que fique claro aquilo que está implícito no projeto, acrescentando-se um parágrafo elucidativo ao artigo, de forma que se esclareça a situação dos demais juizes de primeira instância que auferem vencimentos dos cofres da União, considerando-se integrados, para este efeito, na designação juizes federais, que, de resto, também o são. — Dep. Jorge Said Cury.

Nº 22

Art. 49

Passa a ter a seguinte redação:

Além do vencimento fixado para os respectivos cargos, os Juizes e os servidores da Justiça Federal perceberão gratificação adicional por tempo de serviço nas bases estabelecidas para os servidores do Poder Judiciário.

Justificativa

É inconveniente a fixação nas bases dos servidores públicos em geral, pois os critérios nos três poderes são diferentes, não devendo servir de base o critério do Poder Executivo.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Dep. Noronha Filho.

Nº 23

Acrescente-se ao art. 62 os seguintes parágrafos:

§ 1º Poderão ser inscritos na súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade dos membros componentes do Tribunal, num caso, ou por maioria qualificada, em dois julgamentos concordantes, pelo menos.

§ 2º Os enunciados da Súmula prevalecem e serão revistos, no que couber, segunda a forma estabelecida no Regimento do Supremo Tribunal Federal.

Justificação

Só os entendimentos judiciais firmemente assentados devem converter-se em enunciados da súmula. Decisões adotadas por maioria precária e reveladoras da permanência de grave controvérsia no pensamento dos julgadores, não consubstanciam jurisprudência nem devem limitar o uso dos recursos judiciais.

De outro lado, representando a elaboração da súmula uma experiência, há pouco iniciada pelo Supremo Tribunal Federal, é conveniente que a uniformidade de diretrizes na sua prática seja estabelecida pelas normas da Corte Suprema.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Josaphat Marinho.

Nº 24

Acrescente-se ao art. 64, depois das palavras "judiciária federal", o seguinte: "salvo a militar".

Justificação

A emenda tem por finalidade deixar claro que o art. 64 do projeto não extingue a polícia judiciária militar federal, isto é, o Inquérito Policial Militar, subordinando ao Departamento Federal de Segurança Pública, a apuração mesmo dos crimes militares.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1966. — Senador Gonçalves Vianna.

Nº 25

Ao art. 68, que faz remissão ao art. 21, do C.P.P., alterando-lhe a redação,

Onde se lê:

"Oito dias"

Lê-se:

"Três dias".

Sala das Sessões, 2 de maio de 1966. — Deputado Chagas Rodrigues

Nº 26

Acrescente-se ao art. 70 e parágrafo seguinte:

Art. 70.

Parágrafo único. Compete ao Tribunal Federal de Recursos processar e julgar o Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública nos crimes comuns e nos de responsabilidade, bem como conhecer e decidir dos pedidos de "habeas corpus" e dos mandados de segurança impetrados contra a referida autoridade".

Justificação

O Código de Organização Judiciária do antigo Distrito Federal (Decreto-lei nº 8.527, de 1945), no seu art. 11, nº I, letras a e b, atribuiu competência ao Tribunal de Justiça para processar e julgar o Chefe de Polícia do Distrito Federal nos crimes comuns e nos de responsabilidade, assim como lhe dava competência para conhecer

e decidir dos pedidos de "habeas corpus" e dos mandados de impetrados contra o Chefe de Polícia.

A lei que dispõe sobre a Organização Judiciária do atual Distrito Federal (Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960) mantém a mesma competência do Tribunal de Justiça. Igual orientação seguiu o Código de Processo Penal, no seu art. 650, nº II, última parte.

Procurou o legislador reservar a um Tribunal a competência para processar e julgar uma autoridade policial de alto nível, como seja o Chefe de Polícia. Aos juizes da primeira instância ficou a competência para julgar e processar as demais autoridades policiais locais.

Regulamentada a Polícia Federal pela Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1964, ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública foi dada atribuição de Chefe de Polícia de âmbito federal.

Até mesmo por motivos de coerência, não se pode negar ao Diretor-Geral do DFSP a prerrogativa de foro, devendo, por isso, atribuir-se a um Tribunal Federal competência para processá-lo e julgá-lo nos crimes comuns e nos de responsabilidade e, bem assim, conhecer e decidir dos "habeas corpus" e dos mandados de segurança impetrados contra a referida autoridade. Acresce ainda que tal prerrogativa é de ser conferida quando é assegurada ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, autoridade de categoria menos elevada em relação à do Diretor-Geral do DFSP, cuja nomeação, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.433, de 16-11-64, só é feita depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, requisito não exigido para a escolha dos Ministros de Estado, aos quais, de acordo com os preceitos constitucionais, se atribui foro privilegiado.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1966. — Deputado Costa Cavalcanti.

Nº 27

Acrescente-se ao art. 70 e parágrafo seguinte:

"Art. 70.

Parágrafo único. Compete ao Tribunal Federal de Recursos processar e julgar o Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública nos crimes comuns e nos de responsabilidade, bem como conhecer e decidir dos pedidos de "habeas corpus" e dos mandados de segurança impetrados contra a referida autoridade".

Justificação

O Código de Organização Judiciária do antigo Distrito Federal (Decreto-lei nº 8.527, de 1945), no seu art. 11, nº I, letras a e b, atribuiu competência ao Tribunal de Justiça para processar e julgar o Chefe de Polícia do Distrito Federal nos crimes comuns e nos de responsabilidade, assim como lhe dava competência para conhecer e decidir dos pedidos de "habeas corpus" e dos mandados de impetrados contra o Chefe de Polícia.

A lei que dispõe sobre a Organização Judiciária do atual Distrito Federal (Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960) mantém a mesma competência do Tribunal de Justiça. Igual orientação seguiu o Código de Processo Penal, no seu art. 650, nº II, última parte.

Procurou o legislador reservar a um Tribunal a competência para processar e julgar uma autoridade policial de alto nível, como seja o Chefe de Polícia. Aos juizes da primeira instância ficou a competência para julgar e processar as demais autoridades policiais locais.

Regulamentada a Polícia Federal pela Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1964, ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública foi dada atribuição de Chefe de Polícia de âmbito federal.

Até mesmo por motivos de coerência, não se pode negar ao Diretor-Geral do DFSP a prerrogativa de foro, devendo, por isso, atribuir-se a um Tribunal Federal competência para processá-lo e julgá-lo nos crimes comuns e nos de responsabilidade e, bem assim, conhecer e decidir dos "habeas corpus" e dos mandados de segurança impetrados contra a referida autoridade. Acresce ainda que tal prerrogativa é de ser conferida quando é assegurada ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, autoridade de categoria menos elevada em relação à do Diretor-Geral do DFSP, cuja nomeação, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.483, de 16-11-64, só é feita depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, requisito não exigido para a escolha dos Ministros de Estado, aos quais, de acordo com os preceitos constitucionais, se atribui foro privilegiado.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1966. — Senador Manoel Vilça.

Nº 23

Art. 73.

Suprimir.

Justificativa

O artigo é flagrantemente inconstitucional. Diz o artigo 186 da Constituição Federal: "A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde".

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 29

Dê-se ao art. 73 a redação abaixo e nele se incluam dois parágrafos.

"Art. 73. As primeiras nomeações para os cargos, ora criados, de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, serão feitas, em caráter efetivo, pelo Presidente da República, desde que satisfaçam as condições previstas, quanto àqueles, na letra b, § 1º, do art. 19, e, de referência aos últimos, no item V do art. 21.

§ 1º As primeiras nomeações para os cargos, ora criados, de servidor da Justiça Federal serão feitas pelo Presidente da República em caráter interino.

§ 2º No prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da vigência desta lei, o Conselho da Justiça Federal fará realizar, com observância do disposto no art. 36, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, concurso público de provas, a que concorrerão, em igualdade de condições com os demais inscritos, os servidores interinos de que trata o parágrafo anterior."

Brasília, 2 de maio de 1966. — Deputado Oliveira Brito.

Nº 30

Substitua-se o art. 73 do Projeto pelo seguinte:

Art. 73. As primeiras nomeações de juizes federais substitutos serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada, (Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, art. 20).

Parágrafo único. Para o primeiro provimento nos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal poderão ser aproveitados servidores efetivos da União e de suas autarquias.

Justificação

A Constituição Federal preceitua que a primeira investidura em cargos de carreira e em outros que a lei estabelecer far-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde (art. 186).

A primeira investidura em cargos isolados, a menos que a lei a condiciona ao concurso, poderá ser feita por livre escolha do Presidente da República, no uso da competência que

lhe é atribuída pela Constituição Federal (art. 87, item V).

O Projeto visava prestigiar o sistema de méritos e a dar cumprimento ao preceito constitucional, segundo o qual os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros (art. 184), estipulando concurso como requisito de investidura em todos os cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal (art. 36, parágrafo Primeiro).

Acontece, porém, que o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, com o propósito de apressar a instalação da Justiça Federal de Primeira Instância, dispõe, no art. 20, que: O provimento inicial dos cargos da Justiça Federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada abrindo, dessarte, exceção a regra que lhe deu o art. 105 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu o art. 6º do precitado Ato Institucional.

Com o mesmo propósito de apressar a instalação da Justiça Federal de Primeira Instância, cujo funcionamento depende não somente da nomeação dos juizes federais e dos juizes federais substitutos, mas também dos funcionários de seus serviços auxiliares, o art. 73 do Projeto dispensa, para as primeiras nomeações, a exigência do concurso.

Não se me afigura conveniente, para a consecução do objetivo colimado, que se atribua ao Presidente da República competência ilimitada para nomear funcionários, dilatando, demasiadamente, a área de recrutamento. Parece-me, ao revés, necessário que se estabeleça restrições a essa competência, limitando a discricão, reduzindo a área de recrutamento, de modo que as nomeações se façam entre funcionários efetivos da União ou de suas autarquias.

Essa é a finalidade da emenda ora apresentada. — Sen. Daniel Krieger.

Nº 31

Suprima-se no art. 73 a expressão "e de servidor da Justiça Federal".

Justificação

O art. 20 do Ato Institucional nº 2-65, embora adulterado em republicação, não autoriza a livre nomeação, a nomeação "em caráter efetivo, por livre escolha do Presidente da República", como estabelece o art. 73 do projeto.

2. Na publicação original (D.O. de 27.10.65) está assim redigido o dispositivo institucional:

"Art. 20. O provimento inicial do cargo de juiz federal, far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada." (o grifo é nosso)

Aparece nas publicações correntes, com a seguinte redação:

"Art. 20. O provimento inicial dos cargos da Justiça Federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada." (é nosso o grifo).

Mas, se a forma original não permitia o discricionarismo pretendido, também, não o possibilita a redação corrente. De ambas as redações consta a cláusula de "saber jurídico" aplicável a todos quantos postularem o cargo de juiz. A intenção foi, portanto, deixar ao arbitrio do Presidente da República tão-somente o primeiro provimento dos cargos de Juiz, em coerência, aliás, com a redação dada pelo art. 6º do mencionado A. I. nº 2-65 ao art. 105 da Constituição. Nada autoriza a amplitude proposta. Contrária, de outro modo, à norma cogente informante do art. 186 da Carta ainda vigente. E é por isso, indistintamente, que o art. 73 do projeto exclui a cláusula exigente de

"saber jurídico". Claro, tal condição só se poderá aplicar para o preenchimento de cargos de magistratura e nunca de burocracia.

A moral administrativa exige a correção proposta.

Brasília, 2 de abril de 1966. — Senador Edmundo Levi.

Nº 32

Ao art. 73

Onde se diz:

"em caráter efetivo"

Diga-se:

"em caráter interino"

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Dep. Chagas Rodrigues.

Nº 33

Dê-se ao art. 73 a seguinte redação:

"Art. 73. As primeiras nomeações para os cargos públicos, ora criados, de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, serão feitas em caráter efetivo, por livre escolha do Presidente da República, e sem as limitações desta lei".

Justificação

A emenda visa a eliminar a expressão "e de servidor da Justiça Federal", constante do Projeto retirando desse artigo o vício de inconstitucionalidade, pois que a dispensa de concurso para o primeiro investimento só foi autorizada para o de Juiz Federal e Juiz Substituto consoante se verifica do art. 20 do Ato Institucional nº 2, que se refere a "saber jurídico", só exigível para tais cargos.

Ato Institucional nº 2.

Art. 20. "O provimento inicial dos cargos da justiça federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada".

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Euclides Vilar Pessoa.

Nº 34

Dê-se ao art. 73 a seguinte redação:

"Art. 73. As primeiras nomeações para os cargos ora criados, de Juiz Federal, Juiz Federal Substituto e de servidor da Justiça Federal, serão feitas mediante concurso público das provas e títulos tratando-se dos magistrados e mediante concurso de provas com referência aos demais servidores".

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1966. — Deputado Chagas Rodrigues.

Nº 35

Redija-se assim o Art. 73:

"Art. 73. As primeiras nomeações para os cargos de Juiz Federal e de juiz federal substituto serão feitas pelo Presidente da República dentre nomes de bacharéis em direito, de notório merecimento e reputação ilibada, indicados em lista quintupla pelo Supremo Tribunal Federal".

Justificação

A nomeação de juizes federais deve se resguardar do critério fixado na emenda. Quando o sistema do mérito é exigido para provimento de cargos humildes, será espantoso abandoná-lo quando se cuida de investir altos dignitários da Justiça. Já se apontam nomes de políticos militantes para as funções naturalmente suspeitos quando irão julgar inclusive crimes políticos imputados a adversários partidários no próprio Estado.

Nem se diga que a corresponsabilidade do Supremo Tribunal Federal

na indicação dos nomes, aliás o próprio sistema adotado no projeto (artigo 19), acarrete delongas na implantação da justiça federal. Poderá ser feita de pronto. Quanto aos servidores que devam ser nomeados por concurso, por força do art. 36, com a supressão do livre provimento em má hora inspirado no art. 73, também não haverá procrastinação, pois enquanto não se efetuarem os concursos, os servidores estaduais funcionarão com os juizes federais, nomeados, nos termos da regra inscrita no parágrafo 2º, do art. 78.

Portanto: a emenda merece acolhida, uma vez que expungirá o credenciamento da justiça federal da elva mortal da suspeição, pelo respaldo imparcial da indicação pelo Supremo e pelo concurso de prova e de títulos, para os servidores, isso sem qualquer retardamento na implantação do novo setor do poder judiciário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1966. — Deputado Vieira de Melo.

Nº 36

No artigo 73:

Inclua-se o seguinte

Parágrafo único. Em igualdade de condições com outros candidatos, terão prioridade para as nomeações a que se refere o presente artigo, os ex-combatentes da FEB.

Justificação

O parágrafo que, pela presente Emenda, desejamos incorporar ao artigo 73, consagra um princípio que tem presidido a todas as leis que criem cargos desde o término da última grande guerra.

De fato, com o propósito de retribuir, um pouco, a enorme soma de servidores prestados pelos brasileiros que, nos campos de batalha da Europa, expuseram as suas vidas em defesa da liberdade e de democracia, o legislador, do então para cá, tem procurado, em todas as oportunidades, favorecer, em caráter prioritário, a nomeação de ex-combatentes para o serviço público.

A norma predominante, aliás, é a desse aproveitamento, mas nada impede que, para reforçá-la, proceda-se, em cada caso, como pretendemos fazer através da Emenda que sugerimos, pois isto terá o mérito de trazer sempre presente, ao coração do povo, a glória de nossos soldados.

Nada inovando, e tendo, indubitavelmente, um cunho de reconhecimento patriótico, a Emenda que oferecemos ao exame da Comissão afigura-se-nos de inteiro cabimento.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Cattete Pinheiro.

Nº 37

Ao Art. 73, acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Os serventuários da Justiça do antigo D. F. que passaram a integrar os serviços judiciários do Estado da Guanabara terão preferência para o preenchimento dos cargos criados no quadro previsto no art. 36, respeitadas as suas atuais categorias e desde que o requeram ao Ministro da Justiça dentro de 7 dias da publicação desta lei.

Justificação

A emenda ora apresentada, comparece-se com aquela que se apresenta no art. 83 do mesmo projeto, visando ambas a regular uma situação não atendida pela Mensagem do Sr. Presidente da República. Os serventuários do antigo Distrito Federal que, em virtude da transferência da Capital para Brasília, passam a integrar os serviços da Justiça do Estado da Guanabara, são de investidura

A União e, em face da inexistência de quadros próprios no Poder Judiciário Estadual, ficariam condenados a uma aposentadoria ou disponibilidade sem apelo, caso não se dispusesse de uma forma de aproveitamento pela Justiça Federal.

Esse aproveitamento se justifica, ainda, pelo fato de que os referidos servidores são profissionais de longa experiência nos serviços cartorários e não se entenderia que a lei dispusesse de forma a tornar impossível o concurso de pessoas reconhecidamente capacitadas, nos novos órgãos que não ser criados. Na verdade, as dificuldades iniciais de instalação da Justiça Federal, a interrupção transitória do andamento dos processos em decorrência da criação e organização dessa Justiça seriam consideravelmente reduzidas e, até mesmo, inexistentes, caso pudessemos aproveitar as pessoas e organizações de trabalho judiciário atualmente operantes.

Também não se justifica que, sem razões, e mesmo contrariando aspectos fundamentais da matéria que pretende regular, a Lei crie ônus para a União, sem dar possibilidades a que, por meio da própria manifestação dos interessados, venham estes a preferir continuar em serviços nos quadros da Justiça Federal. A aposentadoria paga pelos cofres da União ganha mais significado se não fecharmos a porta dessa possibilidade e dispusermos de forma a que os ônus só venha a recair sobre os cofres públicos federais, caso não ocorra o aproveitamento que as emendas apresentadas tornam possível.

A exclusão dessa hipótese não tem sentido prático, é onerosa para a União e não atende ao reconhecimento necessário dos anos de trabalho e experiência, acumulados por essas pessoas nos serviços da Justiça.

Os serventuários, cuja situação funcional a emenda regula, são servidores da Justiça, alguns com mais de 30 anos de serviços prestados ao Poder Público. Não se justificaria que, sem nenhuma causa ponderável, sem nenhum benefício para o sistema a ser adotado e até mesmo importando em ônus extraordinário para a União, venha a se aposentar, por em disponibilidade, ou de qualquer outra forma retirar da vida ativa e do seu trabalho, pessoas válidas, e experientes e úteis para o serviço.

Atendida a presente emenda, a Lei ganha nova dimensão humana e social, resultando em sua solução que atende aos interesses do Estado, ao mesmo tempo que acolhe as pretensões legítimas e ressalva o direito daqueles que prestaram serviços relevantes à Justiça do País.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 38

Ao Art. 73, acrescente-se:

"Parágrafo único. É facultado o aproveitamento, nos cargos seriado por esta lei, dos que estão servindo nas Varas da Fazenda Nacional".

Justificativa

Em geral, os servidores e serventuários lotados nas Varas da Fazenda Nacional, há anos vêm prestando serviços de inestimável valor, sendo, portanto, servidores federais de fato, estando, apenas, serem de direito.

Tendo a União que preencher os cargos ora criados pela presente lei, é evidente que será muito mais fácil e humano selecionar seus titulares entre os que já se encontram lotados nas Varas da Fazenda Nacional.

Por outro lado, considerando a prática Fazendária e eficiência que têm demonstrado até hoje, os quais são portadores de elevados conhecimentos nas atribuições em questão, nada mais justo será dar-lhes a de-

vida preferência nas lotações dos cargos ora criados.

Brasília, em 29 de abril de 1966. — Dep. Antônio Feliciano.

Nº 39

Acrescentem-se ao art. 73 os seguintes parágrafos:

§ 1º As nomeações para os cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, previstas neste artigo, serão feitas dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º Para o preenchimento dos cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, na forma deste artigo não poderão ser nomeados membros de comissões ou órgãos dirigentes de partidos políticos ou entidades equivalentes, nem membros ou suplentes dos corpos legislativos da União, dos Estados e dos Municípios, Ministros e Secretários de Estado.

Justificativa

A emenda visa a dois objetivos, que se completam, a bem da organização da Justiça Federal.

No parágrafo primeiro, ajusta o projeto ao texto do Ato Institucional nº 2, o art. 2º desse Ato prescreve, expressamente, que "o provimento inicial dos cargos da Justiça Federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada".

O art. 73 do projeto não prevê essa condição, antes faz presumir liberdade absoluta de escolha, em contrariedade ao Ato Institucional.

No parágrafo segundo, sem negar o poder de escolha do Presidente da República, a emenda busca enquadrar o projeto no sistema ou na tradição do direito brasileiro, preservando a organização da Justiça de decisões governamentais puramente políticas.

No regime da Constituição, o Senado exerce o controle das indicações para o Supremo Tribunal Federal e para o Tribunal Federal de Recursos, aprovando-as como condição para a nomeação.

Ao modificar o art. 105 da Constituição, o Ato Institucional nº 2, em seu art. 6º, estipula que "os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal".

Prevê, pois, um processo de controle da designação, através da indicação prévia da Suprema Corte.

Se as primeiras nomeações refogem ao critério de controle, segundo o art. 20 do Ato Institucional e o artigo 73 do projeto, é natural que sejam adotadas cautelas, na lei impeditivas de soluções desaconselháveis.

A emenda não condena os homens públicos, nem os declara incompatíveis para o exercício da magistratura. Nos tribunais superiores é sempre conveniente, mesmo que, ao lado dos magistrados de carreira, funcionem juizes provenientes das atividades políticas, para o contraste de experiências diversificadas, para o bom equilíbrio das diretrizes do pensamento e das normas do direito público e do direito privado.

No caso, porém, além de tratar-se de juizes singulares, as nomeações, por serem iniciais, são da iniciativa e livre escolha do Presidente da República, sem participação de outro Poder.

Demais, compete aos juizes federais julgar crimes políticos e contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve (arts. 10, 13 e 14), o que lhes agrava a responsabilidade, impondo-lhes maior isenção e independência.

Assim para preservar a autoridade de Chefe do Poder Executivo e a posição dos políticos e parlamentares, a proibição proposta encerra norma de elementar conveniência ética e de

interesse público, rigorosamente adequada numa lei de organização de um dos setores da Justiça.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Joséphat Marinho.

Nº 40

Acrescente-se o seguinte Parágrafo ao artigo nº 73, da Mensagem número 5-66:

"Parágrafo único. Serão nomeados prioritariamente os serventuários referidos no artigo 90".

Justificativa

São, indubitavelmente, os Serventuários dos Cartórios das Varas da Fazenda Pública, funcionários práticos e com conhecimentos técnicos necessários para o bom funcionamento da nova organização judiciária de que trata a Mensagem nº 5, de 1966 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Adahury Fernandez.

Nº 41

Art. 76

Passa a ter a seguinte redação: Os livros e arquivos dos atuais Cartórios das Varas da Justiça local, privativas dos feitos da Fazenda Nacional, passarão para as Varas Federais do mesmo número das seções judiciárias, respectivas.

Justificativa

A medida, como está no projeto, é impraticável: são arquivos volumosos. As Varas mais antigas possuem arquivos que remontam aos tempos do Império. Além disso, é enorme a quantidade de executivos fiscais distribuídos, tornando inexistível a aglutinação de todos os arquivos em uma das Varas, impossibilitando o bom andamento do serviço.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Noronha Filho.

Nº 42

Art. 78

Suprimir a expressão "estaduais".

Justificativa

Existem feitos que passarão à alçada dos Juizes federais, mas que, no momento são da competência das Juntas do Trabalho, que são presididas por Juizes federais. A prevalecer a redação do Projeto, perderiam as Juntas, de imediato, sua competência.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 43

Dê-se ao § 1º, do art. 78 a seguinte redação:

§ 1º Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência — quer perante as Varas Especiais dos Feitos da Fazenda Federal, quer perante as Varas da Justiça comum em processos de qualquer natureza".

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1966. — Deputado Celestino Filho.

Nº 44

Dê-se ao § 1º do art. 78 a seguinte redação:

"§ 1º Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência, quer perante as Varas Especiais dos Feitos da Fazenda Federal, quer perante as Varas da Justiça comum, em todos os feitos que passaram para a competência da Justiça Federal.

Brasília 2 de maio de 1966. — Deputado Oliveira Britto.

Nº 45

Acrescente-se ao art. 81 o seguinte:

Art. 81. Satisfeito o pagamento das custas dos atos praticados pelas atuais serventorias titulares das extintas Varas da Fazenda Pública em carregadas da cobrança da Dívida ativa da União e suas autarquias.

Brasília, em 28 de abril de 1966. — Deputado Dnár Mendes Ferreira.

Nº 46

Substitua-se o art. 83 pelo seguinte:

Art. 83. Serão conservados no exercício dos seus cargos e perceberão as custas em vigor no Estado da Guanabara os Distribuidores das extintas Varas da Fazenda Pública Federal do Estado da Guanabara.

§ 1º Seus cargos serão extintos à medida que se vagarem e os servidores em exercício nos ofícios que se extinguirem serão aproveitados no que for compatível com as respectivas capacidades em vagas que ocorrerem nos quadros da Justiça Federal, Seção da Guanabara, devendo ser aposentados se contarem 30 ou mais anos de serviço e não forem aproveitados.

§ 2º Poderão, ainda, os referidos servidores ser aproveitados, a juízo do Governo do Estado da Guanabara, nos quadros da Justiça Estadual.

§ 3º Os servidores e serventuários da Justiça Federal que, com a mudança da Capital Federal para Brasília, passaram a integrar os serviços judiciários do Estado da Guanabara, e que, em decorrência desta lei, pela perda de suas atribuições, venham a ser aposentados ou postos em disponibilidade pelo Governo local, terão seus proventos de aposentadoria ou disponibilidade pagos pela União, nos termos da legislação federal em vigor, respeitado, em qualquer hipótese, o limite fixado pelo art. 13 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Brasília, em 28 de abril de 1966. — Senador Antônio Carlos.

Nº 47

Substitua-se o art. 83 pelo seguinte:

Art. 83. Os titulares das extintas escrivaniarias das 1ª, 3ª e 4ª Varas da Fazenda Pública Federal do Estado da Guanabara, bem como o respectivo contador, caso não permaneça na Justiça desse Estado, poderão ser aproveitados, se o solicitarem ao Ministro da Justiça, no prazo de trinta dias da data desta Lei, nos cargos de chefe de secretariado nas Varas ora criadas na Seção da Guanabara ou serão postos em disponibilidade ou aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e nos termos da legislação em vigor, percebendo, no primeiro caso, a remuneração integral a que fariam jus, se não fossem aposentados, acrescida da média aritmética das percentagens referidas no período e três anos, na cobrança da dívida ativa da União e suas autarquias, a contar, regressivamente a partir do dia em que ela for decretada.

Justificativa

Artigos 187 e 189, § 1º da Constituição.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1966. — Deputado Dnár Mendes.

Nº 48

"Organiza a Justiça Federal de primeira instância e dá outras providências".

Substitua-se o art. 83 pelo seguinte:

Art. 83. Os titulares e serventuários da Justiça, nos respectivos Estados, que em decorrência desta Lei pela perda de suas atribuições ou proventos poderão ser aposentados ou colocados em disponibilidade pelo Governo local e pagos pela União, respeitado, em qualquer hipótese, o limite fi-

xado pelo art. 13 da lei 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Brasília, em 28 de abril de 1966. — Deputado Dnir Mendes.

Nº 49

Dê-se a seguinte redação ao art. 83:

Art. 83. Os servidores e serventários da Justiça do antigo Distrito Federal que, com a mudança da Capital Federal para Brasília, passaram a integrar os serviços judiciários do Estado da Guanabara, e que, em decorrência desta lei, perda de suas atribuições, venham a ser aposentados ou postos em disponibilidade pelo governo local, terão seus proventos de aposentadoria ou disponibilidade pagos pela União nos termos da legislação federal em vigor, respeitado, em qualquer hipótese, o limite fixado pelo art. 13 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, e atendido ao disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo os serventários e servidores perceberão os proventos de aposentadoria próprios a seus cargos atuais, acrescidos da média aritmética das percentagens recebidas pela cobrança da dívida ativa da União Federal e Antarquias durante os últimos 36 meses, contados regressivamente do dia em que a aposentadoria ou a disponibilidade for decretada.

Justificação

A Emenda ora apresentada, complementando aquela que se apresenta ao art. 73 do mesmo projeto, visa a regular a situação funcional dos serventários das Varas de Fazenda Pública no Estado da Guanabara, não atendida pelo projeto.

Assim sendo, transcreve-se a seguir a justificação oferecida na Emenda acima referida:

"Os serventários do antigo Distrito Federal que, em virtude da transferência da Capital para Brasília, passaram a integrar os serviços da Justiça do Estado da Guanabara, são de investidura da União e, em face da inexistência de Quadros próprios no Poder Judiciário Estadual, ficarão condenados a uma aposentadoria ou disponibilidade sem apelo, caso não se dispuser de uma forma de aproveitamento pela Justiça Federal."

Esse aproveitamento se justifica, ainda pelo fato de que os referidos servidores são profissionais de longa experiência nos serviços cartorários e não se entenderia que a lei dispusesse de forma a tornar impossível o concurso de pessoas reconhecidamente capacitadas, nos novos órgãos que vão ser criados. Na verdade, as dificuldades iniciais de instalação da Justiça Federal, a interrupção transitória do andamento dos processos em decorrência da criação e organização dessa Justiça seriam consideravelmente reduzidas e, até mesmo inexistentes, caso pudessemos aproveitar as pessoas e organizações de trabalho judiciário atualmente operantes.

Também não se justifica que, em razão, e mesmo contrariando aspectos fundamentais da matéria que pretende regular, a lei crie ônus para a União, sem dar possibilidades a que, por meio da própria manifestação dos interessados, venham estes a preferir continuar em serviços nos quadros da Justiça Federal. A aposentadoria paga pelos cofres da União ganha mais significado se não fecharmos a porta dessa possibilidade e dispusermos de forma a que esse ônus só venha a recair sobre os cofres públicos federais, caso não ocorra o aproveitamento que as emendas apresentadas tornam possível.

A exclusão dessa hipótese não tem sentido prático, é onerosa para a União e não atende ao reconhecimento necessário dos anos de trabalho e

experiência, acumulados por essas pessoas, nos serviços da Justiça.

Os serventários, cuja situação funcional a emenda regula, são servidores da Justiça, alguns com mais de trinta anos de serviços prestados ao Poder Público. Não se justificaria que, sem nenhuma causa ponderável, sem nenhum benefício para o sistema a ser adotado e até mesmo importando em ônus extraordinário para a União, venha a se aposentar, por em disponibilidade, ou de qualquer outra forma retirar da vida ativa e do seu trabalho, pessoas válidas, e experientes e úteis para o serviço.

Atendida a presente emenda, a lei ganha nova dimensão humana e social, resultando em uma solução que atenda aos interesses do Estado, ao mesmo tempo que acolhe as pretensões legítimas e ressalva o direito daqueles que prestaram serviços relevantes à Justiça do País.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1966. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 50

Art. 84

Passa a ter a seguinte redação:

O Conselho de Justiça Federal, dentro de trinta dias a contar de sua instalação enviará ao Poder Executivo anteprojeto de lei que institua o Regimento de Custas, o qual incluirá, necessariamente, a disposição de correção monetária anual de seus valores, segundo os índices estabelecidos em lei.

Justificativa

A proposição se justifica por si. Qualquer valor fixo, sem o dispositivo de correção monetária decorrente da inflação sofrerá a obsolescência em curto prazo.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 51

Acrescentam-se ao art. 85 os seguintes parágrafos:

§ 1º Respeitado o direito de opção dos serventários dos cartórios dos feitos da Fazenda Federal, os primeiros proventos dos cargos de que trata este artigo far-se-ão, concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, nos cargos de Oficial Judiciário e Depositário-Avaliador-Leiloeiro pelos concursados para Oficial de Administração; nos de Auxiliar Judiciário e Oficial de Justiça, pelos habilitados em seleção para Escriturário; e nos de Porteiro, Auxiliar de Portaria e Servente, pelos aprovados em concursos destinados a essas carreiras, correlacionando-se os vencimentos dos cargos à classificação obtida pelos candidatos.

Aos nomeados assistirá o direito de recusa manifestada dentro de quinze dias de publicação do ato, sem prejuízo do direito de nomeação futura para os cargos das carreiras a que concorreram.

§ 2º O cargo de Chefe de Secretaria será isolado, de livre provimento pelo Presidente da República, na forma da legislação vigente.

§ 3º Nas Sessões onde não houver candidato habilitado, ou os nomeados recusarem, os cargos poderão ser providos interinamente, devendo o Conselho da Justiça Federal providenciar a realização dos respectivos concursos, diretamente ou por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Justificação

A emenda objetiva finalidades justas e morais. Dá, em primeiro lugar, direito à opção aos auxiliares de justiça que atualmente prestam serviço em cartórios por onde correm os feitos da Fazenda Federal. E, em segundo lugar, permite o aproveita-

mento dos inúmeros concursados, existentes em todo o Brasil, que com as melhores pressuposições, poderão prestar ótima colaboração aos novos órgãos judiciais. Já comprovaram sua capacidade através de prova de seleção para carreiras iguais ou semelhantes; e o seu aproveitamento, na forma proposta, constituirá estímulo e exemplo de procedimento moral indiscutível, que muito enobrecerá o Governo.

2. A correlação estabelecida entre vencimento e classificação resulta da soma de conhecimentos exigidos para os cargos correlacionados. Além disso, não inovando, trilhará prática repetida constantemente pelo Executivo quando se trata de preencher cargos de carreira nova.

3. O cargo de Chefe de Secretaria enquadra-se, evidentemente, entre aqueles que a Constituição autoriza serem livremente providos pelo Presidente da República, conforme a conceituação legal vigente: cargo isolado de provimento efetivo.

Brasília, em 2 de maio de 1966. — Senador Edmundo Fernandes Leão.

Nº 52

Redija-se assim o art. 87 do Projeto:

Art. 87. São criados, na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum:

I — seis cargos de Procurador da República de Primeira Categoria;

II — oito cargos de Procurador da República de Segunda Categoria;

III — quinze cargos de Procurador da República de Terceira Categoria.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo serão providos conforme determina o art. 127 da Constituição Federal e demais dispositivos legais aplicáveis.

§ 2º Os cargos a que se refere este artigo, assim como os demais cargos já existentes na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum, serão lotados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios mediante decreto do Poder Executivo.

Justificação

A emenda visa reduzir o número de cargos que o projeto intenta criar, considerando que, atualmente, a carreira já conta 41 cargos (vários deles vagos) de Procurador da República, distribuídos pelas diversas categorias (1ª, 2ª e 3ª).

Se aprovado o projeto, tal como concebido, seriam 87 os Procuradores da República, número evidentemente excessivo, tanto mais que já existem dois Subprocuradores Gerais da República, número que o art. 86 do Projeto eleva para cinco. Em suma, o Ministério Público Federal teria 92 cargos.

Ora, são 26 as Seções Judiciárias criadas pelo Projeto e, na maioria delas, com exceção das localizadas no Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul e S. Paulo, em cada uma delas será lotado apenas um Juiz Federal.

Se aprovada a presente emenda, seriam criados apenas mais 29 cargos de Procurador da República, elevando para 70 o número total de Procuradores. Assim, ainda que fosse lotado um Procurador da República para cada Juízo Federal mantida sempre a correspondência numérica entre juízes e procuradores, o que é excessivo, dada a diferença do volume de serviço, pois um só procurador pode atender dois juízes, teríamos ainda disponíveis 26 Procuradores da República.

Maior número de Procuradores não será necessário para atender aos serviços da União junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal

Eleitoral e Tribunal Federal de Recursos, onde já estarão também lotados os 5 Subprocuradores da República.

Por outro lado, na redação que propomos, o parágrafo único é o primeiro a regra moralizadora do dobrado em dois parágrafos, fixando concurso público de provas e títulos (art. 127 da Constituição e Lei Orgânica do Ministério Público da União) para o provimento dos cargos, mantendo o segundo a redação original que o projeto daria ao seu parágrafo único, relativamente à lotação dos cargos.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Celso Passos.

Nº 53

Dê-se ao corpo do art. 87 a seguinte redação:

"Art. 87. São criados, na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum, desde que se dê preferência, para o respectivo provimento, observado o critério de maior antiguidade no serviço público, aos atuais procuradores autárquicos, de acordo com as respectivas categorias, e membros do Serviço Jurídico da União, que optarem por esse aproveitamento, no prazo de 30 (trinta) dias..."

Justificação

Dentro da atual política do governo de compressão de despesas, principalmente no setor do pessoal, a emenda visa a permitir a expansão do Ministério Público, na forma proposta no Projeto, praticamente sem despesa. Além disso, objetiva-se: a) a uma melhor redistribuição de servidores cujos cargos são considerados excessivos (Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, art. 17 e seu § 1º), corrigindo-se, assim, uma falha atual, por todos apreçada, e b) a empregar a esses cargos criados um exercício por servidores de experiência em atividades idênticas, com longo tirocínio profissional.

Art. 17. "Fica o Poder Executivo autorizado a promover a extinção progressiva, no caso de vacância, de cargos de procurador, assistente-jurídico, de tesouraria e outros que sejam considerados excessivos em face às reais necessidades do serviço, sem prejuízo das promoções a que façam jus os titulares remanescentes". — Deputado Euclides Wicar Pessoa.

Nº 54

Dê-se ao art. 86 a seguinte redação:

Art. 86. São criados, no Ministério Público Federal junto à Justiça comum, os cargos, em comissão, de Terceiro (3º), Quarto (4º) e Quinto (5º) Sub-Procuradores Gerais da República, a serem providos mediante indicação do Procurador Geral da República.

§ 1º Ficam mantidas as atuais Primeira (1ª) e Segunda (2ª) Sub-Procuradores Gerais da República, com as atribuições e a lotação constantes da lei.

§ 2º Os titulares dos cargos de 3ª, 4ª e 5ª funcionarão mediante designação do Procurador Geral da República.

Justificação

A ampliação do número de Sub-Procuradores Gerais atende à ampliação do serviço e à conveniência de descentralizar os encargos do Procuradoria Geral da República, — não devendo, porém, ser afetada a situação atual das Sub-Procuradorias Gerais já existentes, que funcionam com regularidade e atendem, — ainda, às peculiaridades dos serviços federais remanescentes do Rio de Janeiro, que pelo projeto deixam de ser acatados, dada a sumária transferência, para Brasília, do órgão mantido no Estado da Guanabara,

pela Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, Art. 90. — Sen. Antônio Carlos.

Nº 55

Redija-se assim o art. 86 do Projeto:

Art. 86. São criados, no Ministério Público Federal junto à Justiça comum, três cargos, em comissão, de Subprocurador Geral da República, a serem providos por Procuradores da República.

Parágrafo único. (Inalterado, como consta do Projeto).

Justificação

Ao criar mais três cargos de Subprocurador Geral da República, passa o Ministério Público Federal junto à justiça comum a contar com cinco Subprocuradores, pois já existem dois atualmente.

A existência de cinco cargos, de tão alto nível, configura, na prática, a existência de mais um degrau de acesso na carreira do Ministério Público Federal, sendo, pois, justo que seus titulares, ainda que nomeados em comissão, sejam escolhidos entre os membros da carreira, ou seja, entre os Procuradores da República.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Celso Passos.

Nº 56

Em seguida ao artigo 89, inclua-se:

"Art. Os atuais Substitutos de Procuradores da Justiça do Trabalho, em número de 44 (quarenta e quatro), que se encontram em pleno exercício e que foram nomeados de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, passarão a integrar, sem aumento de despesa, a respectiva carreira do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, nas categorias correspondentes, ficando extintas, desta maneira, as funções de Substituto do respectivo quadro".

Justificação

Na sua grande maioria são funcionários estáveis do Poder Executivo, e a emenda tem por finalidade apertar o quadro do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, extinguindo as funções de substituto sem aumento de despesa.

O dispositivo proposto normalizará de vez a situação dentro do quadro, como noutras seções do Ministério Público da União faz o projeto nos arts. 86, 87 e 89.

A Lei nº 1.341 citada é a orgânica do Ministério Público da União.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

Nº 57

O artigo 90 passa a ter a seguinte redação:

Art. 90. Poderão ser aproveitados em cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, os serventuários dos cartórios das Varas da Fazenda Pública, criados pelo art. 47 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, bem como os serventuários das Varas Federais da Fazenda Pública do antigo Distrito Federal, atualmente Estado da Guanabara.

Justificativa

Os atuais serventuários das Varas da Fazenda Pública do Estado da Guanabara, admitidos ao tempo em que aquele Estado era o Distrito Federal, e foram como serventuários federais; são, até hoje, contribuintes obrigatórios do IPASE e contam com muito mais tempo de serviço que os do atual Distrito Federal. E, por-

tanto, um erro, mais que uma injustiça, sua ausência no corpo do artigo que dá a expectativa de aproveitamento nos serviços auxiliares da Justiça Federal.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 58

Ao Art. 90.

Redija-se, assim, o art. 90:

Art. 90. Sem prejuízo dos direitos e demais vantagens asseguradas pela legislação em vigor, os atuais serventuários dos cartórios das Varas da Fazenda Pública, criados pelo art. 47 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, poderão ser aproveitados, se assim optarem, em cargos respectivos dos serviços auxiliares da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, excluídos os que já perceberem remuneração pelos cofres públicos.

Justificação

O Governo Federal, ao propor a criação da Justiça Federal de Primeira Instância, não de conhecida a situação *sui generis* dos cartórios das Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, bem diversa, portanto, das outras unidades da Federação.

Tanto isso é verdade, que o artigo 90 cuidou, expressamente, do aproveitamento dos serventuários daqueles Cartórios, a fim de evitar a crítica situação a que seriam relegados por força da supressão da sua principal fonte de renda, ou seja, os feitos em que a União é interessada.

O objetivo da emenda, que nada modifica o espírito e a orientação do Governo, visa, tão somente, explicitar melhor a forma do aproveitamento daqueles serventuários que, no texto do artigo, está um tanto vaga, ensejando dúvidas inconvenientes.

Por outro lado, a exclusão do aproveitamento dos serventuários que já percebem remuneração pelos cofres públicos, impedirá que haja solução da continuidade no funcionamento dos cartórios das Varas da Fazenda Pública, aos quais continuarão prestando seus serviços.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado Guilherme Machado.

Nº 59

O artigo 90 passa a ter o seguinte parágrafo:

Art. 90.

Parágrafo único. Os atuais serventuários das Varas Federais da Fazenda Pública do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, poderão ser aproveitados nas mesmas condições dos constantes deste artigo.

Justificativa

Evidentemente, ao redigir o artigo 90, houve omissão inadmissível dos serventuários do antigo Distrito Federal que, admitidos ao tempo em que o atual Estado da Guanabara ocupava o lugar de Brasília na organização judiciária do país, e foram como serventuários federais. Até hoje, mesmo após a mudança administrativa operada pela transferência do Distrito Federal, aqueles serventuários são contribuintes obrigatórios do IPASE. Acresce que contam eles com muito maior tempo de serviço que os atuais serventuários do D. F., razão esta, por si só, relevante para a aquisição do direito ou da expectativa de direito constante do artigo 90 do projeto.

Brasília, 27 de abril de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 60

Inclua-se no Capítulo VIII — Disposições Transitórias — onde couber, o seguinte:

Art. Os titulares de ofício de Justiça dos Estados que ora exercem as suas funções nas esferas da Fazenda Nacional terão o direito de optar, dentro do prazo de trinta dias, entre o sistema atual e o adotado pela presente lei.

§ 1º Os servidores que preferirem o sistema em vigor farão jus à cobrança das custas e emolumentos de acordo com o Regulamento de Custas do seu Estado, permanecendo responsáveis pelo pagamento dos vencimentos dos serventuários a seu cargo.

§ 2º A proporção que vagarem, os ofícios a que se refere este artigo serão preenchidos nos termos do sistema adotado pela presente lei.

§ 3º Os escrivães da Fazenda Nacional que, dentro do prazo de trinta dias, optarem pelo Novo sistema terão preferência para o preenchimento dos cargos ora criados, devendo os titulares ser aproveitados como chefes de secretaria, os escreventes substitutos como oficiais judiciários e os respectivos escreventes autorizados como auxiliares judiciários.

Justificação

Esta emenda constitui uma medida de simples justiça e um dever de humanidade. Através dela não se criam cargos, não se aumentam vencimentos nem se instituem novas despesas para o Erário.

Os princípios e normas constitucionais acham-se, portanto, inteiramente resguardados. O direito adquirido pelos servidores aos seus ofícios vitais mantém-se incólume em face da opção que lhes é concedida.

Clama aos céus que titulares ainda moços e capazes sejam jogados à vala comum dos desempregados pela imprevidência ou pela insensibilidade humana, política e social do legislador.

Postos em disponibilidade pelos governos estaduais ou compelidos, sem qualquer alternativa, a assistir, impotentes, a liquidação dos rendimentos com que mantêm e educam a família, esses servidores seriam levados ao desespero.

Mas não é isto o que a Revolução quer. A emenda preenche a lacuna do projeto apresentando uma solução transitória que satisfaz plenamente e revigora a estrutura da proposição sem ferir as normas constitucionais sem criar um novo problema social e sem esquecer certos princípios basilares de humanidade.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1966. — Dep. Tabosa de Almeida.

Nº 61

Substitua-se o Anexo III, do Projeto, pelo seguinte:

"Anexo III

Cargo:

Juiz Federal — O vencimento será inferior a 10% ao do Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Juiz Federal — Substituto. O vencimento será inferior em 10% ao do Juiz Federal".

Sala das Sessões, 28 de abril de 1966. — Dep. Nicolau Tuma.

Nº 62

Onde convier:

Art. As custas devidas pelos atos já praticados nos processos cuja competência passará a ser privativa da Justiça Federal, serão de responsabilidade dos autores.

§. Quando a responsabilidade da propositura da ação ou execução fiscal for da União Federal, o Dr. Pro-

curador da República, nos Estados, requisitará diretamente das Delegacias Fiscais Regionais, enviando uma cópia integral da conta discriminativa, que dentro do prazo de 30 dias, procederá ao respectivo pagamento.

§ Da mesma forma procederão as autarquias nos casos de seu interesse. Brasília, em 28 de abril de 1966. — Deputado Dnar Mendes.

Nº 63

Inclua-se onde couber:

"Art. Nas causas em que forem partes a Fazenda Nacional e as Autarquias Federais, seus Procuradores funcionarão no feito sob a orientação do Procurador Geral da República, que baixará as instruções necessárias".

Justificação

Atualmente, os Procuradores da República funcionam como assistentes em todos os processos em que a Fazenda Nacional e as Autarquias Federais são parte. Desnecessário é comentar o acúmulo de processos no Ministério Público, motivando grandes perdas ao erário. Assim, a orientação para execução do dispositivo dependerá de instruções do próprio Procurador-Geral da República.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Euclides Vitor Pessoa.

Nº 64

Acrescente-se onde couber:

Art. Ressaltado o disposto no § 4º do art. 38, os cargos isolados de provimento efetivo, constantes do Anexo II, serão preenchidos por servidores públicos que contem, pelo menos, três anos de exercício, sem penalidades e sejam portadores de diploma de graduação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1966. — Deputado Nicolau Tuma.

Nº 65

Inclua-se, onde couber:

"Para o preenchimento dos cargos de oficial de Justiça sempre terão preferência os participantes da Escola Expedicionária Brasileira (E.E.B.) que já se encontrem exercendo as funções de oficial de Justiça junto à Organização Judiciária Estadual".

Justificativa

A proposição recomenda-se por si mesma. Desde o término da guerra, o amparo do ex-pracinha tem constituído preocupação constante de autoridades executivas e de legisladores. E isto — evidentemente — por um imperativo de justiça: o prêmio àquele que lutou pela Pátria em terra estranha, sacrificando a família, posição e o conforto, pondo em risco sua vida e sua integridade física, pagando pesado tributo em sofrimento, em suor e, muitas vezes, em sangue.

O Decreto-lei nº 8.361-45 foi o primeiro passo. Depois veio a Lei nº 1.711-52 (art. 263) e outras medidas esparsas.

Infelizmente, porém, até hoje — e já são decorridos 21 anos do término da hecatombe — os ex-pracinhas não receberam a paga mínima a que tiveram jus. A emenda, no particular a que se refere o projeto, alcança esse alto objetivo. Daí porque se aguarda sua aprovação.

Brasília, em 28 de abril de 1966. — Deputado Teófilo Andrade.

Nº 66

Ao Projeto de Lei nº 5, de 1966 (C.N.).

Inclua-se onde convier:

Art. O provimento dos cargos de Procurador da República criados pela presente lei será feito no nível inte-

da carreira, só podendo serem feitas nomeações para os níveis superiores, depois de promovidos os atuais titulares efetivos.

Justificação

O projeto cria cargos de Procurador da República nas três categorias da carreira, sem cogitar da situação dos atuais membros efetivos do Ministério Público Federal. E, pois, necessário que as promoções dos novos Procuradores da República se façam, respeitados os direitos dos atuais ocupantes em caráter efetivo dos cargos já existentes, para que não seja quebrada a hierarquia no que respeita ao acesso aos níveis mais altos da carreira.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Dep. Celso Passos.

Nº 67

Ao Projeto de Lei nº 5, de 1966 (C.N.).

Acrescente-se:

Art. Os assistentes Jurídicos que estejam servindo na Procuradoria da República, no Distrito Federal ou nos Estados, têm preferência para o provimento dos cargos de Procurador da República de Primeira Categoria, criados no art. 87, I, desta lei.

Justificação

Nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, os Assistentes Jurídicos têm os mesmos vencimentos, gratificações e vantagens dos Procuradores da República de Primeira Categoria. Esses dispositivo, vetado, foi mantido pelo Congresso Nacional (D. O. de 18 de julho de 1962).

E' sabido, ainda, que há Assistentes Jurídicos a serviço da Procuradoria da República, inclusive titulares.

Nestas condições, criados novos cargos de Procurador da República de Primeira Categoria, é justo e de interesse público que tenham preferência no respectivo provimento os Assistentes Jurídicos que já estejam desempenhando tarefas próprias da Procuradoria da República.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Senador Josaphat Marinho.

Nº 68

Ao Projeto de lei nº 5-66 (CN), que organiza a Justiça Federal.

Acrescente-se ao projeto, onde convier, o seguinte artigo:

*Art. Os atuais titulares da primeira e segunda subprocuradoria-geral da República continuarão com a sede e as atribuições fixadas nos artigos 90 e 91 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Câmara dos Deputados, em 29 de abril de 1966. — Dep. Henrique de La Roque de Almeida.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.754, DE 14 DE ABRIL DE 1960

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal de Brasília, e dá outras providências.

Art. 90. A atual Subprocuradoria Geral da República continuará na Cidade do Rio de Janeiro com a designação de 2ª Subprocuradoria Geral, cabendo ao respectivo titular as seguintes atribuições:

I) exercer as funções de Procurador Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara;

II) superintender o serviço de defesa, em juízo, da União Federal e de sua Fazenda, ou que se refere ao Estado da Guanabara, e, mediante designação do Procurador Geral da República em qualquer parte do território nacional;

III) acompanhar, nas repartições competentes, quando solicitado, o an-

damento de pedidos de informações em mandados de segurança requeridos em Brasília, sempre que tais informações dependam de repartições sediadas no Estado da Guanabara;

IV) requerer diretamente ao Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, a suspensão de decisões em mandados de segurança, concedidos por Juizes do Estado da Guanabara, quando interessada a União.

Art. 91. São criados no Ministério Público Federal a 1ª Subprocuradoria Geral da República, com sede no Distrito Federal, e um cargo, em comissão, de Subprocurador Geral da República, a cujo titular caberá a representação da União junto ao Tribunal Federal de Recursos e a substituição do Procurador Geral, em suas faltas e impedimentos.

Nº 69

Acrescente-se, onde convier.

Artigo. No Estado de São Paulo um Juiz Federal e um Substituto serão lotados na Comarca de Santos.

Brasília, 29 de abril de 1966. — Antonio Feliciano.

Nº 70

Onde convier:

Art. Os atuais servidores que estejam desempenhando atribuições próprias de Procurador da República, junto a quaisquer órgãos do Ministério Público Federal, poderão ser aproveitados nos cargos iniciais da carreira, criados na presente lei, desde que respeitadas as respectivas lotações, se submetam e sejam aprovados em concurso de títulos, na forma do que foi realizado por força do parágrafo único do artigo 83 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Parágrafo único. Os cargos que se vagarem em virtude do aproveitamento previsto neste artigo, serão considerados automaticamente extintos.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1966. — Dep. Joel Barbosa Ribeiro.

Nº 71

Onde couber:

Constitui crime de desobediência desatender alguém, autoridade pública ou particular, a ordem legal emanada de Juiz ou Tribunal, incorrendo a responsável na pena de detenção de quinze dias a seis meses e na multa de Cr\$ 10.000 a Cr\$ 100.000, ou em ambas, conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. Em se tratando de desacato à autoridade judicial, esta fará lavrar, de imediato, o auto de prisão em flagrante do infrator, remetendo-o à autoridade policial competente.

Justificativa

Trata-se de restabelecer preceitos do projeto da Comissão (arts. 70 e 71).

Sala das Comissões, 2 de maio de 1966. — Deputado Noronha Filho.

Nº 72

Acrescente-se onde couber:

Art. Na lotação dos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal será aproveitado o pessoal efetivo ou contratado, que já se encontre no exercício de funções correspondentes aos cartórios ou ofícios relativos aos Feitos da Fazenda Federal, nas atuais Varas da Fazenda Pública.

§ 1º Os serventuários referidos neste artigo deverão optar pelas funções e cargos correspondentes na Justiça Federal no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

§ 2º Para a investidura resultante da opção ora prevista, aplica-se a ressalva constante do art. 73 da presente lei.

§ 3º Ao serventuário optante que seja tabelião de notas fica assegurado o exercício desta função, no caso de ser vitalício.

Justificação

O projeto, assim como a lei resultante tem de ressaltar os casos de serventuários que, nos Estados, exercem as funções de escrivães e auxiliares dos Feitos da Fazenda Pública da União. Muitos deles contam mais de vinte anos de serviço público no setor.

Ocorre também que alguns escrivães de notas, vitalícios, dado que só a escrivania não lhes daria o sustento. Estes tabelionatos aliviam o encargo dos Estados, com vencimentos.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

Nº 73

Acrescente-se:

Art. E' extensivo ao Pessoal da Justiça Federal de que trata a presente lei, o Regime de Tempo Integral nas bases do disposto sobre a matéria na Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. A regulamentação do disposto neste artigo será procedida pelo Conselho Federal da Justiça e baixada por Decreto do Poder Executivo.

Justificação

A presente emenda visa a permitir a Justiça Federal o sistema de trabalho capaz de melhorar-lhe o rendimento. A sugestão da extensão do regime de tempo integral, fundamentada nas condições especiais de trabalho da Justiça Federal, criada pelo presente projeto.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Senador Antônio Carlos Konder.

Nº 74

Inclua-se onde couber:

"Art. É proibida, sob pena de nulidade, a nomeação para qualquer cargo criado pela presente lei, de pessoa que tenha exercido atividade político-partidária, nos últimos cinco anos".

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1966. — Deputado Chagas Rodrigues.

Nº 75

Inclua-se onde couber:

"Art. Terão direito à efetivação no cargo que estiverem ocupando e mediante apostila nos respectivos títulos de nomeação, os Procuradores da República que reunam as seguintes condições:

- a) contem mais de cinco (5) anos de efetivo exercício no cargo;
- b) tenham mais de quinze (15) anos de serviço público;
- c) tenham sido aprovados em concurso público para cargo da carreira de Procurador do Serviço Público;
- d) tenham sua permanência no cargo amparada por decisão judiciária.

Justificativa

Não é a primeira vez que se procura, através de lei, corrigir injustiça. E, no caso dos Procuradores — em relação aos interinos, bem entendido — muita injustiça tem sido feita, pois enquanto alguns deles, amparados por decisão judiciária, tiveram logo resolvido o seu caso, outros, não obstante a identidade de situação, continuam à espera de uma solução, seja qual for que a emperrada máquina burocrática tenha em protelar.

Demais, no caso presente a própria sistemática da lei, que manda nomear Juizes e demais serventuários sem qualquer concurso, bem autoriza sejam aproveitados — quando já demonstram as qualidades indispensáveis àquelas funções, no exercício pleno do cargo, às vezes por mais de um decênio — os Procuradores que, internamente, no momento, possam comprovar os requisitos aqui especificados.

Brasília, 2 de maio de 1966. — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 76

Acrescente-se:

Art. Os serventuários e servidores das Varas, Cartórios e Ofícios da Fazenda Pública das Capitais dos Estados ou do Distrito Federal, com função nos feitos da Fazenda Nacional, que se encontravam lotados nessas Varas ou Serviços na data da promulgação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ou que nelas serviam há mais de um ano à data do referido Ato, serão aproveitados em cargos equivalentes da Justiça Federal desde que o requeriram ao Ministro da Justiça, dentro de 30 dias da vigência desta lei.

Justificação

A providência sugerida é justa quanto aos Estados e em relação aos serventuários e servidores de justiça.

Para atendimento dos feitos do interesse da União e da Fazenda Nacional, os Estados foram obrigados a criar varas privativas, com juizes e servidores.

Com as modificações agora decorrentes da instituição da Justiça Federal, os Juizes terão seus direitos preservados, pela situação privilegiada que lhes confere o regime constitucional.

Já não tem a mesma simplicidade a situação dos que trabalham nos cartórios privativos dessas varas da Fazenda Nacional. O Estado não que rever a distribuição dos processos para lhes assegurar trabalho e renda, ou aposentá-los, ou pô-los em disponibilidade.

Assim, e como cartórios devem organizar-se, também, para funcionamento da Justiça Federal, o direito de opção aos serventuários e auxiliares de justiça a ninguém prejudica e pode evitar dificuldades.

Para evitar abuso, a emenda limita a segurança de aproveitamento aos que estavam lotados ou prestando serviços nas Varas Cartórios e Ofícios da Fazenda Nacional na data do Ato Institucional nº 2.

Sala das Comissões em 2 de maio de 1966. — Senador Josaphat Marinho.

Nº 77

Inclua-se onde couber:

Art. Os funcionários do Tribunal Superior Eleitoral que integram o Quadro Suplementar anexo ao Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara a que se refere o art. 9º da Lei número 4.017, de 16 de dezembro de 1961, passarão a integrar, sem prejuízo dos seus atuais símbolos de vencimentos e demais vantagens, os quadros da Justiça Federal no Estado da Guanabara.

§ 1º O aproveitamento se fará nos mesmos cargos atualmente ocupados pelos funcionários, desde que existentes na Justiça Federal.

§ 2º Os funcionários que não tiverem cargos correspondentes na Justiça Federal continuarão integrando o Quadro Suplementar referido neste artigo, salvo se optarem por cargos semelhantes.

§ 3º Ficam mantidas as extinções de cargos previstos na Tabela que acompanha a Lei nº 4.017, à medida que os referidos cargos vagarem.

Justificação

O Tribunal Superior Eleitoral, desde a mudança da Capital para Brasília, está com o seu Quadro Permanente desfalecido, em virtude da criação do Quadro Suplementar integrado pelos funcionários que não puderam ser transferidos para a nova Capital.

Com a vigência, porém, a nova legislação eleitoral, que criou a Corregedoria Geral Eleitoral, de âmbito nacional, e conferiu ao Tribunal Superior Eleitoral uma série de novos serviços (controle do Fundo Partidário,

exame das prestações de contas de todos os partidos e outros), torna-se imprescindível que, a exemplo do que ocorreu com o Supremo Tribunal Federal, sejam preenchidos os claros até agora existentes.

Essa medida é a mais recomendável pois evitará despesas futuras, uma vez que não importará na criação de cargos, mas, apenas, no aproveitamento das vagas decorrentes dos claros. Apenas o quadro de funcionários efetivos do Tribunal Superior Eleitoral se comporá definitivamente, para a exata execução dos serviços e graves encargos que a legislação atual lhe dá.

A emenda, por outro lado, não acarreta qualquer aumento de despesas, pois o pessoal do quadro suplementar passará a integrar definitivamente os quadros da Justiça Federal no Estado da Guanabara, percebendo pelas verbas próprias que forem atribuídas àquela Justiça. — Rondon Pacheco.

Nº 78

Inclua-se onde melhor couber:

Art. Para o provimento dos cargos vacantes nos itens III e X do art. 85, terão preferência os atuais funcionários e serventuários dos Tribunais Federais que optarem por esse aproveitamento no prazo de 30 (trinta) dias, desde que sejam ocupantes de cargos da mesma natureza e não haja prejuízo para o andamento dos serviços dos respectivos tribunais.

Parágrafo único. Quando o número de optantes for maior do que o de vagas, o provimento se fará em benefício dos servidores que contêm maior tempo de serviço público federal.

Justificação

A emenda visa a possibilitar não só o provimento de tais cargos por funcionários e serventuários mais experientes, como também a tornar menos onerosa a instalação da Justiça Federal.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Euclides Vieira Pessoa.

Nº 79

Inclua-se onde melhor couber:

"Art. É assegurado, antes do provimento de que trata o art. 87 desta Lei, a efetivação do aproveitamento de que trata a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para os que sejam optados, na forma ali estabelecida, pela Procuradoria-Geral da República".

Justificação

A efetivação do aproveitamento de que trata a Lei nº 4.504, de 1964, possibilitará, sem qualquer aumento de despesa, a ampliação do Quadro da Procuradoria Geral da República, pois

que se trata de procuradores dos antigos Instituto Nacional de Imigração e Colonização e do Serviço Social Rural, que se manifestaram, na forma expressa no citado diploma legal, pelo Procuradoria-Geral da República.

A concretização da medida não só permitirá o cabal cumprimento do disposto no art. 104, § 5º, da Lei número 4.504, de 1964, citada, como também atender as conhecidas deficiências no Quadro da Procuradoria-Geral da República.

Art. 104. O Quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será constituído de pessoal dos órgãos e repartições a ele incorporados, ou para ele transferidos, e de pessoal admitido na forma da lei.

§ 5º Os servidores da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), pertencentes aos quadros do extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.) e do Serviço Social Rural (S.S.R.) poderão optar pela sua lotação em qualquer órgão onde existirem cargos ou funções por eles ocupados.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Vinícius Rosado.

Nº 80

Acrescente-se onde convier:

Art. Serão transferidos para cargos equivalentes ora criados, servidores integrantes do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, se o pedirem ao Ministro da Justiça no prazo de dez (10) dias da data desta Lei.

Justificação

Com a mudança da sede do governo federal para Brasília, foram compulsoriamente transferidos os servidores que integram o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos o que, para alguns acarretou grandes transtornos, advindo até problemas conjugais.

Não houve para eles a opção que se ofereceu a servidores de outros órgãos, tal como os quadros suplementares instalados na antiga capital (Supremo Tribunal, Superior Eleitoral, Senado), o aproveitamento de seus servidores em outros órgãos (Câmara dos Deputados), disponibilidade, em alguns casos e, principalmente, a transferência voluntária para a nova capital que é a forma usual na maioria dos órgãos da administração federal instalada em Brasília.

Agora, com a criação das salas das primeira instância da justiça federal surge a grande oportunidade para os servidores que, por motivos pessoais relevantes, preferiram transferir-se para o seu local de origem.

Ademais, a transferência é a larga aplicação no serviço público, consoante os arts. 52 a 55 do Estatuto dos Funcionários Cíveis da União. Beneficiou mesmo, em data recente, o Tribunal de Alçada da Guanabara.

As transferências ora propostas em nada afetarão os serviços administrativos do Tribunal Federal de Recursos, de vez que o número de funcionários que por elas optará, e são em número reduzidíssimo, pois que a quase totalidade do pessoal conseguirá integrar-se na comunidade brasileira, não desejando renunciar às vantagens advindas de sua nova situação, nem sofrer outros problemas de instalações, por ter abandonado suas antigas moradias.

A medida visa, destarte, a resolver problemas graves e insolúveis por outra forma de uns poucos funcionários, mas trará também benefícios ao serviço público, pois além de extinguir focos de descontentamento, transferindo deslocados para o local certo, virá suprir algumas novas secretarias de primeira instância, de funcionários experientes, vários deles com perto de vinte anos de serviços prestados na superior instância. — Deputado Vinícius Rosado.

Nº 81

Acrescente-se, onde convier:

Art. Aos serventuários dos atuais Varas da Fazenda Pública, federais que forem aproveitados e os que forem aposentados ou postos em disponibilidade ficará assegurado o gozo de direitos e vantagens que atualmente lhes corresponde.

Justificação

O projeto não prevê expressamente o aproveitamento dos servidores das Varas da Fazenda Federal nos Estados, todavia, é de prever que aconteça com alguns deles, há necessidade de convocá-los, com sua experiência para contrabalançar a admissão dos nomeados, no interesse do serviço que, de outra forma, sofreria sensivelmente com a menor experiência dos novos.

Succede, entretanto, que tais serventuários têm atualmente um regime jurídico funcional que, contrariando o estabelecido pelo projeto, assegura direitos e vantagens que seriam grandemente reduzidos, com a pura aplicação dos previstos no Projeto, no caso de aposentadoria e disponibilidade, se não aproveitados. Para obviar a esse dano, que lhes acarretaria lesão a direitos adquiridos, além de injustificável tratam-se iniquo a servidores que não se puseram na devocão aos interesses da Justiça, é que se oferece a emenda.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — Deputado Euclides Vieira Pessoa.

Nº 82

Acrescente-se onde couber:

"Art. Na lotação dos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal será aproveitado o pessoal, efetivo ou contratado, que já se encontra no exercício de funções correspondentes nos cartórios ou escritórios relativos aos feitos da Fazenda Federal, nas atuais Varas da Fazenda Pública, obedecendo as exigências referentes a títulos estabelecidos nesta Lei. — Deputado Celso Passos — Dep. Roberto Saturnino.

ÍNDICE DAS EMENDAS POR ORDEM ALFABÉTICA DOS AUTORES

Autores — Números

Senador Antônio Carlos	— 46, 51, 73.
Deputado Antônio Feliciano	— 17, 18, 33, 69.
Deputado Adahury Fernandez	— 40.
Senador Bezerra Neto	— 55, 72.
Senador Catete Pinheiro	— 36.
Deputado Celestino Filho	— 43.
Deputado Celso Passos	— 52, 55, 66, 82.
Deputado Chagas Rodrigues	— 11, 25, 32, 34, 74.
Deputado Costa Cavalcanti	— 26.
Senador Daniel Krieger	— 30.
Deputado Daniel Mendes	— 45, 47, 48, 62.
Senador Edraundo Levi	— 3, 10, 31, 51.
Deputado Euclides Vieira Pessoa	— 33, 53, 63, 73, 81.
Deputado Floriceno Paixão	— 2.
Senador Gouveia Vieira	— 4, 24.
Deputado Guilherme Machado	— 58.
Deputado Henrique de La Rocque Almeida	— 68.
Deputado Joel Barbosa Ribeiro	— 70.
Deputado Jorge Said Cury	— 21.
Senador Josaphat Marinho	— 1, 39, 67, 76.
Deputado Oliveira Brito	— 3, 5, 7, 8, 13, 14, 23, 29, 44.
Senador Manoel Villaca	— 27.
Deputado Nicolau Tuma	— 12, 61, 71.
Deputado Noronha Filho	— 6, 15, 16, 20, 22, 28, 41, 42, 50, 57, 59, 71.
Deputado Roberto Saturnino	— 82.
Deputado Rondon Pacheco	— 77.
Senador Sigefredo Pacheco	— 75.
Deputado Taboza de Almeida	— 60.
Deputado Teófilo de Andrade	— 65.
Deputado Vieira de Mello	— 55.
Deputado Vinícius Rosado	— 79, 80.
Senador Wilson Gonçalves	— 37, 49.

ATA DA 48ª SESSÃO. EM 9 DE MAIO DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CATETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Catete Pinheiro
Menezes Pinheiro
Wilson Gonçalves
Dix-Ruit Rosado
Manoel Villaca
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
José Feliciano
Bezerra Neto
Atílio Fontana
Guldo Mondim

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

AGRADECIMENTOS DE COMUNICAÇÃO REFERENTE A ELEIÇÃO DA MESA DO SENADO

I — Ministros de Estado:

— da Fazenda (Aviso nº GB-63 — de 9.3.66);
— da Guerra (Aviso nº 24/Aes. Parl. de 18.4.66);

— da Indústria e do Comércio — (Av-AP-34-66, de 21 de março de 1966);

— da Justiça e Negócios Interiores (Ofício G-142-B, de 10 de março de 1966);

— das Minas e Energia (Telegrama de 19.3.66);

— da Saúde (Aviso GB. nº 106, de 9 de março de 1966);

— do Trabalho e Previdência Social (Ofício GM GB-784-66, de 5 de abril de 1966).

II — Presidentes de Tribunais:

— do Supremo Tribunal Federal (Ofício nº G-39-66, de 8 de março de 1966);

— do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 138 — SP-GP, de 11 de março de 1966);

— do Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 81, de 11 de março de 1966);

— do Tribunal Federal de Recursos (Ofício nº 21-GP, de 8 de março de 1966);

— do Superior Tribunal Militar — (Ofício nº 104-Pres., de 29 de março de 1966).

III — Governadores de Estado:

— do Acre (Telex — GA-84, de 10 de março de 1966);

— do Amazonas (Telex — GE-216, de 8.3.66);

— do Pará (Telegrama nº 303-GG, de 7.3.66);

— do Piauí (Telegrama nº 191, de 7.3.66);

— de Alagoas (Telex nº 304, de 8 de março de 1966);

— do Rio Grande do Norte (Telegrama nº 111, de 7.3.66);

— de Pernambuco (Telegrama número 240, de 8.3.66);

— da Paraíba (Telex nº GG-174, de 9.3.66);

— de Sergipe (Telegrama nº 269, de 8.3.66).

— da Bahia (Ofício nº 386, de 18 de março de 1966);
 — do Espírito Santo (Telex nº 76, de 11.3.66);
 — do Rio de Janeiro (Ofício número G-90, de 16 de março de 1966);
 — da Guanabara (Telegrama número 205-B, de 16.3.66);
 — de Minas Gerais (Radiograma nº 1.142, de 14.3.66 — De Belo Horizonte);
 — de São Paulo (Telex nº 41-1465, de 16.3.66);
 — do Paraná (Ofício nº 217, de 14 de março de 1966);
 — de Santa Catarina (Ofício número 01100, de 10.3.66);
 — do Rio Grande do Sul (Ofício nº G-95, de 26.3.66 e Telegrama nº 245, de 11.3.66);
 — de Goiás (Telegrama nº 270, de 5.3.66);
 — de Mato Grosso (Telex nº 13, de 7.3.66).

IV — Presidentes de Assembleias Legislativas:

— do Amazonas (Telegrama nº 276, de 10.3.66);
 — do Pará (Telegrama nº 153, de 3.3.66);
 — do Maranhão (Telegrama nº 263, de 10.3.66);
 — do Piauí (Telegrama nº 239, de 7.3.66);
 — do Ceará (Ofício nº 49, de 22 de março de 1966);
 — de Alagoas (Telegrama nº 297, de 9.3.66);
 — de Sergipe (Telegrama nº 316, de 8.3.66);
 — da Bahia (Ofício nº 165, de 10 de março de 1966);
 — do Espírito Santo (Ofício nº 234, de 23.3.66);
 — de Minas Gerais (Ofício nº 362-66-GP, de 8 de março de 1966);
 — de São Paulo (Ofício nº 1.458, de 29 de março de 1966);
 — do Paraná (Ofício nº SRP-184, de 1966, de 8.3.66);
 — de Santa Catarina (Telegrama nº 306, de 10.3.66);
 — do Rio Grande do Sul (Ofício nº 178, de 9 de março de 1966 e Telegrama nº 130, de 9.3.66);
 — de Goiás (Ofício nº 35-P, de 9 de março de 1966);
 — de Mato Grosso (Telegrama nº 2, de 12.3.66);

Agradecimento de convite para a cerimônia de instalação do Congresso Nacional:

— do Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (Telegrama de 8 de março de 1966).

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Ministro da Fazenda:

Aviso nº GB-98, de 19 de abril, com referência ao Requerimento nº 12-66, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — do Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso nº 147-GM, de 4 de abril, com referência ao Requerimento nº 93-66, do Sr. Senador Bezerra Neto;

III — do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica:

Aviso nº 254, de 5 de maio, com referência ao Requerimento nº 97-66, do Sr. Senador Lopes da Costa.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

(Encaminhamento de autógrafo de projeto sancionado):

Nº 861, de 5 do mês em curso. Autógrafo do Projeto de Lei que concede isenção de direitos de importação, excluída a taxa de despacho aduaneiro, para maquinaria importada e a ser importada pela Companhia de Fiação e Tecelagem de Jata.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRES PONTAS, MINAS GERAIS.

(Comunicação de recepção, para Presidente daquele Legislativo, do Sr. Antonio Carlos Bandeira, funcionário do Senado no exercício de mandato de vereador):

Of. 6-66, de 28 de janeiro do ano em curso.

OFÍCIO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

(Encaminhamento do relatório das atividades e do balanço correspondentes ao exercício de 1965):

Of. nº 117, de 22 de abril.

PARECERES

Parecer nº 403, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1966, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, e dá outras providências.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

1. A Câmara dos Deputados aprovou o presente projeto, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais.

O saudoso deputado Menezes Côrtes, que o apresentou, esclareceu, na justificativa, que o texto foi elaborado por ilustres magistrados da Guanabara, com experiência no trato do problema de menores: os desembargadores Romão Côrtes de Lacerda e Alberto Mourão Russell e o Juiz Luiz Silvério Rocha Lagoa.

2. A exposição que acompanha o projeto, objetiva e bem informada quer do ponto de vista social como do ângulo jurídico, dispensa maior indagação do texto e de seu alcance. A proposição atualiza normas e formas de procedimento. A luz da experiência e da legislação comparada, de sorte que assegura a punição das infrações penais praticadas pelos menores de 18 anos, dentro dos critérios especiais que a idade prevista aconselha.

Ocorre, porém, que no processo há o texto de um substitutivo adotado pela Comissão de Finanças, em que foram acrescentados dispositivos relacionados, sobretudo, com a instituição de um Fundo Nacional de Assistência ao Menor.

Do autógrafo não constam tais preceitos e nem na sinopse nem em qualquer outro elemento há esclarecimentos seguros sobre o contexto efetivamente aprovado.

Nestas condições sugerimos que se oficie à Presidência da Câmara dos Deputados para elucidação plena do assunto, de modo que se possa evitar possível equívoco.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1966. — Milton Campos, Presidente — Josaphat Marinho, Relator — Jefferson de Aguiar — Menezes Pimentel — Bezerra Neto — Adalberto Sena.

Parecer nº 404, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei número 85, de 1965 (nº 3.497-B-66 — na Câmara), que isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público.

Relator: Sr. José Ernirio

O Projeto em exame, objeto de Mensagem do Poder Executivo, visa a conceder isenção de impostos e taxas aduaneiras para material hospitalar

destinado ao Hospital Miguel Couto, do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e, bem assim, isentar da taxa de despacho aduaneiro materiais a serem utilizados em obras e serviços de interesse público, importados pelo Governo do Estado da Guanabara e já despachados com a cautela da assinatura do termo de responsabilidade.

Sobre a concessão do favor legal, assim se manifesta o Sr. Ministro da Fazenda:

— “O Governo do Estado da Guanabara solicita isenção da taxa de despacho aduaneiro de 5%, prevista no artigo 66, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, para os materiais desembargados com a dispensa do pagamento daquele tributo, garantido por termo de responsabilidade assinado com autorização deste Ministério.

Pleiteia, ainda, a concessão do valor, em definitivo, para material hospitalar importado pela então Prefeitura do Distrito Federal, destinado ao Hospital Miguel Couto.

A Diretoria das Rendas Aduaneiras e Direção Geral da Fazenda Nacional nada têm a opor à concessão da medida pleiteada.”

Ressalvados que foram os interesses da indústria nacional e por tratar-se de medida que reverterá em benefício de toda uma comunidade, opinamos pela aprovação do Projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente — José Ernirio, Relator — Oscar Passos — Bezerra Neto — Pessoa de Queiroz — Lobão da Silveira — Antônio Carlos — Sigefredo Pacheco — Domício Gondim.

Parecer nº 405, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara número 81, de 1966 (nº 3.525-A-66 — Câmara) que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal.

Relator: Sr. Adalberto Sena.

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal.

Apreciando-o, na generalidade dos seus aspectos, a competente Comissão Mista do Congresso Nacional houve por bem aprová-lo “através de substitutivo” oferecido pelo Relator tendo este sido aprovado pela Câmara dos Deputados na Sessão de 1 de abril do ano em curso.

As alterações propostas no substitutivo consistiram em introdução de termos tecnicamente adequados, modificação de alguns dispositivos, assim como na supressão de outros que devem ser deixados para a regulamentação da lei, para ampliar-se a margem de flexibilidade de sua execução.

No exame das proposições, sob o ângulo da competência desta Comissão, não deparamos disposição solidante com as regras constitucionais, nem com as normas nacionais atinentes à matéria, sendo de notar, quanto a esse aspecto a cautela dos elaboradores do projeto ao ressaltarem, na sua redação, a obediência, “em cada caso”, à legislação federal vigente.

Reconhecendo assim a constitucionalidade a a juridicidade do projeto manifesta-se a Comissão de Constituição e Justiça, favoravelmente à aprovação do substitutivo, através do qual a Comissão Mista melhorou-o na substância e na forma.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1966. — Milton Campos, Presidente — Adalberto Sena, Relator — Bezerra Neto — Josaphat Marinho — Jefferson de Aguiar — Menezes Pimentel.

Pareceres ns. 406 e 407, de 1966

PARECER Nº 406, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1966 (número 3.504-B-66 — Câmara), que cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O Projeto em exame, encaminhado pelo Poder Executivo, decorre, em última análise, do pronunciamento do Conselho Federal de Educação que, chamado a se pronunciar sobre a anexação da Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais, “como instituição complementar anexa ao Departamento Cultural da Reitoria”, da Universidade de Minas Gerais, não ser esta a solução recomendável.

Baseou-se o Conselho Federal de Educação, no fato de se tratar, a Escola, de estabelecimento destinado à formação de profissionais liberais, optando pela solução que, acolhida por S. Exa., o Sr. Ministro de Educação e aprovada por S. Exa., o Sr. Presidente da República é ora submetida ao Congresso Nacional, ou seja a criação na Universidade Federal de Minas Gerais da Escola de Biblioteconomia.

Como decorrência da criação é disciplinada a valiação dos atos praticados no então Curso de Biblioteconomia a fim de resguardar direitos e situações de fato.

Dispõe, ainda, o projeto, quanto ao acervo do curso que a Escola absorverá, o qual passará a Universidade de Minas Gerais.

A matéria é de grande relevância e sem dar destaque a uma profissão que aos poucos se vem firmando e conferindo aos que a exercitarem a qualificação de profissionais liberais, portadores de grau universitário.

Entendemos pois, estar o projeto em condições de merecer a aprovação pleiteada.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1966. — Antônio Carlos, Presidente — Gay da Fonseca, Relator — José Ernirio — Bezerra Neto — Wilson Gonçalves.

PARECER Nº 407, DE 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1966 (número 3.504-B-66, na Câmara), que cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia e dá outras providências.

Relator: Sr. Lobão da Silveira

Pela Mensagem número 44, do ano em curso, o Sr. Presidente da República, tendo em vista as razões contidas na Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Educação e Cultura, submeteu à apreciação do Congresso o presente Projeto que cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia.

A proposição ratifica, ainda, os atos praticados no Curso de Biblioteconomia, criado em 1950, por iniciativa do Instituto Nacional do Livro e que vem sendo mantido até hoje pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Estabelece, enfim, o projeto que o acervo do Curso de Biblioteconomia passa a integrar o patrimônio da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, devendo o Instituto Nacional do Livro promover a respectiva transferência.

Como se vê, a Escola de Biblioteconomia que a proposição institui como unidade integrante da Universidade Federal de Minas Gerais resultará da transformação nela do citado curso de Biblioteconomia, cujos requisitos pedagógicos e qualidade de ensino, para fins de reconhecimento

federal e registro dos diplomas expedidos, foram devidamente apreciados e aprovados pelo Egrégio Conselho Federal de Educação, na forma estatuída pela Lei número 4.024, de 1961.

Em 1963, a Universidade Federal de Minas Gerais, atendendo à deliberação do seu Conselho Universitário, incorporou à Escola de Biblioteconomia como instituição complementar anexa ao Departamento Cultural de sua Rectoria. Mas, a absorção da Escola, sob a forma de instituição complementar, por se tratar de estabelecimento destinado à formação de profissionais liberais, nos termos da Lei número 4.084, de 30.6.62, não foi julgada recomendável pelo Conselho Federal de Educação.

Em consequência, com a finalidade de dar cunho legal à situação do estabelecimento, o Poder Executivo escolheu a forma mais aconselhável e indicada: a sua criação e ratificação dos atos anteriormente praticados.

Do ângulo da competência desta Comissão, nada há a opor ao Projeto, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1966. — *Menezes Pimentel*, Presidente — *Lobão da Silveira*, Relator — *José Ermirio* — *Oscar Passos* — *Bezerra Neto* — *Pessoa de Queiroz* — *Antônio Carlos* — *Sigfredo Pacheco* — *Diomício Gondim*.

Parecer nº 408, de 1966

Da Comissão de Agricultura, sobre o Ofício nº 109, de 13.4.66 do Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, encaminhando Requerimento nº 30-66 do Sr. Vereador Sadao Masuko, manifestando sua apreensão pelo êxodo em massa de nossos cafeicultores para o Paraguai.

Relator: Sr. Dix-Huit Rosado

O Senhor Vereador Aleyone V. Pimpão Alves, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, através do Ofício nº 109, datado de 13 de abril do corrente ano, encaminha à consideração do Senado Federal o Requerimento nº 30-66, do Sr. Vereador Sadao Masuko, aprovando por aquela edilidade, no qual manifesta sua apreensão pelo êxodo em massa de nossos cafeicultores para o Paraguai.

Em corroboração ao seu pensamento, o ilustre representante do povo na Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, afirma, no seu requerimento aprovado e remetido à consideração desta Casa, serem "patricios nossos que, com a técnica e experiência adquiridas após dezenas e dezenas de anos de trabalho na cafeicultura nacional, transportam para o Paraguai os seus conhecimentos formando ali magníficas lavouras que, em futuro próximo competirão com as nossas".

Afirma, ainda, em outro trecho, que "segundo nossa opinião, essa corrida para a nação vizinha só poderia ser sustada com o oferecimento, por parte de nosso Governo, aos nossos cafeicultores, de vantagens idênticas aquelas propiciadas pelo Governo paraguaio, aos que se dedicam a esse ramo de agricultura".

A matéria, tal como está exposta, tem, de fato, iniludível relevância.

Diante do exposto, antes de examinar o mérito da proposição, opinamos, preliminarmente, pela audiência do Instituto Brasileiro do Café e do Governo do Estado do Paraná, a fim de que os mesmos digam das implicações do assunto nos âmbitos social, econômico e financeiro.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1966. — *José Ermirio*, Presidente — *Dix-Huit Rosado*, Relator — *José Feliciano* — *Antônio Carlos*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — O expediente lido vai à publicação. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, Clóvis Bevilacqua, honra à juriscultura brasileira em sua Teoria Geral do Direito Civil, reserva um capítulo ao instituto do domicílio.

Suscinto, embora, o traço dessa obra é suficientemente claro para que possamos forrar melhor os desprezíveis argumentos que pretendemos mais uma vez, trazer a esta Casa, a propósito do domicílio eleitoral.

Preleciona o eminente mestre:

"O domicílio pode ser político ou civil. O primeiro, é o lugar onde a pessoa exerce os seus direitos e responde por suas obrigações de ordem política, e o segundo é o distrito onde se supõe localizada, para exercer certos direitos e responder pelas obrigações de ordem privada".

E, depois de comentários e excursões pelas teorias estrangeiras, continua o eminente civilista:

(Lendo) —

"Ordinariamente, a pessoa tem somente um domicílio, como tem somente um lar e um centro de atividade, mas, se os seus negócios e ocupações estiverem situados em lugares diferentes, ou se a sua residência for em lugar diverso da sede de seus negócios e ocupações, é perfeitamente admissível que tenha mais de um domicílio".

E, comentando, a doutrina francesa, italiana e inglesa, com a qual não concorda, acrescenta:

(Lendo)

"E, porém, conforme a verdadeira noção de domicílio e às necessidades da vida social reconhecer-se que a pessoa tenha mais de um domicílio, desde que o centro dos seus negócios é variado. Esta é a doutrina romana do direito pátrio, de grande número de autoridades e de várias legislações".

Vemos, portanto, Srs. Senadores — e argumentações tão cozinhas não importam em descon siderações à cultura desta Casa — que o domicílio não significa apenas residência, como, atualmente, numa confusão, talvez, premeditada, pretende-se inquirir na opinião pública.

Outro eminente estudioso das questões do direito, explica o verbete da seguinte maneira:

DOMICILIO — Lugar onde a pessoa tem a sede jurídica dos seus negócios, ou a sua morada fixa, com a intenção de aí permanecer. O domicílio diz-se:

a) civil, geral, ordinário ou real, quando se trata do domicílio propriamente dito, no sentido amplo ou extensivo;

b) eleito, eleito ou voluntário, relativamente ao lugar que a pessoa escolhe para o exercício de certos direitos, ou cumprimento de determinadas obrigações;

c) especial, quando se lhe subordinam certas e determinadas relações jurídicas;

d) legal, forçado ou necessário, se resulta de prescrição da lei, que o determina a certas pessoas, em razão de suas funções, ou situação jurídica;

e) político, quando a lei indica o lugar onde o cidadão deve exer-

cer seus deveres e direitos políticos, tais o de votar e ser votado.

(*"Dicionário de Tecnologia Jurídica"*, de Pedro Nunes, verbete *domicílio*.)

Ora, Senhores Senadores, antes da vigência da Emenda Constitucional nº 14, poderia parecer estranho ao nosso Direito a idéia do domicílio político. Entretanto, permanecia na consciência nacional e estava no repositório das leis, tal concepção.

A legislação eleitoral por que nos temos regido vem mantendo o princípio do domicílio político. Apenas, defintivamente, considerava um aspecto desse domicílio. Mas o Direito, não é universo, é diverso, isto é, tem ele duas faces: verso e reverso. A todo direito corresponde uma obrigação.

De conformidade com o Código Eleitoral vigente, conforme preceituaram todos os seus antecessores, o eleitor só pode votar na sua seção. Excluída a hipótese prevista no Artigo 148, o eleitor poderá votar fora de sua circunscrição nos seguintes casos:

"O Juiz Eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do município em que for eleitor;

O Presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção eleitoral do País nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que por eleitor, nas eleições para governador e vice-governador, senador e deputado Federal e Estadual; em qualquer seção do município em que estiver inscrito; nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

Os candidatos a Presidência da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais, e em qualquer seção do Estado, em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual.

— os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

— os candidatos a governador, vice-governador, senador deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado em que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

— os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção do município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no município;

— os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de município, desde que dele sejam eleitores;

— os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo".

A questão do domicílio eleitoral, portanto, já constava dos anteriores e consta do Código atualmente em vigor. Faltava-lhe, apenas, o reverso.

Neste aspecto do direito de votar, verifica-se que o Presidente da República tem mandato de âmbito nacional e, por isso, ele pode votar em qualquer seção do País, para Presidente da República. Os Governadores como os Deputados federais e estaduais e Senadores têm mandato de âmbito regional e, por isso, de acordo

com a Lei, podem votar nessas eleições, em qualquer seção dentro dessas circunscrições.

Vêm os Senhores Senadores que há lógica dentro dos dispositivos legais.

Faltava, no entanto, o reverso. Nós vivamos apenas um aspecto, o lado ativo do direito eleitoral. Faltava o lado passivo.

Sabemos que todo cidadão que é eleitor é, em princípio, elegível. E deve ser elegível do mesmo modo que pode votar. Se um cidadão vota apenas na sua seção, dentro da sua zona, da sua circunscrição, é natural que, para que seja eleito, pertença a essa circunscrição. Há portanto, como que um fóro. O domicílio nesse caso coincide com o fóro nos mandatos eletivos gerais — governadores, senadores e deputados. E' o fóro do contrato: mandante e mandatário. Restringe-se como domicílio especial quando se trata de mandato puramente local, vereadores por exemplo. Há, portanto, uma lógica na disposição da lei, art. 145 do Código Eleitoral.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Pela arguição de V. Exa., o Marechal Teixeira Lott, se candidato, poderia ter votado em qualquer seção do Estado da Guanabara.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não é pela minha argumentação. E' pelo que está escrito no Código Eleitoral, artigo 145.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O que eu desejava é que V. Exa. estabelecesse que o fundamento da emenda constitucional de V. Exa., determinando o domicílio eleitoral, era exatamente esse. O Marechal Teixeira Lott só podia ter domicílio eleitoral na Guanabara, porque podia votar em qualquer seção do Estado da Guanabara.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador, o caso do Marechal Teixeira Lott foi criado por ele próprio. Lembrou-me perfeitamente — e V. Exa. deve ter lido a mesma coisa — que ele declarou aos jornais, o que repetidamente vinha afirmando aos políticos que o procuravam: que ele não era, e não seria, em hipótese alguma, candidato ao Governo da Guanabara.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Ai não tem aplicação alguma.

O SR. EDMUNDO LEVI — Mas depois, em face da insistência para que fosse candidato, resolveu transferir o seu domicílio da Guanabara...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Ai sim.

O SR. EDMUNDO LEVI — ... para o Estado do Rio de Janeiro, a fim de que não fosse importunado pelos políticos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O fato de ele não querer ser candidato nada significa.

O SR. EDMUNDO LEVI — No caso, transferiu-se porque quis; não era mais eleitor na Guanabara e não poderia mais votar para Governador do Estado.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, visando portanto complementar e enquadrar verdadeiramente a questão, surgiu a emenda que estabeleceu o domicílio eleitoral e de que tive a honra de ser o primeiro subscritor. Objetivamos naquele momento como hoje ainda defendemos o mesmo princípio, evitar o carreirismo que se vinha acentuando e cada vez mais se acelerava no domínio da política nacional, carreirismo quer pelo tráfego de prestígio, quer de poderio econô-

mico. Os pequenos estados sofriam tremendamente as pressões de alguns candidatos, pois pela circunstância de serem amigos de determinado Ministro ou do Sr. Presidente da República, se impunham aos pequenos Estados, sem nenhum conhecimento dos problemas regionais. A emenda teve um fim moralizador, mas reconheço que tem defeitos, como tudo que se faz apressadamente, além de ser obra humana.

Não era possível sobre assunto de tão magna importância legislarmos, como temos legislado apressadamente.

A Constituição deve ser sobretudo uma moldura que cerca um quadro e é a legislação ordinária que compete regular toda a maneira, todo o jogo de cena que deve desenrolar-se dentro dessa moldura.

Por isso mesmo tem havido várias críticas, algumas procedentes, outras apenas apaixonadas a serviço de interesses.

Meditei muito sobre a questão. Li que se apresentaria na Câmara dos Srs. Deputados um projeto de extinção do domicílio eleitoral.

Senti a ameaça que passaria a pesar sobre os pequenos Estados e vi que com isso deturpava-se, completamente, o sentido do domicílio eleitoral, estabelecendo-se, de propósito, a confusão entre o domicílio civil e o domicílio político.

Habitualmente ao conceito do domicílio puramente civil, os nossos pró-homens vêm, alguns maliciosamente, outros talvez por falta de meditação, confundindo as duas espécies e jogando com interesses de classes, entre os quais os dos nobres Srs. militares, os cidadãos fardados deste país.

Por isso, pretendendo corrigir os defeitos, preparei uma emenda que me pareceu acertada e que poderá resolver todas as questões e corrigir as aparentes injustiças que se apontam na emenda atualmente vigente.

A emenda constitucional que apresentei com objetivos de sanar os defeitos e que entra mesmo em choque com a emenda que viria da Câmara dos Deputados, tem a seguinte redação:

(II.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º — O artigo 139 da Constituição, com a alteração que lhe introduziu a Emenda Constitucional nº 14 de 1965, passa a vigorar, nos itens II, c, III, c, IV, b, V, b, e § 2º, com a seguinte redação:

II —

c) quem, durante os últimos seis anos, não contar, à data da eleição, pelo menos três anos de domicílio eleitoral no Estado;

III —

c) quem, durante os últimos quatro anos, não contar, à data da eleição, pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Município;

IV —

b) quem, durante os últimos seis anos, não contar, à data da eleição, pelo menos três anos de domicílio eleitoral no Estado;

V —

b) quem, durante os últimos seis anos, não contar, à data da eleição, pelo menos três anos de domicílio eleitoral no Estado;

Parágrafo Primeiro —

Parágrafo Segundo — Atendidas as demais condições legais, para o eleitor alistado em virtude de implementação de idade, não haverá, na circunscrição do seu alistamento, exigência de decurso de prazo para a consolidação do domicílio eleitoral, como não se reclamará o requisito de domicílio a candidato investido em mandato público eletivo do Estado ou do Município e ainda para pleitos no Distrito Federal.

Disposição Transitória

Art. 2º — Nas eleições que se realizarem em 1966, não se exigirá domicílio eleitoral a candidato investido em mandato eletivo ou ao que comprovar estar residindo, na data desta Emenda, há mais de dois anos na circunscrição do pleito em virtude do desempenho do cargo ou função pertinente à respectiva carreira.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — Em face da correção que V. Exª faz não há como, deixar de ter muita piedade do Marechal Teixeira Lott.

O SR. EDMUNDO LEVI — Creio que o Marechal Teixeira Lott não precisa de piedade. Ele tramou a atitude que quis tomar, transferiu-se porque quis fugir a competição, não pretendia ser candidato. Estava realmente consciente do que fazia.

O Sr. Aloysio de Carvalho — A diferença é que o Marechal Teixeira Lott estava na reserva e não contava com as boas graças da situação.

O SR. EDMUNDO LEVI — Possivelmente. Folgo muito em ouvir isto de um homem tão responsável como V. Exª.

O que acontece, é que, se esta emenda, este estudo tiver curso, o caso Teixeira Lott não se repetirá. Porque, em verdade, a emenda inicial, a que está em vigor, foi preparada sem o vagar necessário. Uma emenda dessa natureza não se deve fazer em dois ou três dias. Temos que ouvir opiniões, que discutir os prós e os contras, a fim de encontrarmos tanto quanto possível, a fórmula acertada.

Se aceita a emenda, se o Governo der o seu beneplácito, já não haverá candidato impedido pelo domicílio. A exigência será de, pelo menos, três anos, nos últimos seis anos. Vou dar uma explicação e depois lerei a justificativa, para melhor esclarecimento.

O cidadão é domiciliado, por hipótese, no Estado da Bahia. Depois, transfere-se para o Estado do Espírito Santo, com cujos problemas se enche de entusiasmo. Verificando as suas possibilidades, resolve para ali transferir-se, politicamente. Enquanto não estiver vinculado, política e eleitoralmente ao Estado do Espírito Santo, continuará vinculado ao Estado da Bahia. No momento em que perder este vínculo, automaticamente estará vinculado ao Estado para o qual se transferiu, uma vez que a exigência é de, pelo menos, três anos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Quer dizer que antes de ele ganhar o vínculo com o Espírito Santo, continua vinculado com a Bahia cujos problemas desconhece ou já os esqueceu, porque está inteiramente integrado nos problemas do Espírito Santo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Absolutamente só se lhe ocorrer uma esclerose cerebral para esquecer tão depressa, só se ele for mentecapto.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Pode acontecer, uma vez que não se requer atestado de saúde para inscrição.

O SR. EDMUNDO LEVI — Infelizmente não se exige atestado de saúde. Do contrário não teríamos

Presidentes da República fazendo loucuras bem como alguns membros do Parlamento e sobretudo governadores, como o do meu Estado.

A justificação da emenda está assim vasada:

Justificação

A exigência do domicílio eleitoral constitui medida de ordem pública, de moralidade do voto e de salvaguarda dos interesses da sociedade. É uma providência de autodefesa da comunidade nacional, de modo geral, e das comunidades regionais, de modo particular. Procura reduzir ao mínimo, aos limites menos danosos, as coações psicológicas e até materiais dos detentores do poder sobre o eleitorado, e objetiva neutralizar ou minimizar, tanto quanto possível, em favor do povo, diversos outros tipos de pressão, sobretudo de natureza econômica.

2. Mas o bom-senso e a honestidade de propósitos mandam reconhecer que esse requisito foi introduzido, e monossistema jurídico-político, sem um advertimento, ou prazo de adaptação, que permitiria, de certo, o enquadramento de quantos pretendam disputar regularmente, as honras de uma representação popular.

3. Também se verificou, com a sua aplicação, a imprescindibilidade de se lhe dar moldura mais adequada, conteúdo mais flexível e adaptável às circunstâncias. Tornou-se evidente a necessidade de se reduzir de quatro para três anos o prazo mínimo de domicílio eleitoral para os cargos federais e estaduais, estabelecendo exata correlação com o art. 38, III, inciso, da Constituição. Mas esse prazo mínimo terá de estar contido dentro do período máximo dos seis anos imediatamente anteriores à data da eleição, a fim de que o cidadão, enquanto não se resolver a condição no caso de transferência, continue vinculado ao antigo domicílio, em pleno gozo, ali, da sua elegibilidade. Ademais, transferindo-se durante o ano seguinte à realização de um pleito, o eleitor estará com a sua situação perfeitamente regularizada no novo domicílio por ocasião do primeiro pleito que ali se realizar em data normal. Para as eleições de âmbito municipal mantém-se o prazo de dois anos fixado na Emenda nº 14-65, mas também dentro de um período certo, limitado pelos quatro anos imediatamente anteriores ao pleito. A razão é a mesma: a desvinculação do eleitor ocorrerá justamente quando ele já houver firmado o seu domicílio eleitoral no outro Município para que se tiver transferido. E uma vez que o estabelecimento do domicílio eleitoral eliminou a imposição da transferência pelo deslocamento voluntário ou imperativo, a fórmula proposta permitirá, com a seriedade que deve caracterizar a representação, modalidade espontânea e suficiente ao candidato a representante.

4. Situação especialíssima, que a Emenda ora proposta busca resolver da melhor maneira possível, é aquela do eleitor que, por haver ultrapassado certa situação imediata, se inscreve pela primeira vez, isto é, do cidadão portador de título eleitoral primário de eleitor que obteve o primeiro título eleitoral. E' o caso do jovem que, ao completar dezoito anos (Constituição, art. 131), se alista na sua circunscrição e zona, tornando-se eleitoralmente capaz. Não precisará aguardar o decurso dos três anos de fixação do domicílio para candidatar-se a vereador ou deputado, bastando neste último caso, apenas esperar

preencher o requisito da idade mínima de vinte e um anos — Constituição, art. 38, III).

5. Enfim, a disposição transitória (art. 2º) contida na Emenda visa a oferecer oportunidade a todos quantos, em consequência da falta de advertência aludida no item dois desta justificação, não tiveram tempo ou não puderam ajustar-se convenientemente à nova situação. Mas, com a solução sugerida, poderão eles, de agora por diante, interferir, disciplinada e sadamente, nas manifestações políticas da circunscrição, ou zona, de seu interesse ou da preferência de seu ideal. E passarão a ser tidos, já não como adventícios, quase sempre impostos e sempre mal vistos, mas como elementos comuns real e definitivamente integrados na sociedade cuja representação postulam

Srs. Senadores, reconhecendo que a coerência é uma das principais qualidades de homem, sobretudo do homem público, entendo que nesse homem, público ou não, deve haver o espírito de transigência.

Por isso mesmo, porque compreendi os defeitos da emenda atualmente vigente, porque verifico o sentido dúbio da maneira como está sendo discutida a questão é que estudei essa forma que pretendia entregar à consideração desta Casa, a fim de que deliberasse se teria trânsito ou não. Entretanto, porque a agremiação eleitoral a que estou filiado surgiu no noticiário com propósitos de apresentar, também, uma emenda, entreguei esse estudo ao gabinete executivo do partido, para que o examinasse e, se lhe conviesse, o apresentasse.

Vê-se que, em sã consciência, ninguém poderia opor-se a uma modificação que tende a melhorar e a corrigir defeitos. Entretanto, Srs. Senadores, com tristeza tomei conhecimento, pelo noticiário que li, da emenda — a qual agora tenho em mãos — que está correndo na Câmara dos Deputados e diz o seguinte (II):

"Acrescente-se às disposições transitórias da Constituição:

Art. único. A inelegibilidade prevista no item II, letra "e" do Artigo 139 da Constituição, modificado pela Emenda Constitucional número 14, não atingirá candidato que:

a) esteja no exercício do mandato eletivo;

Até aí está de acordo com o que proponho.

b) residir há mais de um ano, na circunscrição do pleito, em virtude do desempenho de cargo ou função pública pertinentes à respectiva carreira.

Na minha emenda, apenas reduzi de dois para um ano.

c) sendo eleitor da circunscrição, comprove ter nela residência permanente há mais de dois anos.

Ai, extravasou a emenda, criando a obrigatoriedade da residência.

O domicílio eleitoral, distinto do domicílio civil, não impõe a obrigatoriedade da residência. Sabemos que, muitas vezes, cidadãos tangidos por pressões políticas, por perseguições, saem de seus Estados sem se desvincular da política e vão homiziar-se noutros Estados. Se exigirmos que o candidato comprove que reside pelo menos há dois anos na circunscrição, no momento em que ele pretenda voltar a seu Estado para ir à lora das perseguições, haverá, então, o impedimento constitucional: não poderá candidatar-se porque não está residindo há dois anos na circunscrição. Dai por que não posso compreender, Srs. Senadores, que se enxerte, numa emenda que visa a corrigir defeito, uma outra que realmente faz piorar,

tais defeitos. Além disso, refere-se ela apenas ao cargo de governador. O estudo que apresentei sana todas as deficiências e atinge a todos os itens do artigo 139. Na emenda apresentada, podemos verificar que se pretende criar condições especiais para o pleito de governadores.

Dizem os jornais que tal emenda objetiva resolver a situação de dois ilustres e poderosos chefes militares — o senhor General-comandante do II Exército e o senhor General-comandante do III Exército.

Não conheço a verdade ou não dessa afirmativa. Limito-me àquilo que os jornais divulgam. Não privo de elementos que me possam dar tais informações.

O grande Assis Brasil, numa página luminosa de um precioso livrinho, que tenho a honra de guardar com muito carinho, tem um capítulo sobre a interferência dos militares na política brasileira.

Diz ele:

"Não há nada mais próprio para destruir o militar do que um governo militar".

E depois de discorrer sobre o assunto, acrescenta:

"Por outro lado, e tomando a questão em outro sentido, consideremos o perigo público que existe em enfiar-se nas mãos de uma classe toda a soma das funções sociais. A força é a sanção do direito. Ela só se explica pela obediência que deve guardar ao princípio soberano a que é chamada a servir. Se a sociedade, além de haver posto nas mãos de certo número de seus membros armas, disciplina e todos os elementos materiais da força, ainda confiou a eles o poder de declarar os casos de aplicação dessa força, não há dúvida que tal sociedade alienou a sua soberania e passou a viver da boa ou má vontade dos poucos de seus filhos a quem cometeu tão vastas atribuições".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em tal consciência, democraticamente, não se podem e não se devem opor objeções às justas aspirações políticas dos cidadãos militares; mas reivindicamos que postulem, também democraticamente, utilizando-se da arma do voto e não pretendendo impor essas aspirações, que se tornariam injustas, através do voto das armas.

Não posso acreditar que homens de tão grande responsabilidade e largo conceito pretendam valer-se da circunstância de estarem à testa de dois poderosos setores de nossas Forças Armadas para impôr suas candidaturas. E se isso ocorre, apenas trazem eles mais um reforço à necessidade de se manter o domicílio eleitoral.

O domicílio eleitoral seria então barreira às investidas, aos excessos de ambição daqueles que, detendo o Poder, não titubeiam em fazer-se senhores deste País, como se fôssemos ainda aquilo que Rui Barbosa disse certa vez, apreciando o Jeca-Tatu: um amontoado de cablocos asnáticos, insensíveis ao próprio sentimento cívico.

Creio que há em tudo isso lamentável engano. Não acredito que parta dos eminentes Comandantes de tropas a imposição de reforma constitucional unicamente porque, no momento, as regras não se ajustam às suas aspirações.

A emenda, na forma que estudei, corrigiria esses defeitos: desde que o candidato residia realmente há mais de dois anos na circunscrição pode, em 1966, candidatar-se a qualquer cargo eletivo.

O Jornal do Brasil, na edição de domingo, "Coluna do Castelo", traz uma revelação muito sintomática e

que, por certo, reflete o que já existe de animosidade contra o próprio MDB. Quer malogre, quer seja vitoriosa a emenda constitucional proposta à Câmara, na forma como o foi, inequivocamente o Movimento Democrático Brasileiro será o bode expiatório das suas conseqüências.

Assinado pelo Sr. Carlos Castelo Branco, o artigo, que não lerei todo, mas apenas os tópicos que pretendo realçar, é o seguinte:

(Lendo)

Vai contaminando os setores políticos e militares a impressão de que o caso Kruel, como tal entendida a reivindicação dos Comandantes do II e do III Exércitos de abolição da exigência do domicílio eleitoral, assume especial gravidade na medida que se fecham as portas às aspirações políticas dos dois chefes militares.

— E adiante:

Na medida que malogram os esforços para solução política e tratando-se de um caso criado por chefes militares, parece óbvio que a questão se desloca para um confronto de posições militares.

— Vejam bem, Senhores Senadores a questão se desloca para um confronto de posições militares — e isso é grave.

Os dirigentes do Partido de Oposição, na cobertura dada ao General Kruel, fizeram o que estava a seu alcance, com a evidente malícia de quem busca uma custódia do quadro tutelado da política brasileira.

— Vêem por conseguinte V. Exas. o que já se instila contra o Movimento Democrático Brasileiro.

Chegou o momento, porém, em que o jogo do MDB entra numa área definida de riscos e de desafios, com severas apreensões da parte de alguns de seus políticos de maior sensibilidade.

"Na preparação do episódio político...

— Atribui-se ao M.D.B. o propósito de agravar a própria situação política; criar embaraços ainda maiores à Nação.

Na preparação do agravamento do episódio político, projetou-se a candidatura do General Amauri Kruel à Presidência da República pela Oposição. É claro que tal lançamento não visa a um êxito eleitoral, conhecida que é a distribuição de forças no Congresso. Não se trataria sequer de encontrar uma bandeira para campanha popular, desde que a eleição direta para o Congresso está marcada para um mês e meio depois da escolha do futuro Presidente da República. Trata-se, portanto, da colocação política de uma crise militar que, não prescindindo de elementos políticos para o seu desfecho, somente pode ser decidida no âmbito próprio das Forças Armadas. A responsabilidade política da iniciativa da candidatura Kruel ressalta, portanto, no episódio como um dado que assusta aos dirigentes do MDB, empenhando-se tão somente em caminhos efetivos de redemocratização.

Em verdade, penso que esta é a orientação da agremiação eleitoral a que estou filiado — a redemocratização do País. Mas pelo que se insinua, a agremiação pretenderia apenas agravar a crise político-militar que já domina todos os quadrantes nacionais. Senhores Senadores, permitam-me V. Exas que me socorra mais uma vez daquele ilustre balaço, que tem nesta Casa verdadeiras projeções nas pes-

soas dos eminentes Senadores Josaphat Marinho e Aloysio de Carvalho. Permitam-me que me valha de uma imagem do grande Ruy. Quando da sua campanha eleitoral a Presidente da República, ele proferiu um discurso sobre a questão social. Deste discurso extrai um trecho que decorei porque achei que, realmente, adaptando às condições, serve para expressar — porque as minhas palavras seriam pobres — o conceito que tenho de Oposição: Faço oposição, Senhores Senadores, empunhando "não o archote de luz avermelhada e fuliginosa, com que se ateiam as paixões, mas o farol da lealdade e da clareza, com que se alumia o caminho da razão".

As minhas palavras, neste instante, não refletem objetivo de atear paixões mas, apenas, de chamar os homens, enquanto é tempo, ao caminho da razão.

Senhores Senadores, não entendo, não percebo e combato que se cerceiem os direitos de um cidadão unicamente por ser ele um militar; mas não compreendo, não aceito e contesto que um cidadão se atribua, se arrogue privilégio e direitos tão-somente por ser militar.

Estamos vivendo um momento dramático. A política brasileira é um quadro perplexo. Todos nós, desde o mais humilde seringueiro da Amazônia até o mais potentado plutocrata paulista, todos estamos vivendo momento de dramaticidade, em face das lutas e das ambições desencadeadas pelo empalmeamento do poder civil neste País. Se permanecermos completamente quedos, mudos diante de tal quadro, poderemos estar a demonstrar à Nação e a confirmar ao Exterior que somos um País acocorado, acovardado e envilecido diante da prepotência da força.

A política nacional neste instante se assemelha a um rio de águas poluídas, quase paradas, cujas margens são formadas, a da direita, pelo areal movido da Aliança Renovadora Nacional e a da esquerda pelo lúrido aninhal do Movimento Democrático Brasileiro.

Senhores Senadores, perdoem-me se tomei tanto tempo da preciosa atenção dos heróis que permanecem neste Senado, mas, há no Ecclesiastes um versículo, que gosto de repetir de mim para mim, e agora me permitam que o faça em voz alta: "Tudo quanto te vier à mão para fazer, fa-z-o conforme as tuas forças, porque na sepultura, para onde tu vais, não há obra, nem indústria, nem ciência, nem sabedoria alguma". (Muito bem!).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Zacharias de Assumpção
Pessoa de Queiroz
José Leite
Nogueira da Gama
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Catette Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Dix-Huit Rosado.

O SR. DIX-HUIT ROSADO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na última sessão, tecl comentários sobre a situação do Nordeste, principalmente em relação ao Rio Grande do Norte.

O Nordeste é, indubitavelmente, uma região sofrida, e o Brasil todo tem conhecimento disso. Vivemos principalmente do campo, somando às atividades rurícolas algumas atividades de mineração. Mas estou convencido de que cerca de 70% da nossa capacidade de trabalho estão voltados para o campo. Produzimos algodão, cera de carnaúba. O algodão é, indiscutivelmente, no Nordeste, um dos produtos básicos e, no Rio Grande do Norte,

o algodão de seridó é um dos melhores do Brasil e, com certeza, do mundo, repetindo a façanha dos que produzem algodão no Peru e no Egito.

A oiticica é também um produto nativo de que se extrai o óleo de oiticica, óleo secativo não utilizado nas indústrias americanas e brasileiras, o que substitui o óleo de tungue. E, também uma das nossas riquezas nativas.

Há, no setor dos minérios, a xilita, a gipsita, a columbita, a tantalita, o feldspato, o caulim e uma série imensa de outros produtos. Mas, Senhor Presidente, no Nordeste, principalmente na área que envolve o Rio Grande do Norte e o Ceará, o sal, cloreto de sódio, ou sal de cozinha, tem grande importância na mecânica de sua economia. E nada do que se relacione a esse produto pode deixar de chamar a atenção de todos os nordestinos.

Temos atravessado uma crise nos últimos anos, e alardearam e alarmaram e multiplicaram mesmo esta crise, na dependência de interesses subterfúgios que não desejo analisar. Disseram que as chuvas intensas tinham destruído por inteiro as salinas e a produção. E importaram quanto sal desejaram. Em verdade, as salinas não foram destruídas; as safras, sim, parcialmente foram aniquiladas.

Senhor Presidente, o Instituto Brasileiro do Sal, que foi organizado com o nome de Instituto Nacional do Sal, destina-se a proteger e estimular a indústria, a controlar seu comércio e aumentar a produtividade à razão que as indústrias possam exigir o aumento da produção do sal na região do Nordeste, principalmente naquela que se localiza nos estuários do Mosseró, do Piranha ou do rio Açu. Porque, ali estão colocadas as maiores salinas de todo o Brasil e de lá têm saído, há longos anos, o sal, num fluxo que tem alimentado as necessidades humanas, as necessidades dos gados, das indústrias e, por fim, das indústrias de desdobramento que, em muitos setores, exigem quantidades enormes do sal de cozinha ou cloreto de sódio.

Mas, Senhor Presidente, esse produto, de tamanha importância para o Rio Grande do Norte, tem sofrido, de vez em quando, crises que eu mesmo, de lá, habituado a sentir e perceber, não posso compreender se ela nasce, ou se foram criadas por interesses que não aqueles legítimos. Muitas vezes procurei elementos mais aproximados do Governo para levar-lhes ao conhecimento certos itens que eu descobria como sendo negativos para a indústria do Sal no Rio Grande do Norte.

Isto porque não desejava trazer ao debate, neste plenário, assunto que eu reputava de alto interesse nacional e que envolvi nomes de pessoas. Assim, procurava esses emissários, e os tornava conhecedores daqueles itens negativos.

Senhor Presidente, em verdade as minhas palavras não fizeram eco e nem voltaram a mim com uma resposta; elas se perderam. Mas eu não perdi por completo a esperança de ver um dia os meus pontos-de-vista vitoriosos.

A indústria tem necessidade, sobretudo, de escoadouro e de transporte. Neste Plenário, vários Srs. Senadores tem debatido o problema do transporte, principalmente o de cabotagem. Este foi uma espécie de "calcanhar de Aquiles" da indústria salinifera do Rio Grande do Norte, porque dificultou o aumento da sua produção de vez que os armazéns se enchiam e as pirâmides branquejavam às margens do Rio Mosseró, enquanto não se tinha nenhuma solicitação dos compradores. Houve época em que o preço do sal ficou em níveis tão miseráveis que não era possível pagar ao trabalhador para levá-lo das pirâmides

e depositá-lo nas barcaças ao preço de sete cruzeiros, por tonelada de sal. Sabia — e me informam mais uma vez — que esse preço foi abaixo de sete mil réis — para ficar bem claro — por tonelada de sal.

O Instituto era um órgão, por excelência, para controlar, no sentido de proteger os pequenos produtores, a fim de evitar a tendência natural que o tipo de mercadoria e de material inspira, que é o truste. O Instituto tinha o controle de preços como um dos seus elementos principais. Tanto podia ganhar dinheiro o grande produtor como o que produzia menos.

Entretanto, nos últimos dois anos, o Instituto Brasileiro do Sal passou a negociar com o sal importado. Tal atitude levou o Instituto a sofrer um julgamento que não desejamos mencionar nesta Casa. Todos os que comerciam todos os que negociam com o I.B.S., ou ligados à indústria, fazem, perfeitamente, um julgamento do Instituto Brasileiro do Sal. E será, então, por isso, porque conduziram tão mal os negócios do Instituto? Ai é que eu me surpreendo. Sei, e todo o Rio Grande do Norte, principalmente a área salinheira, que envolve, em primeiro plano, o meu Município, que Mossoró, ainda nos últimos meses, estava com os armazéns cheios de sal, prenhes de sal, já derrubando as paredes, pelo excesso de peso. Já se deposita sal em armazéns inacabados. E eu sabia que, de sessenta armazéns em Mossoró, quarenta haviam fechado suas portas, por incapacidade de vender o sal visto que o adquiriram por preço muito elevado. E me informavam que só um comerciante de Mossoró estava tendo, no seu armazém, prejuízo de um milhão de cruzeiros por dia, ao entregar o sal por preço muito mais baixo do que comprara!

Estes são elementos para servirem apenas de moldura à história principal do meu pequeno discurso. O sal terá ainda que passar mais crises. Sr. Presidente! Os seus escoadouros naturais seriam os portos de Areia Branca e Macaú. O porto de Macaú teria sempre uma finalidade única: seria a de servir a produtores de sal exclusivamente, enquanto o porto de Areia Branca seria também o porto de Mossoró, que é a sua cidade-irmã, pois trabalharam e pelearam juntos, e eu não posso fazer grande diferença entre uma cidade e outra: uma é subúrbio da outra; esta, arrabalde daquela.

Areia Branca tem sua vida social, comercial e industrial em Mossoró, por seu turno, tem sua vida social, comercial e industrial em Mossoró, por seu turno, tem sua vida social, comercial em Areia Branca. O porto serve ainda como elemento de aproximação maior, porque, convergiram com toda velocidade para ali os interesses comuns às duas cidades.

Desde criança habituei-me a pensar num porto continental. Vi meu pai, seus companheiros da cidade, os homens mais velhos, todo mundo defendendo a construção do porto continental. Aquilo se fixou na minha memória como elemento essencial à própria destinação das duas cidades. Mas, há alguns anos, já Senador da República, depois de defender a ideia do porto continental, fui obrigado a modificá-la, transigindo diante da advertência de homens de responsabilidade da minha cidade. Pediram-me que modificasse meu ponto-de-vista, transigisse, aceitando a ideia nova que surgia: a do porto teleférico. Eu já vira o porto teleférico em outros países, mas não tinha a convicção de que pudesse servir ao transporte de sal em Areia Branca. Ventos fortes do Nordeste soprando, desgaste do próprio material, tudo teria que ser muito bem cuidado pela técnica que, naturalmente, encareceria o processo de transporte do sal produzido à beira do

Rio Mossoró, depois transportado para os navios.

Vi navios entrarem na barra do Rio Mossoró, há muitos anos. A memória conserva determinadas imagens por muito tempo. Por isso, posso repetir a cena com facilidade. Navios de porte maior entravam pelo rio adentro, atravessando a barra. Mas o descuido na fixação das dunas e o assoreamento continuado diminuíram o calado da barra do Rio Mossoró, impedindo, completamente, a navegação através dessa canal, o que somente é permitido nas horas de preamar, e às embarcações e rebocadores de pequeno porte.

As embarcações ultrapassam a barreira e vão para o lameirão interno onde os navios poderão ser carregados até 10 pés ou um pouco mais; na segunda etapa, vão para o lameirão externo, onde completam a sua carga.

Vejam, Srs. Senadores, que via crucis, que dificuldades experimenta uma embarcação para, depois de carregada, sair da sua salina. Após o sal ter sido extraído produzido, é transportado por embarcações que se acostam aos navios, sofrendo movimentos das ondas e a pressão dos ventos, as dificuldades dos homens. Enfim, há todo um conjunto de problemas que se somam e se acrescentam aos preços. A dificuldade quanto à mercadoria é o dinheiro, é a soma, é a parcela que acrescentada, vem, indiscutivelmente, avolumar-se ao preço.

Nos últimos anos o sal tem sido elemento de compensação, em todos os setores da vida nacional. São as indústrias de transformação que exigem a sua cota; são os próprios Departamentos Federais que necessitam de parcelas grandes do cloreto de sódio, e que, então, voltam suas vistas para a produção do Nordeste e o responsabilizam pelo que o Nordeste não deve ser responsabilizado.

Sei que, agora, por exemplo, muitos mercados, no Sul, têm sede de sal. E o sal faz muita sede. Sr. Presidente! O equilíbrio dos humores é necessário e também no equilíbrio de determinadas áreas de interesse nacional. Os frigoríficos reclamavam que o sal chegava ao seu destino, a preços exorbitantes. Entretanto, um quilô de sal de Mossoró ao Rio de Janeiro, transportado em caminhão, chega por Cr\$ 60, ou seja, a tonelada custa Cr\$ 60.000. E preço baixo, porque, presentemente, não tem procura. Os caminhões estão à cata de outras mercadorias para poder retornar e completar a sua viagem. Mas um quilô de sal paga de transporte o mínimo, porque tem chegado a Cr\$ 70.000 a tonelada, transporte de retorno — tem chegado aos mercados consumidores por preços verdadeiramente exorbitantes. A culpa, porém, não é só de um Governo, de um só administrador, de uma só pessoa. A culpa é de uma soma de elementos, mas recal, como numa espécie de vertice desgracado, na Marinha Mercante brasileira, que não pôde e não poderá, tão cedo, pelos preços elevados de suas taras e pela sua incapacidade em tonelagem, arcar com as responsabilidades todas do transporte de sal e das outras mercadorias que vêm a granel do Norte e Nordeste do Brasil.

Poderia, ainda, para fixar melhor, retornar ao problema principal que é o da saída da carga, da produção do Porto de Areia Branca, que, durante longos anos, encravado lá no Nordeste, era o sexto porto nacional. Agora, Senhor Presidente, eu até me acaharia de voltar à escala dos portos nacionais pela sua produtividade, pela sua capacidade, só para não ver desalojado do seu lugar o meu querido Porto.

Senhor Presidente, podem ter a solução telefônica. Recomendamos, em princípio, que se fizesse da reunião uma ata que me cobrisse da responsabilidade de transigir e mudar de

opinião porque aqui nós representamos o nosso povo e não podemos defender uma tese contrária àquela defendida pelos que nos mandaram para cá. Mas, mesmo assim, pedi o documento que tenho em mãos. Aquele tempo, a primeira vez que fui obrigado a exibí-lo, estava presente o saudoso Senador Francisco Gallotti que, sendo técnico e tendo estado no Rio Grande do Norte, conhecia o problema melhor do que eu. Tinha estudado especificamente o Porto de Areia Branca e possuía dados, inclusive para me constatar. Felizmente, o nobre Senador Gallotti só me contestou nisso porque, de boa memória, sabendo que eu defendera o Porto continental, perguntava-me como eu mudara de repente estava com a ata nas mãos e passei-a a S. Ex.ª para que visse que nesse sentido, tinha recebido instrução de todo meu grupo eleitoral, que manifestara o interesse da minha cidade. Porque, na reunião, não havia ninguém que representasse a política, embora a boa política da minha região.

Agora, o Instituto de Pesquisa Hidroviária do Ministério da Viação iniciou os estudos, para o Porto continental, estudos tão promissores. Vi com meus olhos as ondas, batendo naquela forma diminuída do grande Porto de Areia Branca e tinha a impressão de que via a imagem como numa espécie de telescópio, diminuída, mas com todas as suas formas. Não sei porque e nem perguntei porque mudaram a orientação e o curso da experiência do Instituto de Pesquisa Hidroviária do Ministério da Viação. Mas a verdade é que soube, não com muita alegria, que o Porto ia ser construído teleférico. Agora vejo no jornal uma notícia de muito maior tristeza, que abrange, num só close-up, toda a destruição do sal do nordeste. Palei da seca, mas estou convencido de que esta seca vai ser bem maior.

Confio no Diário de Notícias, porque é um jornal de responsabilidade, não pode inventar mentiras. Mas como desejaria que não fosse verdadeira a notícia, que houvesse engano! Se verdadeira, porém, é preciso que todos os nordestinos se unam, mesmo que não tenham interesse aproximado na indústria do sal, para lutar pelo futuro da região onde nascemos, não por desgraça, não, Senhor Presidente. Nunca reclamamos o ter nascido lá. Melhor seria tivéssemos nascido nos grandes Estados, como o Rio Grande do Sul, São Paulo, onde há riqueza e abundância de homens mais inteligentes e capazes. No Nordeste, porém, cumprimos nosso dever, embora tenhamos de desdobrar nossos esforços por que não somos tão capazes. O que não podemos é lamentar por termos nascido no Nordeste. Penso que nos escolheram para nascer lá, porque talvez tenhamos mais capacidade de lutar.

Sei que o Governo do eminente Marechal Castello Branco não modificará a tradição criada pelo Instituto Brasileiro do Sal; não abrirá as portas, os grandes portões por onde passarão os cartéis e os trustes internacionais! Não, o Presidente não fará isso. Tenho a certeza de que, como bom brasileiro, não o permitirá!

Por esta razão levantei-me para falar de assunto sobre o qual há quase dois anos calara, inclusive pela incompreensão dos salinheiros que foram os primeiros, eles próprios, que cavaram a sua ruína, que se meteram em negócios de importação de sal, para enriquecer, relegando a terra a um segundo plano. Muitos lá não nasceram, utilizaram-se de suas bombas de sucção exclusivamente no aproveitamento das salinas em detrimento de nossos interesses.

Foi por isso que calei, Senhor Presidente, mas agora não. Agora, as

próprias raízes da natureza me fazem levantar para apelar ao Governo no sentido de que não permita o que se anuncia. Ele não pode fazer isso em detrimento nosso. São Paulo, pelo seu Ministro, não permitirá, porque não nos vão querer como pedintes, pois precisam de nós como compradores.

Para adquirirmos um caminhão em São Paulo — já fiz um cálculo — dias de trabalho são necessários, sob o sol canicular do Nordeste, para obter o necessário a aquisição de uma só dessas unidades que São Paulo produz aos milhares num só dia.

Senhor Presidente, o grande Ministro de São Paulo não nos aplicará esse castigo! Está aqui a notícia, vou lê-la sem poder dar o meu aval, confiando apesar de tudo na orientação do Diário de Notícias:

Paulo Egídio comunicou aos representantes salinheiros, Guilherme Pessoa de Queiroz, da Companhia Comércio e Navegação, Antônio Ferreira, da Sosial, e Ribeiro de Abreu, que o Presidente da República enviaria ao Congresso, por sua inspiração, mensagem propondo a extinção do Instituto Nacional do Sal.

Por outro lado, o ministro Paulo Egídio pretende entregar a grupos estrangeiros os dois portos teleféricos de sal, que serão construídos no Rio Grande do Norte, em Macaú e Areia Branca.

Essa comunicação foi feita ao Ministro Roberto Campos por um grupo de salinheiros, que protestou contra essas medidas e sustentou que os portos deveriam ser explorados pelo Estado e não por particulares nacionais, nem, muito menos, estrangeiros.

Chegaram um pouco tarde os salinheiros.

Há muito tempo, desde que comecei neste Senado a campanha contra a importação, descobri as razões de interesses pessoais de homens que enriqueceram em poucos meses e andam esbanjando a fortuna por aí. Sei de um que, na última eleição, com enorme bolsa cheia de dinheiro, provocava-me, apostando quem ganharia a eleição.

Sr. Presidente, meu dinheiro é pouco e é honesto. Não poderia nunca apostar com aquele homem. Ele mesmo, em Mossoró, anuncia que tem 280 milhões emprestados a juro, fora outras centenas de milhões que não confessou na hora. E essas fortunas que afrontam, que surgem, assim, do dia para a noite, não merecem, não padecem de nenhuma análise?

Há uns meses, na minha cidade, presenciei o desfile de uns vinte a trinta automóveis. Eu e meu irmão, que há muitos anos ali trabalhamos, que ali morreíamos, estávamos a pé. Fiz então a seguinte ponderação: será que ganharam tanto dinheiro em tão pouco tempo?

A verdade, Sr. Presidente é que muita gente enriqueceu na importação do sal. Muitas vezes procurei aqueles leitos mais fáceis, aqueles talves para transmitir a notícia aos responsáveis; ou eles não tinham ouvidos ou eu falava outra língua.

O problema atingiu a um climax ao se admitir a possibilidade de entregar a exploração dos portos continentais, teleféricos a grupos estrangeiros.

Não me parece possível. Não acredito nesta hipótese. Entretanto, o que causa desconfiança é o fato de que um grupo estrangeiro já comanda a grande parte da indústria salinheira do meu Estado. Não menos poderosas, entretanto, são as arcas de ouro de muitos países que já chegam com seus baús cheios de notas estrangeiras para adquirir, a preço de miséria a indústria asfixiada e dilapidada pelas importações repetidas.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador, estou ouvindo V. Exa. com muita atenção. Na verdade, o suprimento de sal tem sido um grande problema. Nós, do Sul, que consumimos muito sal na indústria e na pecuária, encontramos dificuldade no suprimento. V. Exa. está fazendo um brilhante relato com referência ao assunto. Declara que existe sal na região...

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Mais de 600.000 toneladas estão depositadas nos armazéns de Mossoró e Macau.

O Sr. Atilio Fontana — Entretanto, ainda se tem recorrido a importação. V. Exa. comenta que existem elementos com recursos financeiros disponíveis para enfrentar as dificuldades e que a indústria do sal apesar disso, está passando às mãos de estrangeiros. Realmente, é lamentável. Se dispomos de recursos financeiros, se temos sal, se existem elementos capazes de explorá-lo, chegamos a uma conclusão de nos causar espécie como poderíamos nossos patrícios, daquela região, dispondo de todos esses recursos, entregá-los aos estrangeiros, para que os comercializem, para que os explorem? O Governo, realmente, deve tomar providências para proporcionar, pelo menos, condições portuárias, o que considero um dos pontos críticos. Se as empresas estrangeiras conseguem resolver o problema de comercializar com o sal, como não havemos nós, brasileiros, de encontrar essa solução? Não se trata de um produto que necessita técnica muito avançada, grandes inversões em laboratórios ou instalações científicas. É uma situação que precisa ser encarada para não se recorrer à importação, tampouco entregar as nossas salinas e capitais estrangeiros, quando temos recursos, para resolver o problema inclusivo transporte marítimo, uma vez que possuímos estaleiros navais que constroem os nossos navios. Cabe ao governo, pois, examinar a situação e providenciar para evitar que aos poucos uma parte da nossa economia caia nas mãos de estrangeiros. Se isto acontecer será um tributo que nunca mais acabaremos de pagar. O capital estrangeiro que vem para o Brasil, vem com o escopo de lucro e intenção de poder exportá-lo. Estou realmente impressionado com o relato de V. Exa. e espero o que mesmo tenha uma repercussão na área governamental.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A intervenção de V. Exa. faz uma análise quase meridiana. Mas há um ponto em que ou não me expressei bem ou V. Exa. não me compreendeu. Na questão dos capitais, não disse que os tínhamos suficientes para a movimentação da indústria. Afirmei que alguns elementos que serviram de intermediário em determinadas negociações obtiveram grandes lucros, mas uma indústria de tal transcendência não requer capitais de um bilhão, dois trinta, cinquenta ou mesmo cem bilhões de cruzeiros. Declarei aqui há dois dias: nossa pobreza é grande mas as nossas possibilidades são trilionárias. Fiz apenas, uma espécie de divisão entre uma análise e outra. Mostrei que os capitais estrangeiros têm encontrado guarida, acesso às nossas riquezas. As dificuldades de financiamento percorrem o Brasil inteiro ou o cobrem como uma sombra. Desde o Rio Grande do Sul ouvem-se clamores vejo meus irmãos no Nordeste à mingua de numerário necessário às suas pequenas transações.

Os jornais noticiaram, ultimamente, a intenção do Governo de modificar o nosso sistema de financiamento e que o Banco Central daria instruções que visariam principalmente a atenuar a crise de crédito. Mas o crédito lá Sr. Senadores é alta expressão e não pode, absolutamente, atingir a um setor só.

Mas quero salientar o aspecto da criação do Instituto Nacional do Sal, depois Instituto Brasileiro do Sal, para assistir aos grandes mas, também, permitir que os pequenos trabalhassem as suas áreas e produzissem o cloreto de sódio com capacidade de entregá-lo aos mercados consumidores.

O Sr. Manoel Vilça — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Pois não.

O Sr. Manoel Vilça — O discurso de V. Exa. é da maior oportunidade e significação para a economia do Estado que representamos com muita honra. Desejo destacar dois pontos que considero básicos: um porto telefônico, segundo tenho visto e só pode ser no caso de Areia Branca e Macau. É sempre um porto específico, porque a meu ver, segundo a economia da região a que V. Exa. se refere esse porto teria que ser polivalente...

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Um porto de carga geral.

O Sr. Manoel Vilça — ... que pudessem escoar toda a produção do nordeste, incluindo os produtos que V. Exa. citou no seu discurso, como gesso, sal, algodão. Também para grande parte do Estado da Paraíba, seria mais econômico exportar pelo Porto de Areia Branca do que de Cabedelo. Acho que um dos pontos que V. Exa. frizou, com muita felicidade, é o da importância de que esse escudouro seja polivalente. Outro ponto — este atinge o Brasil de modo geral — é quando V. Exa. lança apelo ao Presidente da República, Senhor Castello Branco, e ao seu eminente Ministro Paulo Egydio, no sentido de que essa notícia não seja verdadeira, porque se assim foi realmente o golpe na economia do Estado do Rio Grande do Norte será talvez fatal. E nós, que alimentávamos no Rio Grande do Norte a esperança de que a indústria do sal, na sua plenitude, viesse a trazer mais riqueza para o Estado visasse a transformar uma região de pauperismo numa região de riqueza nós então, ficaríamos desolados, na certeza de que as medidas que viessem visando a substituir o Instituto do Sal não seriam as melhores, pois, os efeitos, no passado, não justificam, agora, o fechamento de um órgão que esteja funcionando mal; o certo é corrigi-lo.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Perfeito!

O Sr. Manoel Vilça — De modo que não é medida sã fechar um órgão que está funcionando mal; o certo é corrigi-lo, em benefício da Nação, e, no caso particular do Instituto do Sal em benefício do Nordeste. De modo que junto os meus aplausos aos do Senador Atilio Fontana pelo discurso que V. Exa., com muita inteligência, pronunciou nesta Casa...

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Obrigado!

O Sr. Manoel Vilça — ... na certeza de que ambos estamos interpretando o sentimento de todo o povo do Rio Grande do Norte.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — O aparte de V. Exa., em verdade, foi valioso: temos, ambos, responsabilidade na representação do Rio Grande do Norte. E ainda trouxe ao conhecimento que eu tento projetar no problema um dado de alta importância: é preferível o porto de carga geral que citei na primeira fase no meu discurso — Areia Branca — ao invés do outro, que é de carga específica e inclusive desaconselharia, se não fosse a técnica que trouxesse novas fórmulas para um porto teleférico servir ao de carga variada, porque há a responsabilidade no escoamento. Mas também Mossoró foi, durante largos anos centro distribuidor. Vinham as mercadorias por ali e

eram distribuídas pelo hinterland brasileiro. Quem não sabe que Cajazeiras fica mais perto, para mercadorias vindas pelo mar, de Mossoró do que de João Pessoa? Quem não sabe que Crato, no Ceará — a cidade aqui do nosso colega Wilson Gonçalves, que me pede atenciosamente um aparte — fica mais perto de Mossoró do que Fortaleza? E ainda quem não sabe que mesmo algumas regiões da Bahia ficam mais próximas do porto de Mossoró do que de Salvador? Este fenômeno, que não criamos, é da nossa Geografia, que nos causa tanto tanto mais que, de vez em quando, nos traz tanto incentivo.

Assim, o aparte do nobre senador Manoel Vilça vem ainda dar uma espécie de tom mais carregado a este aspecto que frisei no meu discurso.

Tem o aparte o nobre colega Wilson Gonçalves.

O Sr. Wilson Gonçalves — Pedi o aparte apenas para me solidarizar com V. Exa., no discurso que está fazendo, para conhecimento do Senado e da Nação, a respeito de uma notícia que parece estarrecadora. O nosso interesse em examinar problemas dessa natureza nos leva a acreditar que ela não seja verdadeira. Faz muito bem V. Exa. quando, com conhecimento de causa, levanta a sua palavra de protesto mesmo que se cogite de uma providência dessa natureza, embora o jornal não desça a pormenores ao informar qual seria os objetivos ou alcances de medidas que, segundo pronunciamento de V. Exa., parecem ruinosos, principalmente aos pequenos produtores de sal do Nordeste. Não me sinto autorizado a fortalecer os argumentos de V. Exa. que valem pela evidência com que V. Exa. os apresenta, mas já que a medida partilha do Ministro da Indústria e do Comércio, gostaria de indagar neste instante, se a providência teria um caráter geral, para extinguir todos os institutos que existem no Brasil, inclusive o Instituto Brasileiro do Café, ou se refere apenas, à nossa região que, apesar de todos os seus esforços, nem sempre tem encontrado, de parte das autoridades competentes, aquela estímulo e aquela ajuda de que necessitamos para exercer, também, a nossa contribuição de brasileiros. Queria fazer essa indagação mas acho que V. Exa. deve solicitar à Mesa, que faça a remessa do seu discurso para conhecimento do Presidente da República, porque entendemos que é tempo de, realmente, examinarmos o problema, antes que essa medida se concretize. Quero, portanto, ao mesmo tempo em que me solidarizo com V. Exa. felicita-lo pela oportunidade que teve, mais uma vez, de defender a brava e sofrida gente do Nordeste.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, estou convencido de que comentários feitos por mim, nesta tarde, pelo menos dentro do Senado, estão alcançando a repercussão que eu desejava; mas espero que esta repercussão se sirva da acústica da mais alta Casa parlamentar do País e que, sem eu pedir a V. Exa. que mande levar ao eminente Sr. Presidente da República este meu discurso, os próprios instrumentos naturais da publicidade e a razão da permanência desta Casa aberta sejam suficientes para fazer chegar o meu apelo e a minha opinião ao Chefe do Governo. Por esse motivo, peço desculpas ao eminente colega, Senador Wilson Gonçalves, de não aceitar em termos até certo ponto a lembrança que S. Exa. me faz.

Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um aparte, para um esclarecimento (Assentimento do orador) — Tenho observado, sem querer fazer crítica a quem quer que seja, que, em determinado momento, os discursos

proferidos nesta Casa, às vezes, não são ouvidos e muito menos divulgados.

Se V. Exa. destacar um pouco do seu tempo e voltar suas vistas para a bancada da imprensa, verá que são poucos os repórteres que estão, a esta hora, ouvindo nossos pronunciamentos. E o meu receio é de que isto seja mais um problema de Brasília, ao qual me refiro com o devido respeito ao nobre Senador Guido Mondin: os repórteres parlamentares se sentem na obrigação de, até certa hora, remeter ao Rio de Janeiro informações sobre matérias debatidas no Congresso. Então, vendo aproximar essa hora são forçados a deixar a bancada que ocupam nesta Casa para transmitir o noticiário para o Rio de Janeiro e, daí, circular para todo o País. Tenho a impressão de que essa hora já chegou, pela ausência quase total dos representantes da imprensa nesta Casa. Foi o motivo da minha observação que teve apenas o sentido de colaborar, para que chegue, realmente, ao conhecimento do Sr. Presidente da República o teor do discurso de V. Exa. — sereno, objetivo e oportuno — em defesa de uma questão, que precisa ser vista pelos responsáveis pela administração federal.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — V. Exa. parece que não esteve presente à sessão de sexta-feira. V. Exa. não assistiu a ela, mas eu falei uma hora e vinte minutos sobre assunto de grave importância. Pois bem pelos jornais do Rio de Janeiro não vim a essa sessão; pelos comentários da imprensa não estive presente para nada.

A ausência não era minha, Senhor Presidente, porque não quero ficar presente a nada em publicidade; a ausência dolorosa e amarga era da minha região que, através da minha palavra, chegava a este Plenário para não ser esquecida. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Diante da solicitação feita à Mesa, de remessa do brilhante discurso que acaba de ser proferido pelo Senador Dix-Huit Rosado ao Exmo. Sr. Presidente da República, cumpre a esta Presidência, não sendo dos estilos do Congresso assim agir, sugerir ao Sr. Senador Dix-Huit Rosado que o seu discurso fosse entregue à Liderança do Governo nesta Casa, para o fim referido.

O SR. DIX-HUIT ROSADO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, aceito parcialmente a recomendação do Senador Wilson Gonçalves, mas confiei em que o discurso fosse escutado ou levado aos responsáveis pelos próprios instrumentos de acústica da Casa.

Se a Liderança do Governo julgar conveniente levar o discurso, eu estou convencido de que o eminente Senador Daniel Krieger o fará, independentemente de requerimento meu ou apelo. E, Exa. sempre presto no cumprimento do seu dever, e mais do que isso: tendo demonstrado durante longo tempo — e eu o aprecio para fazer essa justiça neste instante — acompanhar as nossas dificuldades de toda natureza, políticas, econômicas, sociais, nunca deixou de juntar o seu ombro forte e poderoso ao nosso esforço para encontrar o devido encaminhamento. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esclarecido. Declaro encerrada a Hora do Expediente.

Presentes 17 Srs. Senadores, pa-
sa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo quorum para votação, ficam transferidas para a sessão de amanhã as matérias constantes dos itens 1.º e 2.º da Ordem do Dia.

Item 3.º :

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 396, de 1966) do Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1966 (n.º 3.505-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 295, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1966 (n.º 3.505-A de 1966, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 295, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os artigos 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 295, de 2 de dezembro de 1938, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de qualquer praça, o comandante da respectiva subunidade apresentará parte circunstanciada ao comandante do corpo ou chefe do estabelecimento, que designará, em boletim, dois oficiais para assistirem ao inventário, feito pelo comandante da subunidade, dos objetos deixados ou extraviados pelo ausente, lavrando-se, de tudo, um termo, assinado pelo comandante e pelas duas testemunhas.

§ 1.º Quando a ausência se verificar em subunidade isolada ou em destacamento comandado por oficial ou inferior, o inventário será feito pelo comandante da subunidade ou do destacamento, que o assinará juntamente com duas testemunhas idôneas, publicando-o, no primeiro caso, em boletim e, no segundo caso, remetendo-o ao comandante do corpo.

§ 2.º Apresentada a parte de ausência, começará a contar-se o prazo legal para que se consuma o crime de deserção, a partir de zero hora do dia seguinte ao da constatação da ausência.

§ 3.º No tempo compreendido entre a formalização da ausência e a consumação da deserção, o comandante da subunidade ou seu correspondente, em se tratando de estabelecimento militar, determinará, compulsoriamente, as necessárias diligências para a localização e retorno do ausente à sua unidade, mesmo sob prisão, se assim o exigirem as circunstâncias.

§ 4.º Decorrido o prazo estabelecido para que se caracterize o crime de deserção sem que o ausente tenha regressado à unidade ou estabelecimento a que pertencer, o comandante da subunidade apresentará, ao comandante do corpo, parte acusatória na qual especificará as providências adotadas para o cumprimento das diligências referidas no parágrafo anterior.

§ 5.º Recebida a parte acusatória, o comandante ou chefe do estabelecimento fará lavrar, pelo secretário do corpo ou por quem o substitua, o Termo de Deserção, que será assinado pelo comandante e por duas testemunhas, nele se registrando todas as ocorrências.

§ 6.º Comprovada a deserção, a praça será, imediatamente, excluída do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim, a parte de ausência, o inventário, a parte acusatória, com as providências de recondução e o Termo de Deserção.

Art. 266. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de qualquer militar da Marinha, não se tratando de oficial, o comandante do navio ou a autoridade sob cujas ordens servir designará um oficial, que, juntamente com duas testemunhas idôneas, de preferência oficiais, procederá ao inventário dos objetos deixados ou extraviados pelo ausente, e ordenará as diligências previstas no § 3.º do art. 263 desta lei.

§ 1.º Decorrido o prazo estabelecido para que se consuma a deserção enviar-se-á ao comandante do navio ou à autoridade competente parte circunstanciada, que constará do processo e na qual se especificarão as providências adotadas para o cumprimento do disposto no § 3.º do art. 263 desta lei.

§ 2.º Constituirá falta grave a ausência, nos autos dos documentos mencionados no parágrafo anterior, quando não plenamente justificada.

§ 3.º Recebida a parte, o comandante ou a autoridade competente fará lavrar, pelo escrevente da Armada indicado, o Termo de Deserção, que será assinado pelo comandante e duas testemunhas, nele se registrando todas as ocorrências.

§ 4.º Comprovada a deserção, será o desertor excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim ou detalhe, o Termo de Deserção.

Art. 2.º Aplica-se às organizações da Força Aérea Brasileira, observadas as suas peculiaridades, o disposto no art. 263 e seus parágrafos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 4.517, de 2 de dezembro de 1964, e as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro).

Item 4.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 398, de 1966, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1965 (n.º 170-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório

de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e Antônio Sahib.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1965 (número 170-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional, e Antônio Sahib.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda de parte da propriedade denominada “Descalvados”, localizada em Cáceres, no Estado de Mato Grosso, celebrado em 3 de dezembro de 1949, entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Antônio Sahib, como outorgado comprador.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 5:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 402, de 1966, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48 de 1965 (n.º 107-A-61 na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição de aforamento celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Em discussão a Redação Final. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento no sentido de que a Redação Final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1965 (número 107-A-61, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato de constituição de aforamento, o celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantido o ato, de 20 de abril de 1953, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento do terreno de marinha e acrescido, situado à margem direita da Baía de Guajará, lado ocidental da Rua da Municipalidade e no ângulo que esta faz com a Travessa Quintino Bocayuva, em Belém, Estado do Pará, celebrado, a 28 de janeiro de 1952, entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro).

Item 6:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 400, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo número 106, de 1964 (n.º 48-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto.

Em discussão a redação-final. — (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação-final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação-final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 106, de 1964 (número 48-A-63, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º DE 1966

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato-escritura de compra e venda, celebrado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional e João Antônio Ferreira Souto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantido o ato, de 5 de outubro de 1951, do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato-escritura de compra e venda de parte da propriedade denominada “Descalvados”, localizada em Cáceres, no Estado de Mato Grosso, celebrado em 15 de dezembro de 1949, entre a Brazil Land Cattle & Packing Co., incorporada ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e João Antônio Ferreira Souto, como outorgado comprador.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro).

Item VII:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 401, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 1 de 1966 (nº 199-A-64 na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno do projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1966 (nº 199-A, de 1964, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato, de 31 de dezembro de 1960, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de água nas sedes dos municípios do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Item 8:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 395, de 1966) do Projeto de Resolução nº 21, de 1966, que suspende a execução do artigo 5º da Lei Constitucional nº 13, de 23 de março de 1965, do Estado de Minas Gerais.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1966.

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 64, da

Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

Suspende a execução do art. 3º da Lei Constitucional nº 13, de 23 de março de 1965, do Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É suspensa, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 22 de setembro de 1965, na Representação nº 650, a execução do art. 3º da Lei Constitucional nº 13, de 23 de março de 1965, do Estado de Minas Gerais, na parte não revogada pela Emenda Constitucional nº 13, de 8 de abril de 1965, e referente à prorrogação dos mandatos de Juizes de Paz e Suplentes.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 9:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 397, de 1966) do Projeto de Resolução nº 22, de 1966, que suspende a execução dos artigos 188 e 189 do Decreto-lei nº 311, de 31 de dezembro de 1942, do Estado do Rio Grande do Sul.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1966.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

Suspende a execução dos arts. 188 e 189 do Decreto-lei nº 311, de 31 de dezembro de 1942, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É suspensa por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 25 de junho de 1964, no Recurso Extraordinário número 19.466, a execução dos artigos 188 e 189 do Decreto-lei nº 311, de 31 de dezembro de 1942, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos. (Pausa.) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 10 DE MAIO DE 1966

(TERÇA-FEIRA)

I

Votação, em turno único, do Parecer nº 169, de 1966, da Comissão de Agricultura sobre a Indicação nº 4, de 1965, de autoria do Senhor Senador Dyfyon Costa, no sentido de que a

Comissão de Agricultura realize estudos destinados a consolidar a Legislação referente ao sistema cooperativista do País (Parecer favorável a matéria constante da Indicação).

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 24, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Thomaz Pompeu Accioly Borges, no cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1966 (nº 1.842-B-64, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas relativas à comemoração do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller, tendo Parecer favorável, sob nº 326, de 1966, da Comissão de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1966 (nº 3.307-A-65, na Casa de origem), que retifica a denominação de cargo do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963, tendo Pareceres (ns. 285 e 286, de 1966), das Comissões de Serviço Público Civil, pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do substitutivo.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1966 (nº 3.464-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação de Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável sob nº 325, de 1966, da Comissão de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1966 (nº 3.609-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.186.900.000 (um bilhão, cento e sessenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, tendo Parecer favorável sob nº 378, de 1966, da Comissão de Finanças.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1966 (nº 3.970-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.667 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete cruzeiros) para atender às despesas com o pagamento de benefícios ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana, tendo Parecer favorável sob nº 224-66, da Comissão de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1966 (nº 4.042-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem Presidencial aos Estados Unidos da América e ao México, tendo Parecer favorável sob nº 323-66, da Comissão de Finanças.

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1966 (nº 3.455-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, tendo Pareceres favoráveis (números 302 e 303, de 1966), das Comissões de Projetos do Executivo; e de Finanças.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1966 (nº 3.495-B-66, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão, vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e treze cruzeiros), destinados à Presidência da República, para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores, tendo Parecer favorável, sob nº 394, de 1966, da Comissão de Finanças.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1966 (nº 3.529-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga dispositivo da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 387, de 1966, da Comissão de Projetos do Executivo.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1966 (nº 3.531-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o reorganização de Sargentos do Exército e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 388, de 1966, da Comissão de Projetos do Executivo.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.652-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança e dá outras providências, tendo Pareceres (ns. 351 a 364, de 1966), das Comissões de Serviço Público Civil; 1º pronunciamento, pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento, pela aprovação; de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Finanças, pela aprovação.

14

Proposição sobre a Mesa para recebimento de emendas (2º dia). Projeto de Resolução nº 26, de 1966, de autoria do Senhor Senador José Américo, que altera disposições do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 45 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR DIXHUIT ROSADO NA SESSÃO DE 6 DE MAIO DE 1966, QUE SERIA PUBLICADO PORTERIORMENTE.

O SR. DIX-HUIT ROSADO:

Senhor Presidente, pode parecer até constrangedor para um representante do Nordeste vir a esta Casa repetir, como uma espécie de refrão, os problemas da seca do Nordeste, principalmente porque surge, em primeira plana, a idéia da chamada "indústria da seca", mazela maior do que a desgraça da falta de chuvas. Mas, mesmo assim, há instantes em que cabe ao representante de uma

região assumir os ônus das afirmações que, por ventura, tenha a fazer.

No momento, chamo a atenção dos meus colegas e, através da Casa, a atenção do Governo para o que vou relatar.

As informações que recebo, contra-ditórias, não me dariam coragem para vir à tribuna pedir e até rogar, se não a consideração, pelo menos a atenção para o problema. Mas com as notícias recebidas do próprio coração da minha região, do município que tem o nome do meu irmão, morto a serviço de sua terra, sinto-me perfeitamente encorajado.

O Município Governador Dix-Sept Rosado, através do seu Prefeito, Severino Ramos, me faz um apelo para que leve, ao conhecimento dos responsáveis pelos destinos do País, os fatos angustiosos que ocorrem naquela terra, onde centenas de populações famintas, cercaram a Prefeitura pedindo providências imediatas.

Tenho esperança de que o Município de Governador Dix-Sept Rosado, já tenha recebido, a esta hora, uma parcela de chuva, baseado no boletim meteorológico, publicado no "Jornal do Brasil", há três dias, anunciando as possibilidades da região.

As chuvas poderão vir e virão, com certeza, porque a natureza não dá saltos tão grandes. Ela, que se anunciou através de um inverno promissor, não poderá, absolutamente, fazer desaparecer as chuvas de um instante para outro. A seca se constitui de vários elementos e um deles são o principal a irregularidade das chuvas intermitentes.

Tenho o agricultor a sua semente à terra, na esperança de colhê-la nos próximos 90 a 120 dias, de acordo com a espécie que plantou. As chuvas chegam, ensinam a terra e a semente germina promissora. Mas vem o sol a carúcula desoladora, desidratante, que evapora tudo, até as esperanças. Há como que um "staccato" como que um deslize da natureza de enervar a resistência do sertão. A região que fica na Chapada Chapada do Apodi é a caatinga o verdadeiro coração da seca do Brasil caatinga que se caracteriza por uma vegetação extravagante composta por plantas suculentas o mundo inteiro e que precisa indistintamente, de carinho maior e de atenção. O próprio itinerário que tenho a natureza indica o caminho que um homem poderia seguir para provavelmente daquelas terras.

Não sou, realmente, nem poderia ser um técnico em matéria de secas. Mas a verdade é que o sofrimento ensina, com certeza, como devemos tratar a terra, para que ela possa servir à própria destinação.

Vários são os meios de que o Governo, através do seu instrumento principal, a SUDENE tem procurado se servir no intuito de alcançar as soluções para um problema que não é somente do Nordeste, mas de todo o Brasil. Pois quanto mais empenhada uma região, menos possibilidades tem de contribuir com uma parcela de esforço na luta contra as dificuldades que a Nação inteira tem atravessado, nos últimos anos.

A SUDENE, em vários Estados, tem encontrado o caminho verdadeiro para um futuro não muito remoto, remediando os males que a seca leva ao Nordeste do Brasil.

No caso atual, se realmente verdadeiros os apelos, acredito que a SUDENE poderia encontrar várias soluções para atenuar o sofrimento daquela região.

Tenho em longos anos, utilizado o Oitacamento da República, a nossa Lei de Meios para incluir verbas que não têm sido, infelizmente, aplicadas na construção do Açude de Santa Cruz, no Município de Apodi, no Rio Mossoró.

Essa construção não seria de um grande açude, mas traria um benefício tão grande como proporcionam as maiores barragens construídas no Brasil. Seriam 1.000.000 m³, ou, se mais aproveitados, 220.000.000. Mas, teríamos todo o curso do Rio Mossoró perenizado e seu aproveitamento seria fácil através do sistema tradicional, aproveitando-se para a construção de vazantes e na produção de bens que poderiam ser aproveitados na alimentação do povo.

Além disso, a perenização do Rio Mossoró serviria para o aproveitamento das águas que correm no seu leito para a utilização do abundante lençol freático do chamado Vale Seco do rio Mossoró. Isso seria, indiscutivelmente, uma grande solução, porque também poderia abastecer o sistema industrial da progressista cidade de Mossoró, como também fornecer água para dessecar os gados e utilização do povo. Sem dúvida alguma seria um notável melhoramento, mas teríamos outras soluções de expressão para trazer o largo plano do Apodi para a produção e para o enriquecimento da sofrida arca.

Sabe-se que aquela região sedimentar, colocada no cretáceo de Mossoró tem como subfundo mais acentuado uma vasta zona arenítica en-sopada de água da melhor qualidade, com certeza de origem pluvial e não magmática. Essas águas poderiam vir à tona através dos poços artesianos, surgentes ou semi-artesianos. A técnica utilizada, hoje, na prospecção do petróleo, é também o caminho de se conseguir melhor facilidade na localização de lençóis aquíferos. São os processos da eletro-resistividade, os aerofotogramétricos, os de gravimetria, magnetometria e sismografia, a geologia e a nascente hidrogeologia que podem conduzir-nos às fontes e aos mananciais inesgotáveis do arenito da promissora região.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Exa. a respeito de assunto que tem sido sempre, periodicamente, tratado nesta Casa — a seca do Nordeste. Acompanho, deste, modo, o desenrolar de sua oração para chegar justamente ao ponto que salienta e eu esperava que abordaria certamente — o caso dos poços artesianos — já tantas vezes aqui lembrado no passado e que constitui sempre tema, a ser debatido toda a vez que o Nordeste é assolado por uma seca de extensão calamitosa. V. Exa. sabe que, realmente, as regiões agora sofrem nas superfícies as consequências das longas estiagens, com graves prejuízos para a própria nacionalidade, que se vê privada da sua produção, sobretudo prejuízo das próprias populações locais, que são obrigadas a emigrar. V. Exa. disse — até usando expressões técnicas — que não seria difícil descobrir os dias subterrâneos. Mas o que parece é que esse problema não tem ainda a solução encaminhada, no sentido daquela esperança de que V. Exa. fala que também não pode parecer e não deve. A seca tudo destrói, até mesmo as esperanças. De modo que é natural que V. Exa. agora renove o apelo no sentido de que as autoridades cuidem desse problema. Desde que a natureza não oferece a alternativa de lançar água sempre de cima para baixo, de fora para dentro — ou seja a chuva — há a contrapartida de se procurar a solução de dentro para fora. Se a região não oferece condições ecológicas para manter vida normal na superfície justamente por falta do líquido necessário à cultura, às próprias necessidades orgânicas das criaturas humanas, então a solução seria buscar a água no subsolo que ofe-

rece essa compensação através dos poços artesianos. Mas o fato é que, com açudagem ou com poços, o que se visa é encontrar água. V. Exa. é do Nordeste, que não tem pretensões petrolíferas, pois se contenta apenas com a água...

Um rio pesa muito... Se fosse possível, bastaria oferecer um dos inúmeros afluentes do Amazonas ao Nordeste e, aí, teria completamente resolvido o problema das secas que tanto causticam aquela região. Acontece que só seria possível mandar para lá o leito seco de um rio e depois enchê-lo de água... V. Exa. tem que insistir, e o está fazendo com muita propriedade dessa diressão, com sua fluência peculiar enfocando o principal problema como se fosse uma coisa muito simples neste mundo, mas, na profundidade de suas palavras, se verifica que, no seu íntimo se revolve um grande drama quanto ao destino daquela gente que V. Exa. representa muito bem e que tem o dever de defender. Por isso deve insistir que o Governo resolva o problema da açudagem naquela região e, no caso desta não representar ainda a solução ideal, porque a seca pode reduzir também, de muito, o volume das águas às vezes até secas, que se procure, então, no subsolo a solução pois lá foi encontrada em outras partes do mundo, em condições iguais ou talvez piores.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Agradeço o aparte do eminente colega e sei que foi parcela valiosa para melhorar o meu apelo.

O Sr. Vivaldo Lima — Agradeço a V. Exa.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — O problema que eu estava abordando quando tive a honra de ser interrompido pelo nobre colega é, realmente, e eu o sei, de grande expressão, momentaneamente quando se deseja combater a seca em qualquer lugar. Outros países mais felizes ou mais ricos tiveram a oportunidade de encontrar o aproveitamento da água localizada no subsolo mais profundo.

Em verdade, na minha região, estamos como que levantando a ponta do véu do problema, porque há alguns anos temos perfuratrizes de percussão na pesquisa e obtenção do líquido salvador. Realmente, estas perfurações não podiam alcançar, pela falta de instrumentos capazes, o grande lençol artífico, que desejo enfocar como solução de caráter definitivo para longa faixa principalmente visando à formação de pequenas gran-las familiares, em que o povo pudesse manter, através de produtos hortícolas, uma família, na sua alimentação e também na comercialização dos produtos que, porventura obtivessem com o sistema. Seriam utilizadas para obtenção de maior quantidade de água e na mecanização dos poços, substituindo os moinhos de vento, as bombas multi-estágio "Yaccuzzi" as do tipo turbina e os compressores Atlas Copco ou Wayne.

Sei que, agora, a SUDENE adquiriu máquinas capazes de alcançar o arenito de muitas regiões deste futuro plano do Apodi, nesta com-munidade, nesta chapada, como denominamos "Chapada do Apodi". Ele pode atingir até 800 metros, mas há uma faixa onde essa profundidade diminui a menos de 400 e de 100 metros. Seria fácil estar convencido, obter através dessas máquinas perfuratrizes a água que esconde o subsolo da região de Mossoró. Seria uma das medidas imediatas porque as máquinas, inclusive aquelas últimas rotativas, poderiam atravessar a região calcária numa velocidade que haveria de surpreender a todos nós e, de 3 a 5 dias, obter um poço em lugar que se transformaria em um oásis porque partira de um deserto mesmo.

Mas eu sei que, a par dessas soluções que teriam caráter definitivo, existem aquelas medidas paralelas que representariam atendimento imediato daqueles que não conseguiram as suas colheitas, daqueles que assistiram estilar-se suas plantações, daqueles que não tiveram resistência para esperar por algumas horas ou dias as bênçãos salvadoras da água da chuva. E poderiam tê-las, aproveitando o leito da rodovia Mossoró-Caraúbas, já quase todo terraplenado na dolorosa seca de 1955 e, desde então, abandonado.

Naquela hora parte dinâmica. Conseguir levar os trabalhadores a construir a rodovia Mossoró-Governador Dix-Sept, e, quando as primeiras chuvas chegaram, o Governo lançou de mão como se não houvesse gasto nada como se não tivesse despendido um tostão em todo aquele trabalho que representava para nós um sonho centenário porque toda a vida, nós sempre desejamos ver Mossoró incorporada às atividades do hitherland, com os outros Municípios, para trazer a sua força ao estuário deltaico dos interesses da minha cidade, transformando-se em vida e progresso para o Brasil.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Continuo ouvindo com atenção as palavras de V. Exa. sobretudo pelo estilo que adota. Compreende-se que muita gente estranharia que se procurasse perfurar o solo do nordeste para buscar água porque sempre julgamos que é uma coisa para uso individual ou de uma coletividade muito reduzida. Então as despesas seriam incalculáveis. Mas o que acontece é que um trabalho dessa ordem tem de ser feito em termos de atendimento geral e naturalmente os técnicos encarregados disso procurariam localizar água — e para isso existem meios — em determinados lugares, a fim de fazer as grandes reservas e a distribuição. V. Exa. está numa cidade que vive justamente dum bruto água, numa mina melhor dizendo. V. Exa. como aquilo que ali está, contém na extraordinária barragem, dá até para manter em bom nível o lago de Brasília. Vou contar um episódio — e é para que tenhamos no recinto um representante maranhense, a fim de confirmá-lo ou não. O episódio foi narrado aos quatro cantos da Nação e com a mais ampla publicidade. A PETROBRAS, procurava tudo fazer para encontrar ali o petróleo. Pois bem. O Maranhão teve uma vez no Município de Carolina e a sonda ia penetrando marcadamente lá algumas centenas de metros abaixo da superfície, quando torrou água potável da melhor qualidade, com tal intensidade e abundância que resolveram aproveitá-la para abastecimento. A cidade de Carolina, que tanto carecia desse líquido tão necessário à sua população, passou a ser plenamente abastecida. Vela V. Exa. portanto, que a perfuração pode resolver o problema, talvez, de modo geral.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Fato idêntico ao que V. Exa. mencionou ocorreu na minha região, no povo pioneiro de Gangorra, perfurado pela Petrobras.

A procura do ouro negro, encontrou-se água artesiana. Em verdade, não foram tomadas aquelas precauções para aproveitar achado tão valioso.

Sr. Presidente, vejo que V. Exa. me concede apenas mais alguns minutos e desejaria ainda ressaltar, a par destas considerações, e de um encaminhamento temporário e paralelo, que ao Ministério da Agricultura cabe, indiscutivelmente, uma certa

responsabilidade do descaso do assunto relativo às secas do Nordeste.

Sei que as plantas xerófilas estão estudadas suficientemente: sei como se faz o "dry-farming", como se pode fazer o "mulching", que ajuda a aproveitar as terras secas ou semi-áridas; sei como se prepara e como se conserva a fitogenética em proteínas; sei como se pode plantar uma leguminosa ou uma gramínea e aproveitá-las no tempo das vacas gordas, para que, quando as vacas magras chegarem, também possam ser salvas para a economia para o acúmulo, remetendo-se a biblioteca da fazenda, que conserva o elemento para o inverno. Falamos o contrário: trabalharíamos no inverno, para conservar na seca os elementos necessários aos nossos gados. Nenhum zootecnista deixou de saber nem de anunciar, que a nossa zona é privilegiada para a criação de bovinos, de caprinos e de ovinos, porque as condições graves não afetam a nossa região. O berrido que se fez ao animal e a estaca o couro não existe no Nordeste. A própria oferta da vacadeira nos campos do Sul nos dá que nos respeito um pouco não desejando aumentar nossa safra. Nos gados, quando afetado pela seca, resisto melhor do que os do Sul. Essas condições são privilegiadas e devíamos pagar uma espécie de prêmio por esta privação. E então temos que reconhecer o que o senhor me afirmou: que a nossa terra não é o céu e que é ruim: o céu é que não tem pena de nós, porque não nos manda a água, de que a terra precisa. E quem não sabe? Não precisa ser filósofo de nenhuma nação para reconhecer que a água é a vida da terra: ela é que leva, através das raízes, a alimentação necessária para fazer germinar e crescer as plantas.

Sei e sei por experiência própria Sr. Presidente, o que é mais importante: não me ensinaram, o Governo não chegou lá para dizer como se devia fazer.

Quantas vezes trabalhei na terra com meus irmãos mais idosos, com panhados de meu pai. — somos centenas de Rosado dentro da Região — e nunca nos encontramos conversando, defendendo a terra, e trabalhando por ela. Foi por isto que resolvi aprender um pouco o que o Governo não teve oportunidade de me ensinar em longos anos.

Sabia que a terra podia ser utilizada numa cultura se para outra ela não servisse. Então ela a própria terra, nos dizia o caminho, o itinerário a seguir.

A resistência de certos vegetais, que enriquecem a botânica do Nordeste, é verdadeiramente surpreendente. Era bom que o Brasil também pudesse aprender o que estas plantas, pela natureza, com a necessidade de sobrevivência, aprenderam — como conservar em seus nódulos profundos, os hidrocarbonados que serviriam para sua sobrevivência até as primeiras pancadas de chuva.

Mas, volto ainda um pouco, ao início do que afirmei nesta terceira parte do meu inexpressivo discurso, inexpressivo num sentido, mas não no outro, naquele que vem do coração. Tenho vontade de dizer muito mais alto isto para que pudesse ser escutado. Tenho minha experiência como agricultor. Talvez alguém fique admirado de eu dizer que sou agricultor; eu sou mais, sou vaqueiro. E de quantas profissões tenho exercido — médico, oficial de polícia, comerciante, diretor de indústria deputado estadual, Deputado Federal e Senador — não há nenhuma que se compare mais da minha natureza do que ser vaqueiro. Então, eu poderia reclamar do Ministério da Agricultura aqueles ensinamentos que seus

técnicos deviam levar, ou ter levado há muito tempo, a minha região. Se eles só se nos recomendassem as leguminosas "perenes" que podem ser plantadas com valimento extraordinário, nas caatingas do Rio Grande do Norte, como também do Piauí ou do Ceará... O feijão guandu... o sorgo o colômbio, o gourdura.

Eu poderia relatar aqui, a experiência com o Guandu a que assisti, e olhei com os próprios olhos, e acarinhei com as próprias mãos. Plantei as sementes num ano. Já as chitas se pronunciavam escassas. Mas a leguminosa germinou, nasceu e cresceu a olhos vistos. Entretanto, com 60 dias, muito antes de completar o ciclo vegetativo, que deveria ser de cerca de 150 a 180 dias as chuvas desapareceram. Mas a leguminosa, resistente, suportou o sópro do Nordeste e os dias cálidos. No outro ano, depois de sofrerem as rajadas do fogo, numa queimada, quando todas as plantas pareciam mortas, as leguminosas rebotaram, num conjunto, por um milagre da natureza. E cresceram e produziram.

Este é o exemplo de uma só leguminosa. O mesmo pode ser dito com relação às soja, principalmente às chamadas perenes, que tem vários nomes, mas cuja característica essencial é a resistência, como já tem mostrado.

No último congresso de pastagens, realizado no ano passado, em Campinas, ao qual compareceram 400 técnicos de quase 70 países, a soja ficou como elemento principal e quase nuclear dentro de toda a botânica forrageira do mundo. E daí nasceu um estímulo, crescidos aquelas experiências e as grandes plantações que se faziam no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. E já hoje no Nordeste há quem plante soja. Não que tivesse o governo ou algum técnico, mostrado haver algum elemento importante na soja para a criação de nossos gados, e para alimentação humana.

Outras plantas há, tão importantes quanto a soja, porque nasceram na própria região, para o mesmo fim. Temos o Mororó, cujo nome científico é *Banisteria fortifolia*, que dá uma impressão de resistência e capacidade. E' outra leguminosa nativa do nordeste, cujo aproveitamento seria de grande valor na solução da alimentação do gado de qualquer tipo, no curso das secas; temos a *Orunio* ou o cactus de raquete, ou plama forrageira que foi trazido para o Brasil da Califórnia, e hoje cobre uma vasta área do nordeste, criando verdadeiras bacias leiteiras em Alagoas, em Sergipe e em Pernambuco.

Estamos fazendo a experiência com zônios, até porque, falta o incentivo do governo que apesar de tão anunciado, ainda não chegou até nós.

Estou convencido, porém, de que, com mais algum tempo, chegará porque não é possível que as medidas contra as secas sejam tomadas só nas crises. Não! O problema tem várias faces. E' preciso que se culde de todas elas, cada qual no seu tempo: os açudes, rodovias, etc. Mas é preciso, também, industrializar determinadas regiões, com o aproveitamento dos seus elementos minerais. Por exemplo, o caso há específico de minha região, cuja pobreza é imensa mas sua riqueza é trilionária. Sua capacidade de desenvolver indústrias, em virtude do grande número de matérias-primas, é imensa, são inextinguíveis, suas fontes de calcários, cujos cálculos, por mais extravagantes jamais alcançariam seu volume, a grandeza astronômica de sua expressão. Mas se quiséssemos abordar o setor da industrialização da região, como uma parcela no encaminhamento do grave, do terrível problema das secas

do Nordeste, poderíamos lembrar a questão do aproveitamento das águas residuais das salinas que tantas vezes têm sido trazidas ao conhecimento do Congresso, mas só trazidas ao conhecimento. Morre aqui o assunto, como se fechássemos o livro e depositássemos na biblioteca apenas para admirar sua capa e o valor de sua encadernação.

O melhor é que esses problemas debatidos encontrassem, no tempo das discussões políticas, aquele mínimo espaço que desejamos para construir a grandeza do Brasil.

Pouca gente poderia acreditar na oportunidade de aproveitamento das águas residuais, como o fazem os países mais desenvolvidos. Aproveitamos o que é subproduto numa região como se — pertença o eminente colega — rasgássemos uma veia e uma plebotomia permanente e diressemos uma fonte de sangue inesgotável. As águas levam de volta para o mar o potássio. So na minha região, se calculássemos, ultrapassaria a 200.000 toneladas, que é justamente a nossa necessidade para atender desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul.

Era o fodo, o bromo e uma gama de produtos despertando uma violência de riquezas que surpreenderia a todos que as examinassem.

Mas há poucos dias, não sei se mais de dez dias, justamente os dedos das minhas mãos, o Ministro das Minas e Energia disse, naquela tribuna, que não sabia se as pilritas do Rio Grande do Sul com o carvão teriam tanto enxofre quanto os imensos depósitos de sulfato de cálcio da Região Nordeste. Isso por que ele mesmo e seus técnicos não seriam capazes de identificar onde estariam as capacidades mais vultosas. Esse outro aspecto importante. Se desejássemos nos encaminhar para a indústria, quando existem recursos através dos arts. 18 e 34, encontraríamos, talvez, uma espécie de tábua de salvação.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex. um aparte, à guisa de esclarecimento?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Então, seria de bom alvitre escolhermos, no litoral, o local próprio para a instalação das indústrias.

Alega-se que lá, no sertão, não é possível a industrialização devido à falta d'água. Assim, a tal programação nos parece precária, sem futuro, continuando o interior entregue a própria sorte, sem perspectivas de que lhe tirem do subsolo o líquido redentor capaz de afastar para sempre esse flagelo que é razão constante de intranquilidade, desesperança e empobrecimento.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — V. Ex. bem afirmou, e eu antes confirmei, que água suficiente nós temos. É preciso, sim, alcançá-la, extrai-la. Mas a riqueza e as possibilidades da nossa Região são imensas, no setor de cerâmica, para produção de porcelanas de mais alta pureza, como chegamos a ter no Nordeste, através da família Brenant, que repetiu, nos seus desenhos e na sua tessitura, na textura da sua porcelana, a conhecida porcelana chinesa, tipo casca de ovo.

Ora, a pureza dos nossos minérios poderia levar o técnico e o artesão ao climax, numa produção que raramente poderia ser imitada. Mas há, ainda, os imensos depósitos de calcário para a produção de cimento, que tanto falta. É um índice fácil de verificar: o progresso de uma nação, através do consumo do cimento per capita, ainda mais a produção de carvão ou carbureto de cálcio, que seria um passo inicial no "argüíssimo cam-

po do plástico, hoje dominando o mundo inteiro. São pequenos detalhes de um grande problema. Por isso se diz que somos pobres, mas temos perspectivas trilionárias.

O Sr. Vivaldo Lima (Com assentimento do orador) — V. Ex. está examinando, com profundidade, problema que, há muito tempo, aflige o Nordeste. Mas, pelo que V. Ex. diz a solução não é tão difícil assim. O que nos falta — é certo — são homens capazes de encontrá-la. Deus criou o mundo, a população, gente para habitá-lo, a criatura humana, com inteligência bastante para resolver seus problemas; temos, pois, que aproveitá-lo. Deus nos deu igualmente o imenso caudal amazônico. Por que não o aproveitamos? O Amazonas não padece das secas. Seus rios são caudalosos, suas florestas imensas, seu subsolo esconde riquezas incalculáveis. Mas, em todos os tempos, somos, aqui, apenas postulantes de verbas para conseguirmos recursos para atender às nossas necessidades mínimas. Vá V. Ex., portanto, que tanto a região de V. Ex. — o Nordeste — como o Norte do Brasil, integrando-se, tornariam o Brasil uma das nações mais ricas e mais poderosas, economicamente, do mundo.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Muito obrigado a V. Ex.

Tenho aqui um apelo da Taquigrafia: que eu fale mais alto. Realmente a Taquigrafia tem razão. Preciso falar muito mais alto, não só à Taquigrafia, que precisa escutar, como aos responsáveis pelo destino do Brasil que precisam ver o imenso rol de problemas sem solução, dos elementos que temos a mão para apresentar a qualquer instante.

Sei que o Sr. Senador Vivaldo Lima abordou a questão da abundância de chuvas e a abundância das águas no Amazonas. O nosso problema não é só a falta d'água; é, também, a irregularidade das quedas pluviais.

Muitos disseram que éramos os responsáveis porque devastamos as nossas florestas. Florestas no Nordeste? Nunca tivemos nem mata! A floresta não faz as chuvas. A técnica moderna já o confirmou, de uma vez por todas: as chuvas é que fazem as florestas. Dez por cento das chuvas continentais não se originam dos mares. Um dia, tive uma discussão, no Palácio do Governo, em João Pessoa, com vários companheiros todos contra a tese que defendia: que as florestas tinham pequena influência na formação das chuvas pois 90% eram oceânicas. Eu lhes disse: que vi chuvas durante toda a minha vida, trazidas no Nordeste pelas monções do Atlântico.

Muitos não acreditaram na tese que defendia — não minha, porque não podia, sem experiência, aventajar-me, numa tese revolucionária, comprovando que as matas nunca poderia fazer chuvas. Elas servem, sim, para a proteção dos mananciais, dos olhos d'água, dos riachos para a criação dos rios e lagos que, na Amazônia são tão abundantes e, na minha terra, faltam quase por inteiro.

Chegamos a ter, na região, o maior rio seco do mundo, como se fosse uma glória. Agora, o maior rio seco do mundo se perenizou, através de obras imprescindíveis como Banabui e Orós. O de que precisamos é repetir e, se possível, desviar os grandes cursos d'água, como já se tem feito, e trazê-lo às regiões secas, para transformá-las em fontes de riqueza.

Quero pedir desculpas a V. Ex., Sr. Presidente, e aos companheiros que me escutam, mas, quando ingresso na discussão dos assuntos do Nordeste é como se entrasse, de volta, em minha

própria casa. Eles são complexos, eles não podem ser atendidos de uma só vez, numa enxurrada. Têm de vir numa espécie de processo de sedimentação, devagar, mas não tão devagar que não possamos assistir ao fenômeno. É preciso que chegue a tempo de nos salvar, salvar a geração presente e preparar possibilidades para as gerações futuras, atendendo a esses pequenos apelos para a construção de rodovias e açúdes, mas atentando para o conjunto e a grandeza das soluções. É preciso que trabalhem todos, os do Governo, os que em o Poder Executivo, os que podem manejar com as verbas, as notas de 5 e 10.000 cruzeiros, enquanto nós não contamos nem mesmo os vinténs. No Nordeste, a pobreza é aquela que se expressa muito bem pela própria manifestação do nordestino: "dinheiro

de ponta de lenço", dinheiro que é amarrado na ponta do lenço e que o francês chama "l'argent de poche", mas um bolso maior, cabendo mais de dinheiro.

Sr. Presidente, o que desejo, sobretudo, acentuar, é que a indústria da seca que avassalou e desgraçou, durante tanto tempo o nordeste já não pode ser trazida à baila, porque o Governo tem os instrumentos de fiscalização, de coerção e de punição para quem desviar os dinheiros públicos e não pode, em nenhum instante, dizer que não completou uma obra, que não realizou uma tarefa, porque os recursos podem ser desviados.

O Sr. Vitaldo Lima — Quer dizer que a indústria da seca pediu pelo menos concordata?

SR. DIX-HUIT ROSADO — Tenho a impressão de que está quase falida.

O Governo tem possibilidades de fiscalização e controle. O de que precisa é levar seus elementos, que lá já existem, e desdobrar-se em tal velocidade que possa alcançar os nordestinos com vida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex. ter-me concedido o tempo necessário para minha pequena exposição e faço votos que ela sirva ao Governo não como uma advertência e sim, como um apelo ou rôgo, em favor do meu sofrido e amargurado povo. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DA DIRETORA DO PESSOAL

A Diretoria do Pessoal exarou o seguinte despacho no DP-247-66 em que Oscar Luiz de Azevedo, Auxiliar de Portaria, PL-9, solicita reconsideração por se julgar preterido na classi-

ficação para promoção: "Indeferido por falta de amparo legal. O servidor requereu fora do prazo previsto no art. 122, § 2º da Resolução nº 6-60".

Diretoria do Pessoal, ... de maio de 1966. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

MESA

Presidente — Moura Andrade
Vice-Presidente — Nogueira da Gama
1º Secretário — Dinarte Mariz
2º Secretário — Gilberto Marinho
3º Secretário — Barros Carvalho
4º Secretário — Cattete Pinheiro
1º Suplente — Joaquim Parente
2º Suplente — Guido Mondim
3º Suplente — Sebastião Archer
4º Suplente — Raul Gilberto

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
José Feliciano
Lopes da Costa
Antonio Carlos
Julio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
Atilio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Zacharias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
José Ermírio

Nelson Maculan
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Daniel Krieger
Menezes Pimentel
Benedicto Valadares
Meio Braga
Vasconcelos Torres

MDB

Antonio Baibino
Arthur Virgílio
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
Adalberto Sena
Edmundo Levi
Aurélio Vianna

Secretaria: Mari Helena Buenc Brandao, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Lopes da Costa
Meio Braga
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Zacharias de Assumpção
Benedicto Valadares
Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
Silvestre Péricles

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
Julio Leite
José Feliciano
Adolpho Franco
Meio Braga
Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
José Leite
Sigelredo Pacheco
Zacharias de Assumpção
Dix-Huit Rosado
Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
Pedro Ludovico
Arthur Virgílio

João Abrahão
Josaphat Marinho
José Ermírio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 16,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Padre Calazans
Gay da Fonseca
Arnon de Melo
José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
Afonso Arinos
Meio Braga
Sigelredo Pacheco
Antonio Carlos

MDB

Antonio Baibino
Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 16,30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigelredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Adolpho Franco
José Leite
Domicio Gondim
Manoel Villaca
Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
José Guilomard
Eugênio Barros
Menezes Pimentel
Antonio Carlos
Daniel Krieger
Julio Leite
Gay da Fonseca
Meio Braga
Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
João Abrahão
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

MDB

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

MDB

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA

TITULARES

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pinheiro
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

MDB

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

MDB

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Pereira

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Fimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Mello
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Viana
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Tôres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA

TITULARES

Vasconcelos Tôres
Victorino Freire
Melo Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Viana
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA

TITULARES

José Leite
Arnon de Mello
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA

TITULARES

José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.